

HISTÓRIA AGRÁRIA E AMBIENTAL

AUTORES

Marielen Priscila Kaufmann

Francis Casagrande Zanella

Nayara Pasqualotto

José Geraldo Wizniewsky



EDUCAÇÃO DO CAMPO

HISTÓRIA AGRÁRIA E AMBIENTAL

AUTORES

Marielen Priscila Kaufmann

Francis Casagrande Zanella

Nayara Pasqualotto

José Geraldo Wizniewsky

1ª Edição

UAB/NTE/UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Santa Maria | RS

2019

©Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE.
Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da
Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

PRESIDENTE DA CAPES

Anderson Ribeiro Correia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

REITOR

Paulo Afonso Burmann

VICE-REITOR

Luciano Schuch

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Frank Leonardo Casado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Martha Bohrer Adaime

COORDENADOR DE PLANEJAMENTO ACADÊMICO E DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Jerônimo Siqueira Tybusch

COORDENADORA DO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Prof^a. Carmen Rejane Flores Wizniewsky

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

COORDENADOR UAB

Reisoli Bender Filho

COORDENADOR ADJUNTO UAB

Paulo Roberto Colusso

NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

DIRETOR DO NTE

Paulo Roberto Colusso

ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO

Marielen Priscila Kaufmann, Francis Casagrande Zanella,
Nayara Pasqualotto e José Geraldo Wizniewsky

REVISÃO LINGUÍSTICA

Camila Marchesan Cargnelutti

APOIO PEDAGÓGICO

Carmen Eloísa Berlote Brenner
Keila de Oliveira Urrutia

EQUIPE DE DESIGN

Carlo Pozzobon de Moraes – Ilustrações
Juliana Facco Segalla – Diagramação
Matheus Tanuri Pascotini – Capa e Ilustrações
Raquel Bottino Pivetta – Diagramação

PROJETO GRÁFICO

Ana Letícia Oliveira do Amaral



H673 História agrária e ambiental [recurso eletrônico] / Marielen Priscila Kaufmann ... [et al.]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019.
1 e-book

Este caderno foi elaborado pelo Núcleo de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Maria para os cursos da UAB
Acima do título: Educação do campo
ISBN 978-85-8341-261-8

1. História agrária 2. História ambiental 3. Agricultura - Modernização técnica I. Kaufmann, Marielen Priscila
II. Universidade Aberta do Brasil III. Universidade Federal de Santa Maria. Núcleo de Tecnologia Educacional

CDU 316.334.55

Ficha catalográfica elaborada por Alenir Goularte - CRB-10/990
Biblioteca Central da UFSM

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PROGRAD



APRESENTAÇÃO

A disciplina *História Agrária e Ambiental* tem como objetivo compreender a formação da sociedade brasileira e, particularmente, do Rio Grande do Sul, configurando as características agrárias e ambientais do país e do Estado. Para viabilizar a compreensão desses objetivos, dividimos o material didático em quatro unidades.

A primeira unidade tem como objetivo identificar as características do rural brasileiro, baseadas na grande propriedade da terra e na existência da pequena produção tomada como marginal pela ideologia da subsistência que os agentes sociais dominantes produzem. Para isso, na segunda unidade, nos propomos a conhecer os principais sistemas de exploração da terra e do trabalho que configuraram o Brasil como agroexportador; destacadamente, a morada no Nordeste, o colonato no Sudeste e o estancieiro no Rio Grande do Sul.

Na terceira unidade, focamos a análise para o Rio Grande do Sul a fim de conhecer a história de ocupação do espaço agrário do estado e os principais agentes sociais que o caracterizam, especialmente, indígenas, estancieiros, caboclos e pequenos proprietários imigrantes.

Por fim, a quarta unidade objetiva conhecer os processos de transformação do espaço agrário tendo em vista os processos sociais relacionados à industrialização e modernização da agricultura e os desafios relegados aos dias atuais.

Dessa forma, acreditamos que este material didático, ao elencar alguns pontos da história agrária e ambiental brasileira, pode oferecer elementos para compreender a configuração e as problemáticas do campo brasileiro atual. Boa leitura!

ENTENDA OS ÍCONES



ATENÇÃO: faz uma chamada ao leitor sobre um assunto, abordado no texto, que merece destaque pela relevância.



INTERATIVIDADE: aponta recursos disponíveis na internet (sites, vídeos, jogos, artigos, objetos de aprendizagem) que auxiliam na compreensão do conteúdo da disciplina.



SAIBA MAIS: traz sugestões de conhecimentos relacionados ao tema abordado, facilitando a aprendizagem do aluno.



TERMO DO GLOSSÁRIO: indica definição mais detalhada de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.

SUMÁRIO

▷ APRESENTAÇÃO ·5

▷ UNIDADE 1 – INTRODUÇÃO À HISTÓRIA AGRÁRIA E AMBIENTAL BRASILEIRA: LATIFÚNDIO AGROEXPORTADOR E TRABALHO SUJEITO ·9

Introdução ·11

1.1 O sentido da colonização brasileira e os legados

à construção de um Brasil moderno ·12

1.2 A propriedade da terra e a configuração de poderes no Brasil agroexportador ·16

1.3 A produção da ideologia de subsistência ·24

1.4 A constituição da propriedade privada no Brasil com a Lei de Terras de 1850 e a questão agrária brasileira ·26

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·30

▷ UNIDADE 2 – SISTEMAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA E DA MÃO DE OBRA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DE EXPORTAÇÃO E SUBSIDIÁRIAS ·33

Introdução ·35

2.1 O Nordeste canavieiro e o sistema de relações sociais de produção: da escravatura às relações de moradia e dependência pessoal ao grande proprietário ·36

2.2 O Sudeste cafeicultor na substituição do trabalho escravo pelo braço imigrante e as relações de colonato ·48

2.3 O Sul charqueador e estancieiro e as relações de dominação personalizada nas explorações de gado bovino extensivo no Rio Grande do Sul ·57

▷ ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·66

▷ UNIDADE 3 – RIO GRANDE DO SUL E OS PRINCIPAIS AGENTES SOCIAIS NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO ·69

Introdução ·72

3.1 O extremo sul como território em disputa entre potências europeias e a constituição da grande propriedade estancieira nas regiões de campos ·72

- 3.2 As políticas de colonização nas regiões de florestas do estado e as populações indígenas e caboclas consideradas intrusas ·74
- 3.3 A questão indígena e o aldeamento: os primeiros habitantes do território do Rio Grande do Sul ·77
- 3.4 Os caboclos e a luta pela erva-mate ·84
- 3.5 As colônias de imigrantes europeus e a formação de uma potente agricultura de pequenos proprietários ·87
- 3.6 Crise colonial devido ao excesso populacional e empobrecimento do solo ·92

▷ **ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·94**

▷ **UNIDADE 4 – A MODERNIZAÇÃO TÉCNICA DA AGRICULTURA E OS DESAFIOS RELEGADOS AOS DIAS DE HOJE ·96**

Introdução ·98

- 4.1 O extremo sul como território em disputa entre potências europeias e a constituição da grande propriedade estancieira nas regiões de campos ·99
- 4.2 As transformações do campo brasileiro e gaúcho tendo em vista os processos de modernização técnica, como expulsão de grandes contingentes de agricultores e problemas ambientais ·103
- 4.3 A formação dos chamados Complexos Agroindustriais, as relações da agricultura à jusante e à montante com a indústria – desafios atuais ·108

▷ **ATIVIDADES DE REFLEXÃO OU FIXAÇÃO ·112**

▷ **CONSIDERAÇÕES FINAIS ·113**

▷ **REFERÊNCIAS ·114**

▷ **APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES ·121**

1

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA
AGRÁRIA E AMBIENTAL
BRASILEIRA: LATIFÚNDIO
AGROEXPORTADOR E
TRABALHO SUJEITO

INTRODUÇÃO

Nesta unidade vamos estudar a trajetória histórica da ocupação brasileira. Seguimos inicialmente a linha teórica dos estudos de Caio Prado Junior (2001) que defende que é necessário aprofundar a análise sobre o Brasil colonial para entender a formação do Brasil moderno. Partimos da concepção de que o Brasil foi uma colônia de exploração e que isso definiu a configuração de poderes no Brasil colônia e nos possibilita entender muitas das questões do Brasil atual, tal como a concentração da terra e a formação de uma massa de pequenos trabalhadores rurais.

Além disso, este modelo define a formação econômica e a estrutura social do Brasil. Por isso, vamos destinar a segunda subunidade para estudar sobre a configuração do modelo político e econômico do Brasil, baseado na exportação de produtos agrícolas, e compreender as suas particularidades. Estes períodos, conhecidos como ciclos produtivos, foram sustentados pela exploração dos recursos naturais, como produtos agrícolas e minérios, contribuindo para o enriquecimento da metrópole, assim como para aprofundar os problemas sociais e ambientais do Brasil.

A partir disso, podemos compreender a constituição de um grupo de pequenos agricultores, sobre o qual se forma uma ideologia da subsistência. Esse grupo será, mais adiante, o beneficiário das primeiras políticas públicas de desenvolvimento. Por último, vamos iniciar a discussão sobre os impactos das políticas de regularização de terras para o aprofundamento da questão agrária no Brasil, que iniciou com a Lei de Terras, em 1850.

1.1

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA E OS LEGADOS À CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL MODERNO

Salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial [...]. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história (PRADO JR, 2001, p. 32).

Este trecho do livro *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Jr, foi escrito em 1942, mas continua atual. A tese do autor é a de que a questão agrária no Brasil pode ser explicada, fundamentalmente, pela formação e pelo legado cultural, político e social do período colonial. Essa colonização aconteceu com o intuito de facilitar os interesses mercantilistas, transformando o país num imenso fornecedor de riquezas para os colonizadores e para as nações ricas. Por estarmos na zona tropical, nossa sociedade foi inventada, diferente da tradicional sociedade colonial temperada, parecida o suficiente com a colonizadora a ponto de ser quase uma extensão desta. A formação social do Brasil, principalmente a ocupação do interior, por exemplo, foi apenas uma necessidade num mundo sedento por monoculturas, tanto agrícolas quanto pecuárias. A colônia é, portanto, uma sociedade cuja estrutura e funcionamento foram determinados pelo comércio externo e como um mero empreendimento a serviço do capital comercial europeu. Sinteticamente, a colônia (Brasil) é um abastecedor da metrópole, no caso, Portugal.

Caio Prado Jr é um marxista e buscou analisar a realidade colonial brasileira com base nos conceitos desenvolvidos por Marx, na linha do Materialismo Histórico. Para ele, a economia colonial faz parte de um sistema mais amplo, cuja centralidade está na Europa. Por isso, o capital comercial é fundamental para compreender a sociedade colonial, pois a produção para o mercado interno surge apenas como atividade subsidiária da grande lavoura escravista exportadora e tem sua dinâmica determinada pela dinâmica do mercado externo, ou seja, pela dinâmica dos preços internacionais e da demanda de gêneros agrícolas tropicais pela Europa.

Povoamento ou **colônia de povoamento** foi uma das formas de ocupação do território. Ela foi promovida pelos estados europeus, com a intenção de povoar os territórios conquistados, a fim de protegê-lo contra outros invasores. Esse povoamento visava estabelecer uma sociedade e um modo de vida fundamentado na agricultura para a produção e comercialização de bens alimentícios essenciais e extração de minério.

Os ingleses foram pioneiros no processo de povoamento da América. Um exemplo disso foi o povoamento dos Estados Unidos da América e de parte do Canadá. Muitos ingleses migraram em busca de terras para realizar a agricultura. No início

do povoamento, muitas famílias se estabeleceram em grandes fazendas que produziam e comercializavam seus produtos, que impulsionaram o mercado interno e o processo de formação das primeiras cidades e de indústrias de pequeno porte.

Entretanto, na ocupação do território brasileiro, assim como em grande parte da América latina, a colonização baseou-se na exploração dos recursos naturais e **não tanto no povoamento destas áreas**, por isso são chamadas de **colônias de exploração**. Com a grande oferta de recursos minerais e de produtos agrícolas, a exploração era uma boa alternativa para manter um mercado lucrativo e favorável para as metrópoles. O monopólio comercial sobre as colônias era utilizado para demonstrar poder perante os outros países. Isso porque todo o lucro desta comercialização era exclusivamente das metrópoles – tanto Espanha como Portugal estavam obrigados a se submeter ao pacto colonial, cujo acordo exigia que os colonizadores só comercializassem os produtos das colônias com a metrópole.



SAIBA MAIS: O IBGE elaborou uma plataforma digital sobre os principais momentos da história do Brasil e do povoamento a partir da chegada dos europeus. Além disso, na página também é possível consultar dados demográficos diversos, abrangendo temas importantes como a evolução quantitativa da população, sua conformação étnica, imigração, tráfico de escravos, entre outros. Acesse!

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/>

Para realizar o trabalho de extração de minerais e para a exploração agrícola dos diversos produtos do Brasil, era preciso uma mão de obra qualificada e barata. Por isso, as comunidades nativas, os indígenas, foram escravizados. Mais adiante, iniciou-se a vinda de escravos de outras colônias, principalmente da África. Tanto as populações nativas, quanto as de escravos africanos sofreram uma espécie de extermínio das suas culturas. Em relação aos nativos, os colonizadores eliminaram muitas comunidades e saquearam suas terras. Essas populações sofreram uma redução drástica, que se prolonga até os dias de hoje.

A colonização não foi exclusiva aos territórios americanos. África e Oceania também foram povoados e explorados, servindo como uma demonstração de poderes entre as potências da época e também enriquecendo as metrópoles. Esse processo contribuiu para formar toda a riqueza dos países europeus atuais.

Além disso, com a chegada dos europeus, o povoamento do Brasil iniciou e, até o século XVII, limitou-se ao território litorâneo, sobretudo do nordeste brasileiro. Essa ocupação foi concomitante com a exploração da cana-de-açúcar, primeiro cultivo agrícola a ser explorado pelos portugueses, conforme veremos na próxima subunidade. A pecuária foi a atividade responsável pela interiorização da ocupação europeia no Brasil, juntamente com as expedições, denominadas bandeiras, que povoou extremidades do Rio Amazonas, do Rio São Francisco e do sertão nordestino. Apesar de contribuir para a ocupação de terras do interior do país, a população só se adensaria com a descoberta do ouro em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Ademais, é nessa diversidade de atividades econômicas que reside a gênese das diferenças culturais e regionais do Brasil.

A partir desta ocupação e da exploração agrícola, a vegetação nativa dessas regiões foi quase totalmente extinta, pois as práticas de manejo da produção agrícola não tinham pretensão de preservar os recursos naturais. Esta região litorânea é formada pelo **bioma Mata Atlântica** e também por importantes ecossistemas associados, tais como manguezais, vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.



SAIBA MAIS: o clima predominante no bioma Mata Atlântica é tropical-úmido com altas temperaturas e índice pluviométrico. A vegetação nesse bioma é marcada pela presença de árvores de grande e médio-porte formando uma floresta densa e fechada.

Inicialmente, este bioma ocupava mais de 1,3 milhões de km² em 17 estados do território brasileiro; porém, atualmente restam cerca de 29% de sua cobertura original. Mesmo assim, estima-se que existam na Mata Atlântica cerca de 20 mil espécies vegetais (35% das espécies existentes no Brasil, aproximadamente), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção (MMA, 2019).

1.1.1 A formação do “povo brasileiro”

Quando estudamos o período colonial do Brasil conseguimos entender muito da formação do Brasil enquanto ocupação do território, as características políticas e econômicas e, sobretudo, as características sociais e culturais do nosso país. Caio Prado Junior (2001) foi um dos primeiros autores que reconheceu a originalidade da nossa sociedade, diferente do que aconteceu em outras colônias, como Estados Unidos da América e Canadá, onde se formou uma sociedade muito semelhante à da metrópole ou dos países europeus. Essa característica pode ser explicada pelas motivações dos projetos de colonização destes países, pautados por razões de cunho religioso, principalmente.

Na mesma linha de Freyre (1998), Prado Junior (2001) ressalta a diversidade de raças que compõem a identidade do povo brasileiro. Freyre (1998) ressalta que a mestiçagem – capacidade de integração entre nativos indígenas, portugueses e africanos (figura 1) – foi fundamental para alcançar os objetivos da colonização: a exploração dos recursos naturais e a submissão à metrópole. Prado Junior (2001) defende que essa facilidade do português em se misturar com outras raças vem das características históricas e geográficas do país. Portugal está situado muito próximo do continente africano, o que explica sua convivência com povos árabes e africanos ao longo de sua história.

Figura 1 – Representação da mestiçagem



Fonte: NTE/UFSM

Essa miscigenação é marcada pela dominação e pela superioridade do branco em relação aos indígenas e povos africanos. Essa relação é mais profunda em relação ao europeu com os povos africanos, considerando as relações de escravidão imperantes por mais de 300 anos. Darcy Ribeiro (2001), em sua obra *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, pontua essa característica como sendo o embrião do etnocentrismo branco e preconceito em relação à raça negra no Brasil moderno. Assim, estudando a história de formação do Brasil pós ocupação europeia, podemos entender por que o Brasil pode ser considerado um dos países mais miscigenados do mundo.

1.2

A PROPRIEDADE DA TERRA E A CONFIGURAÇÃO DE PODERES NO BRASIL AGROEXPORTADOR

A compreensão do modelo agroexportador do Brasil nos indica como se estabeleceu a configuração de poderes, que se iniciou no período colonial, cujo modelo seguiu os princípios da colônia de exportação. Além disso, este modelo define a formação econômica e a estrutura social do Brasil. Por isso, vamos destinar esta subunidade para estudar sobre a configuração do modelo político e econômico do Brasil, baseado na exportação de produtos agrícolas.

Com o pacto colonial, as colônias só podiam comercializar produtos com a metrópole. Uma série de produtos agrícolas foi explorada, através do que os historiadores denominam de ciclos, baseados na monocultura e no latifúndio. Ademais, as colônias não eram autorizadas a desenvolverem o setor industrial, pois era uma forma de manter a dependência da metrópole. Estas características serão fundamentais para explicar a situação do Brasil atual.

1.2.1 Modelo Agroexportador desde o Brasil Colônia: a madeira e a produção açucareira

Conforme vimos anteriormente, o povoamento e a exploração das terras brasileiras inicialmente se concentraram no litoral nordestino. O primeiro produto a ser explorado e que mais interessava aos portugueses devido ao seu alto valor era o pau-brasil, árvore de madeira nobre e durável. No continente europeu, a madeira se transformava em móveis de luxo, enquanto o extrato era usado na produção de corante vermelho. A madeira foi extraída de maneira predatória e rapidamente houve uma redução da sua quantidade, fato este que possibilitou a emergência de outra forma de exploração das terras da colônia.

Foi a partir do século XVI que as primeiras mudas de cana-de-açúcar, outro produto de alto valor no comércio da época, foram trazidas para o continente. Essa exploração agrícola favorece uma significativa mudança na configuração do território, já que ocorreu uma maior interiorização da ocupação, tendo em vista a conquista dos chamados sertões, regiões distantes do litoral.

Inicialmente, a ocupação das terras brasileiras, assim como outras regiões do território americano no hemisfério sul, foi baseada na condição açucareira como base para efetivar tal ocupação. A condição climática da Zona da Mata, litoral nordestino, garantiu os primeiros passos da agroexportação brasileira. Portugal viu na produção do açúcar uma grande possibilidade de ganho comercial, já que a suposta ausência de metais preciosos dava espaço para a produção de açúcar. Neste momento, o governo português ainda contou com o auxílio da burguesia holandesa.

A sociedade açucareira era patriarcal. A maior parte dos poderes se concentrava nas mãos do senhor de engenho. Com autoridade absoluta, submetia todos ao seu poder: mulher, filhos, agregados e qualquer um que habitasse seus domínios. Cabia-lhe dar proteção à família, recebendo, em troca, lealdade e deferência. Esta característica explica muito da formação da pequena propriedade de terras no Brasil e também da estrutura social herdada deste período brasileiro, conforme veremos na próxima unidade do material didático.

Para extrair lucro máximo na atividade açucareira, Portugal favoreceu a criação de grandes áreas de plantio destinadas ao cultivo de cana de açúcar. Essas áreas são conhecidas como *plantation* (ou plantagem) e consistiam em grandes expansões de terras (latifúndios) controladas por um único proprietário (senhor de engenho). A estrutura socioeconômica da economia agrária açucareira se deu através dos pilares: monocultura, latifúndio, uso de mão de obra escrava, produtos de alto valor e destinados para o comércio externo (quadro 1). Esse modelo de economia agrícola, orientado pelo interesse metropolitano, impediu a ascensão de outras atividades que não eram do interesse de Portugal, limitando os senhores de engenho a seguirem as ordens da metrópole.

Quadro 1 – Estrutura de produção na economia agrária açucareira

- **Monocultura:** consiste no cultivo de uma área, em geral, grandes áreas, utilizando-se de uma única espécie. Tradicionalmente, o Brasil tem sua produção agrícola baseada em monoculturas, inicialmente de cana-de-açúcar, depois café, milho e, atualmente, a soja, para citar alguns exemplos.
- **Latifúndio:** propriedades agrícolas de grande porte exploradas por uma família, proprietário rural ou empresa, característica essa que contribui para a concentração da propriedade de terras.
- **Mão de obra escrava:** para ser rentável, era necessário utilizar mão de obra escrava que, inicialmente, ocorreu com os indígenas e, em seguida e em maior quantidade, com pessoas trazidas do continente africano. Essa prática atendia à demanda dos portugueses por trabalhadores braçais (tipo de trabalho que os portugueses desprezavam). A escravidão ocorreu por quase 400 anos no Brasil, sendo abolida pela Lei Áurea, em 1888.
- **Produto voltado para exportação:** a metrópole não tinha interesse em impulsionar a economia interna da colônia. Para a metrópole, o único produto agrícola que interessava era o que tinha maior valor econômico de venda e poderia dar um grande retorno econômico. Portanto, a exploração da colônia se dava em poucos produtos e todos para atender o mercado externo.

Fonte: Autores.

A exploração do açúcar formou uma sociedade vinculada à produção agrícola e ao

senhor de engenho, impedindo que outras classes sociais se formassem. Estabeleceu-se, portanto, um dualismo na sociedade: por um lado, uma massa de escravos africanos trazidos das colônias portuguesas na África que sustentavam com seu trabalho a economia açucareira; de outro, os senhorios que detinham a propriedade dos meios de produção e dominavam o comércio da produção. O tráfico de escravos, além de servir como mão de obra de baixíssimo custo para o trabalho agrícola, ainda se constituía uma rentável atividade econômica para a Coroa Portuguesa.

Desta maneira, podemos concluir que a sociedade que se formava, tomava a forma e os costumes da fazenda açucareira, com seus costumes e hábitos característicos. Gilberto Freyre (1998), na obra clássica *Casa Grande & Senzala*, um dos primeiros autores brasileiros a analisar profundamente este período brasileiro, já destacava que, muito além de apenas um mero sistema de exploração agrícola das terras da Colônia, o engenho e o açúcar contribuíram para formar muitos aspectos culturais da sociedade brasileira.

A decadência da economia açucareira se dá a partir da segunda metade do século XVII. Isso ocorre devido à concorrência com a açúcar produzida nas Antilhas, onde os holandeses impulsionaram a emergência de técnicas modernas no processamento da cana de açúcar. Isso possibilitou o aumento da produtividade, um custo menor de produção e, conseqüentemente, um menor preço para o mercado. Esse período coincide com a descoberta de minérios no interior do Brasil, chamando mais a atenção da metrópole para esta atividade.

1.2.2 A pecuária e a interiorização do Brasil

Sem dúvidas, a empresa açucareira foi o principal elemento da economia do período colonial. Entretanto, as necessidades de consumo das populações nativas e dos poucos trabalhadores autônomos que se formavam estimularam outras atividades econômicas destinadas à subsistência. Essas atividades econômicas ficaram conhecidas como atividades acessórias ou secundárias. Elas estavam relacionadas à produção de poucos produtos processados, como a rapadura, farinha de mandioca, aguardente, tabaco, entre outras, que estimulavam o plantio de algumas culturas agrícolas necessárias para essa produção. Isso impulsionou a formação de uma pequena parcela da sociedade colonial que formará uma nova categoria social e novas relações entre os senhores de engenho e escravos (SOUSA, 2019). Sobre isso veremos com mais detalhes na próxima unidade deste material.

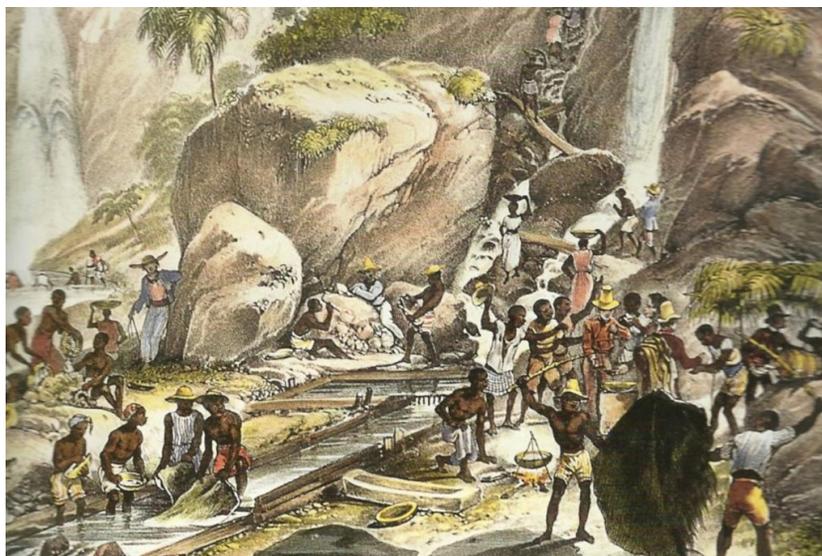
Nesse cenário, a pecuária também foi importante para abastecer esse pequeno mercado interno que se formava nas terras brasileiras. Inicialmente, foram importados alguns animais para serem utilizados em atividades do engenho e para auxiliar em alguns trabalhos agrícolas. Com o crescimento da população de animais, o rebanho começou a causar alguns problemas aos agricultores, sobretudo na plantação de cana-de-açúcar. Por isso, a criação de animais foi sendo, aos poucos, transferida da Zona da Mata nordestina, que se localiza próximo ao litoral, para o sertão nordestino, no interior do estado. Essa produção se dava de forma extensiva e com o uso de pastagens naturais. Em certo ponto, houve inclusive uma interferência da metrópole proibindo a atividade pecuária ou qualquer atividade relacionada com ela na região litorânea do Brasil.

1.2.3 A mineração no Brasil Colônia

No final do século XVII, nas regiões de Minas Gerais, foram descobertos locais que continham ouro, sobretudo em aluvião. Isso significa que estavam presentes nos barrancos das margens dos rios ou em seu leito. Recebe esse nome porque, em geral, estava misturado com outras substâncias, como argila e areia que foram acumuladas pela erosão. A extração neste tipo de formação é muito mais simples do que a extração subterrânea, mas é um trabalho minucioso e árduo, sendo realizado pelos escravos de origem africana (figura 2).

Figura 2 – Extração do ouro em Minas Gerais

Fonte: J.M. Rugendas, Mineração de ouro em Itacolomi, Minas Gerais (1827)



Essa descoberta deslocou a atenção da metrópole da região nordeste para a região sudeste, onde foram encontradas as primeiras jazidas. Essa expansão vai se consolidar posteriormente, quando ocorre o ciclo do café na região do Vale do Paraíba e das adjacências. A mineração, que se consolidou no século XVIII, sem dúvida, foi importante para a expansão territorial e para uma nova organização administrativa da colônia, intensificando a vida urbana nesta região.

Não era apenas o ouro o minério explorado no Brasil. Diamantes também foram extraídos, nas regiões de Goiás, Mato Grosso e, principalmente, Minas Gerais, atingindo seu apogeu entre os anos de 1750 e 1770.

A exploração das jazidas ocorria de duas formas: a lavra e a faiscação.

1) As lavras eram empresas que, dispondo de ferramentas especializadas, executavam a extração aurífera em grandes jazidas, utilizando mão de obra de escravos africanos.

2) A faiscação era a pequena extração representada pelo trabalho do próprio garimpeiro, um homem livre, de poucos recursos, que excepcionalmente poderia contar com alguns ajudantes.

1.2.3.1 As mudanças econômicas e sociais

Como vimos anteriormente, a mineração mudou o eixo econômico da vida colonial do litoral nordestino para a região Centro-Sul. Essa atividade também provocou profundas mudanças econômicas no Brasil, pois era necessário abastecer com manufaturas e alimentos a região das minas, provocando a intensificação do mercado interno brasileiro. Portanto, na região houve um aumento da produção de alimentos, da criação de gado e também da criação de rotas para escoar a produção do ouro para a região dos portos e para levar os produtos alimentícios e o gado.

Por estas rotas, as chamadas tropas de mulas levavam e traziam mercadorias. Entre estas mercadorias, destaque para o negro africano, transportado da decadente lavoura açucareira para a região das minas. Houve também um enorme estímulo à importação de artigos manufaturados, em decorrência do aumento populacional e da concentração de riquezas. Lembramos que as riquezas minerais extraídas no território brasileiro não pertenciam ao Brasil, mas sim à metrópole, que acabava ficando com boa parte da renda obtida com a comercialização, haja vista as altas taxas de impostos cobrados por Portugal. Muito do ouro brasileiro pode ser encontrado até hoje nas igrejas centenárias de Portugal.

Ademais, neste período, as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram criadas e se tornariam importantes na economia do Brasil, tornando-se mais adiante centros econômicos e políticos. A atividade mineradora é, por si só, uma atividade de caráter exploratório e degradante dos recursos naturais. Muitos problemas ambientais foram herdados deste período, tais como: rios e bacias hidrográficas contaminadas e alguns impróprios para o uso em outras atividades, como a pesca, redução e destruição de florestas nativas, diminuição ou extinção de animais endêmicos das áreas de mineração. Além disso, áreas que poderiam ser aproveitadas para atividade agrícola ficaram totalmente danificadas em razão da abertura de covas e depósito de rochas, entre outros.

Ademais, as populações nativas que habitavam a região foram expulsas ou até mesmo eliminadas da região para dar lugar a pequenas cidades que se formavam para dar suporte a uma nova organização social que se formava em torno da atividade mineradora. Multiplica-se o número de comerciantes, intelectuais, pequenos proprietários, funcionários públicos, artesãos, assim como há um aumento considerável da população nessa região. Uma nova estrutura social se forma, mais flexível e que permite certa mobilidade social. Essa sociedade se constitui menos aristocrática em relação ao período anterior, representado pelo ruralismo açucareiro. Além disso, torna-se mais politizada, graças à vinda de imigrantes e, com eles, a entrada das ideias iluministas – liberdade, igualdade e fraternidade.

A decadência do ciclo do ouro aconteceu na segunda metade do século XVIII, com a paralisação das descobertas de jazidas. As jazidas encontradas foram rapidamente exploradas e o ouro se esgotou ou diminuiu ao ponto de não ser mais interessante para os exploradores continuarem com os trabalhos. Ademais, outros produtos agrícolas passam a ser atrativos para essa aristocracia, tais como o algodão e o café, principais produtos explorados neste próximo período.

1.2.4 O ciclo do algodão

A produção de algodão é considerada uma atividade agrícola destinada à exportação e adquire grande importância no cenário econômico do Brasil a partir do século XVIII e início do XIX. A produção do também chamado “ouro branco” foi impulsionada principalmente pelo mercado externo, sobretudo europeu, visto que o continente europeu apresentava crescimento populacional em decorrência das mudanças econômicas e sociais promovidas pela Revolução Industrial. O algodão era matéria prima para a indústria têxtil e a produção brasileira foi baseada no monocultivo, nas grandes propriedades de terra e mão de obra escrava. A produção do algodão ocorreu principalmente no estado do Maranhão, embora também tenha acontecido, em menor escala, em outras regiões do Brasil, tais como: Ceará, Bahia, Pará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, etc.

A produção entrou em declínio, em razão da queda das exportações, devido à concorrência com o mercado externo, sobretudo Estados Unidos da América, que passam a produzir em grande escala e comercializar para a Europa.

1.2.5 A economia cafeeira

Para ilustrar o que foi a chamada economia cafeeira, apresentamos uma das obras de um dos pintores brasileiros mais importantes para a arte brasileira, Cândido Portinari. Na obra “Café”, de 1935, conforme a figura 3, o pintor retrata um pouco do dia a dia dos cafezais. Este ambiente foi inspirador para o autor, que em inúmeras obras retrata tanto os trabalhadores como o ambiente da cafeeira de um período da história do Brasil em que o café impera na economia e na política. Ademais, podemos considerar a economia cafeeira como o grande divisor de águas no processo da formação econômica do Brasil.

Figura 3 – Obra intitulada Café (1935) de Cândido Portinari, retratando o trabalho nos cafezais



Fonte: Cândido Portinari (1935).

O café, nesta época, possuía um enorme valor no mercado internacional e demonstrou uma boa adaptabilidade às condições locais no Vale do Paraíba, na baixada fluminense e em todo o território dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Inicialmente, a atividade foi impulsionada pela grande mão de obra escrava liberada pelas atividades mineradoras e açucareiras.

A cafeicultura também foi baseada na monocultura, produzida em grandes latifúndios e voltada para a exportação, assim como a atividade açucareira; porém, com estruturas econômicas e sociais bastante distintas. Inicialmente, as leis abolicionistas começam a aparecer no cenário político, assim como os primeiros passos para a instauração da República no Brasil. A mão de obra escrava passa a ser substituída por imigrantes europeus, que chegam ao Brasil em grandes processos migratórios, impulsionados pelo estado brasileiro. Esses imigrantes não terão as mesmas relações de trabalho que os africanos. Sendo assim, novas relações sociais se estabelecem, assim como emerge a possibilidade de novas formas de exploração e constituição da propriedade da terra, já que esses imigrantes irão reivindicar terras e melhores condições de trabalho e de vida, uma relação baseada no colonato, conforme veremos na subunidade 2.2.

Essas novas relações entre proprietários e trabalhadores, uma nova estrutura de transporte, baseada nas ferrovias, e uma estrutura de escoamento da produção portuária fazem com que uma nova gestão comercial se estabeleça. Este curto período de estabelecimento da produção cafeeira trouxe inúmeras alterações importantes para a economia e política brasileira. A exportação crescia à medida que o café ganhava novos mercados, como o norte-americano, que rapidamente passou a ser o principal mercado consumidor para o produto.

Essa atividade definiu o sudeste como centro político e econômico do Brasil neste período e impulsionou o crescimento e estabelecimento das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A expansão do café foi encerrada com a Crise de 1929 (Bolsa de Valores de Nova Iorque), que afetou drasticamente o mercado brasileiro, sobretudo o comércio de café. Ademais, como legado deste período, temos a acumulação do capital e do processo de industrialização do Brasil, que ocorre com os lucros dos cafeicultores. Além da questão econômica, temos a formação da elite intelectual do país neste momento, a qual também domina o sistema político.

1.2.6 O ciclo da borracha

A explosão da Segunda Revolução Industrial na segunda metade do século XIX ecoou na Amazônia brasileira, que se tornou uma grande produtora e exportadora mundial de borracha natural, o látex, retirado das seringueiras (figura 4). Esse ciclo econômico foi desenvolvido na região norte do país, principalmente nas cidades de Manaus (Amazonas), Porto Velho (Rondônia) e Belém (Pará).

Figura 4 – Seringueiro realizando a extração do látex



Fonte: Percy Lau Seringueiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>

Uma exploração significativa da borracha, ou o que ficou chamado como *o ciclo da borracha* pelos historiadores, acontece em decorrência da 2ª Guerra Mundial, quando migrantes da região Nordeste foram trabalhar na Amazônia e ficaram conhecidos como ‘soldados da borracha’. Esses migrantes fugiam da seca nordestina e estavam em busca de emprego e melhores condições de vida. Os estados que receberam maiores contingentes de trabalhadores foram Pará e Amazonas, onde se concentrava a ocorrência da seringueira.

O látex extraído da seringueira era transformado em borracha, que atendia as fábricas de automóveis norte-americanas, já que nesta época se desenvolvia rapidamente o transporte de combustão interna, utilizado em automóveis. Na primeira década do século XX, o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador mundial de borracha. Em 1910, por exemplo, chegou a exportar, aproximadamente, 40 mil toneladas do produto. Essa prosperidade inédita na região contribuiu para o desenvolvimento urbano da região norte do país. A produção asiática e a criação da borracha sintética acabaram por diluir o ciclo na Região Norte do país.

1.3

A PRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBSISTÊNCIA

Ao estudar a formação histórica da Colônia e do Império brasileiro podemos compreender como se formou o que hoje temos como os pequenos agricultores, representados pela figura do trabalhador “livre” da morada de favor, na ordem escravocrata, das ondas de imigrantes europeus, entre outros, que vamos estudar mais adiante na disciplina.

Moreira (2007) em sua obra *Terra, poder e território* argumenta que, em uma perspectiva histórica de longo prazo, a cultura agrária brasileira constitui a cultura hegemônica, por conter a estruturação e a legitimação do domínio da terra brasileira. Para o autor, a raiz colonial imperial brasileira contribui para explicar como as instituições e as pessoas foram regidas e moldadas a partir de características próprias da colonização, que, para o autor, assumem um caráter autoritário e hierarquizado. Esta mesma herança contribui para formar a categoria social formada pela agricultura familiar e na mentalidade do indivíduo brasileiro. Além do mais, está presente nas formas e dinâmicas de nossos mercados internos e externos, de nossas organizações patronais e de trabalhadores, na sociedade civil e nos novos movimentos sociais, bem como no lazer e no modo de vida das pessoas.

Este campo social formado por figuras sociais regionalizadas, tais como “caipira”, “caičara”, “tabaréu”, “caboclo”, “sitiente”, “agregado”, “morador”, “colono”, “minifundista”, “sertanejo”, “pequeno arrendatário”, “parceiro”, “pele dura”, em regiões diferentes do país. Estes grupos se identificam e se organizam pelas relações produtivas, de consumo e de socialização de hábitos e valores culturais. Em geral, são famílias de baixa renda, de capitais sociais e culturais precários, socialmente desvalorizados. Este conjunto de identidade se organiza, a partir da ordem capitalista, em torno do trabalho familiar, constituindo-se, posteriormente, como os agricultores familiares, sendo beneficiários primeiros das políticas de desenvolvimento rural e como forma de legitimá-los frente ao Estado brasileiro (MOREIRA, 2007).

Moreira (2007) acredita que esses agricultores, que mais tarde serão agrupados na categoria social de agricultores familiares, foram historicamente conformados pela **ideologia da subsistência**, pois, por muito tempo, foram considerados apenas capazes de uma produção de subsistência (para o consumo da própria família), sem condições de produção em grande escala ou insuficientes para atender às demandas internas do Brasil. Segundo o autor, trata-se de **uma ideologia estrategicamente atribuída a esse grupo social a fim de manter a relação de dominação e de dependência no campo**.

Durante muito tempo, estas representações sociais eram tidas como incultas e conservadoras, compreendidas como seres sociais inferiores, sem aspirações de progresso e de inovação, que só objetivavam sua subsistência. A realidade mostra o analfabetismo e a falta de acesso ao ensino fundamental, médio e superior, ou, quando muito, a baixa permanência nesses níveis de ensino. Na verdade, estes

grupos sempre estiveram à margem das políticas públicas e da sociedade colonial, imperial e até mesmo republicana, devido à estruturação de poderes que se estabeleceu (MOREIRA, 2009).

Com a industrialização da agricultura no Brasil, o panorama não mudou; pelo contrário, aprofundou as desigualdades e a concentração de terras. Moreira (2000), ao analisar as consequências e os impactos da industrialização da agricultura ou, conforme o autor denomina, da revolução verde para o campo brasileiro, admite críticas a basicamente três categorias: técnicas, sociais e econômicas.

A crítica técnica está relacionada ao uso indiscriminado dos recursos, que causaram inúmeros danos ambientais ao campo brasileiro. A crítica social está relacionada com o empobrecimento dos trabalhadores, o êxodo rural, a exploração do trabalho e o desemprego como consequência direta da modernização e industrialização da agricultura, aprofundando as relações de desigualdade herdadas do passado colonial. Relacionado à crítica econômica, está o alto uso de insumos industriais, que aumentam os custos de produção e condicionam a agricultura com a dependência ao mercado.

É neste período que Moreira (2000) defende que o estado brasileiro passa a reconhecer os pequenos agricultores, aqueles atrelados à ideologia da subsistência, como beneficiários das políticas públicas de desenvolvimento rural, de uma forma que os considera incapazes de progresso econômico. Dessas políticas, a maioria de cunho assistencialista, naturaliza o pensamento de que a subsistência é uma condição natural desses agricultores familiares.

Entretanto, nos últimos anos, com o reconhecimento destes agricultores em torno de uma categoria social – Agricultura Familiar –, o Estado passa a reconhecer e valorizar a sua importância para o desenvolvimento do país. Sobretudo, a partir da década de 1990, foram inúmeros os programas e políticas que contribuíram para que esses agricultores fossem fortalecidos e tivessem mínimas condições de reprodução. Políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Pronaf (responsável pelo crédito agrícola) tiveram um papel importante no fortalecimento do setor.

1.4

A CONSTITUIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL COM A LEI DE TERRAS DE 1850 E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Segundo Wellington Pacheco Barros (1996), a história da propriedade da Terra no Brasil está associada ao *Tratado de Tordesilhas*, de 1494, pactuado entre as coroas Portuguesas e Espanhola, chancelado por uma bula papal. Esta bula serviu de uma espécie de armistício, selando a paz entre as duas referidas coroas. Pelo mencionado tratado, o denominado “novo mundo” seria dividido entre os dois reinos, ou seja, foi criada uma linha imaginária do polo Norte ao polo Sul, ficando para o reino Português as terras a sua direita e para o Espanhol, as terras a sua esquerda. Assim, na perspectiva de Barros (1996), surgiu o embrião do direito de terras, posteriormente brasileiras, num Brasil já independente de Portugal.

No sentido de colonizar as terras que pelo *Tratado de Tordesilhas* (figura 5) eram de seu direito, fortalecer a segurança do reino e incentivar o povoamento, o reino Português aplicou na colônia Portuguesa (Brasil) o sistema de *donatarismo*. Nesse sistema, um representante da Coroa Portuguesa, o Governador Geral, tinha poderes para doar a posse de terras aos que nela produzissem, e também para revogar em caso de não produtividade das terras (BARROS, 1996).

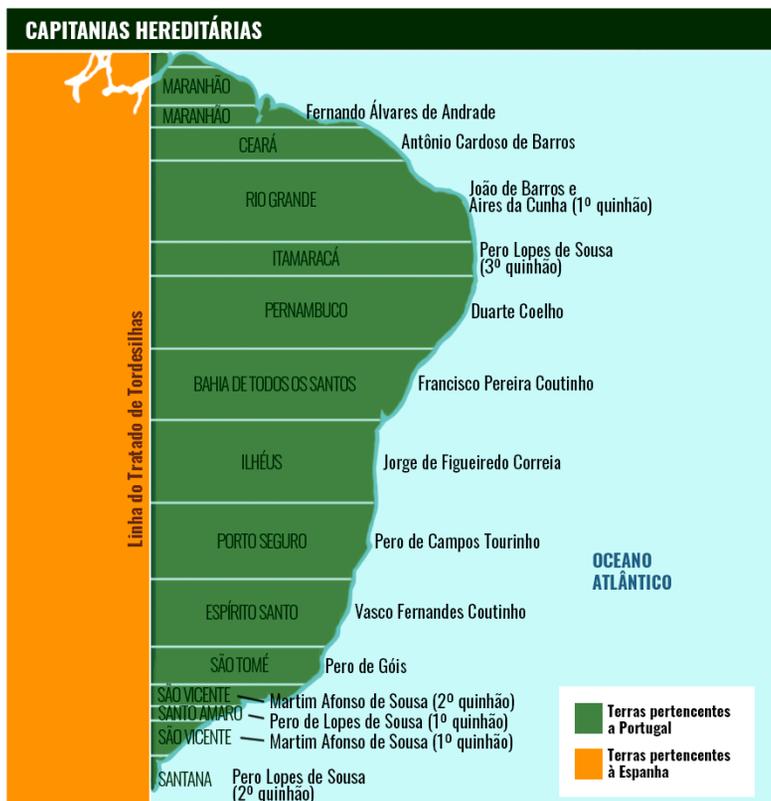
Figura 5 – Mapa da divisão de Terras, segundo o Tratado de Tordesilhas



Fonte: NTE/UFSM

De acordo com o autor, esse sistema não funcionou para os seus objetivos; assim, buscou-se aplicar um outro sistema, denominado de *Capitanias Hereditárias*, vigente no reino de Portugal. Esse sistema consistia em dividir as terras em porções e destiná-las a um dono (figura 6), reforçando a ocupação das terras. Esse processo, inclusive, suscitou um debate acadêmico no Brasil, postulando a ideia de que nós tivemos um sistema no Brasil colônia semelhante ao *Feudalismo*, que ocorreu na Europa e precedeu o modo de produção capitalista. Um outro sistema que foi aplicado foi o denominado de *sesmarias*, no qual as terras eram redistribuídas para novos beneficiários, mediante uma fiscalização das doações e a cobrança de um dízimo – um pagamento pelo direito de uso das terras.

Figura 6 – Proprietários das capitanias hereditárias



Fonte: NTE/UFMS

Destes donos de sesmarias eram cobrados dízimos anuais por parte da coroa, que funcionava como uma espécie de pagamento pelo uso. Como este tipo de exploração da terra não produziu os resultados almejados pela colônia, Portugal aumentou as cobranças destas taxas. A Carta de Doação dava a posse da terra ao donatário e a possibilidade de transmitir essa terra aos filhos, mas não a autorização de vendê-la.

O documento dava também uma sesmaria de dez léguas da costa onde se deveria fundar vilas, construir engenhos, garantir a segurança e colonização através do povoamento. Nela definia-se que o donatário era a autoridade máxima judicial e administrativa da capitania. Era ele que controlava a escravização indígena, a aplicação da justiça, penas e recolhimento de impostos.

As capitanias hereditárias (quadro 2) existiram até 1821. À medida que iam

fracassando, voltavam às mãos da Coroa Portuguesa e eram redimensionadas, gerando novas estruturas de administração. O ato de redimensionar as fronteiras das capitâneas hereditárias moldou alguns estados litorâneos atuais.

Quadro 2 – Tratado de Tordesilhas

O Tratado de Tordesilhas foi um acordo assinado em 7 de junho de 1494 entre a Espanha e Portugal. Esse acordo visava a resolução de conflitos relativos às terras em que Cristóvão Colombo e outros exploradores do final do século XV haviam aportado. Logo depois que a Espanha chegou pela primeira vez ao hemisfério ocidental, esse reino e Portugal entraram em conflito sobre os direitos de colonização do Novo Mundo.

Em 1493, após ouvir os relatos de Cristóvão Colombo, os monarcas espanhóis Fernando e Isabel procuraram o apoio papal para garantir suas posses territoriais no Novo Mundo. Eles pretendiam inibir os portugueses e outros possíveis rivais. Em 1493, o papa Alexandre VI (que era espanhol) determinou a demarcação de uma linha que se localizaria 100 léguas (cerca de 885 quilômetros) a oeste de Cabo Verde. As expedições portuguesas deveriam manter-se a leste dessa linha. Todos os territórios a oeste dessa linha pertenceriam à Espanha. Em troca, a Espanha assumiria o compromisso de difundir o cristianismo no Novo Mundo.

Outras potências europeias, como a Inglaterra, a França e os Países Baixos, que também exploravam o oceano Atlântico, jamais aceitaram essa regra, tampouco qualquer outro acordo derivado dela.

O rei dom João II de Portugal também ficou insatisfeito com a decisão do papa Alexandre VI, não só porque os direitos de Portugal no Novo Mundo não haviam sido suficientemente afirmados, mas porque os navegantes portugueses não teriam espaço suficiente no mar para suas viagens à África. Para resolver esse conflito, embaixadores espanhóis e portugueses se encontraram na vila de Tordesilhas, na Espanha, em 1494. Um novo acordo foi assinado e a linha foi movida, passando a localizar-se 370 léguas (1.900 quilômetros) a oeste de Cabo Verde.

Naquela época, ninguém sabia qual era a real extensão do hemisfério ocidental. Foi o Tratado de Tordesilhas que permitiu a Portugal tomar posse da região litorânea onde Pedro Álvares Cabral aportou em 1500 e que mais tarde veio a se tornar o Brasil.

Em 1534, o Brasil foi dividido em capitâneas hereditárias, que eram faixas de terra individualmente colonizadas por um proprietário chamado de donatário. Ele, por sua vez, concedia a terra a agricultores. Em 1549 essas capitâneas foram unidas em uma colônia, sob um governador-geral, com sede na baía de Todos-os-Santos. A nova cidade foi chamada de Cidade do Salvador, a primeira capital do Brasil.

Fonte: Escola Britannica. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/levels/fundamental/article/Tratado-de-Tordesilhas/574522>

A Lei 1850, a Lei de Terras, foi assinada quando o Brasil já era independente da Colônia Portuguesa. Esta reestruturação da política de terras foi influenciada, principalmente, pelo capitalismo, que surgia e se estruturava na Europa. A Lei 601, de 18 de setembro de 1850, tinha como objetivo reestruturar o sistema de propriedade de terras no país, que vigorou até 1916. Essa Lei marca o início da mercantilização das terras no país (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Camila Salles de Faria (2009) explicam que o desenvolvimento capitalista no processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil ocorreu de forma desigual e contraditória, tendo sua raiz no caráter rentista, o que impediu o acesso à terra pela maior parte da população brasileira. “É, pois, esta relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária que permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir possa se enriquecer” (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 2).

Muitas destas terras foram obtidas a partir do processo de grilagem, ou seja, apropriando-se de uma terra pública. Esses grileiros acumulam capital ao passo que se apropriam da terra e revendem a um terceiro, tendo a possibilidade de obter uma renda maior. Muitas das terras brasileiras foram obtidas neste processo, aprofundando desigualdades sociais.

José de Souza Martins (2010) afirma que o cativo humano foi substituído pelo cativo da terra. Isso porque a propriedade privada de terras no país reforçou o poderio da elite brasileira, pois, mesmo que a abolição da escravatura só tenha ocorrido 33 anos depois da assinatura da Lei de Terras, ela não foi acompanhada de meios para a integração social dos afrodescendentes, considerados como inaptos ao trabalho assalariado. Lembre-se que neste período houve o apoio à imigração de europeus, considerados aptos ao trabalho assalariado. Isso provocou a exclusão e a marginalização de uma grande quantidade de pessoas de origem africana, que ficam neste limbo: libertos da escravidão, mas inaptos para serem assalariados.

A análise de Martins (2010) nos mostra que, apesar de reforçar os privilégios existentes, o modelo capitalista de apropriação da terra no Brasil apresenta um caráter contraditório. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peonagem e suas diferentes formas de “escravidão pela dívida” – todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

ATIVIDADES – Unidade 1

1) Assinale a alternativa que corresponde corretamente quanto às afirmações.

() A política de ocupação do Brasil colonial teve como fundamento a exploração agrícola das suas terras. Em contrapartida, outras terras, como as terras onde hoje se localizam os EUA, a política era o povoamento.

() A escravidão foi o traço mais marcante do período colonial e foi fundamental para a exploração agrícola, bem como para o acúmulo de capital dos senhores de terra.

() A exploração agrícola no Brasil Colônia foi fundamental para configurar a estrutura social brasileira, pois formou-se uma estrutura social baseada nos senhores, brancos, europeus e de posses, e uma massa de trabalhadores escravizados, negros e sem posses.

() A exploração agrícola do Brasil no período colonial e subsequente se destinava ao mercado consumidor interno, devido à política de implantação das sesmarias, que aumentou a população que residia no território brasileiro.

- a) F, F, V, V
- b) V, F, V, F
- c) V, V, F, F
- d) F, V, V, V
- e) V, V, V, F

2) Assinale a alternativa que corresponde corretamente quanto às afirmações.

() A descoberta de minérios na região sudeste do Brasil deslocou o domínio econômico e político do Brasil do litoral nordestino para a região sudeste, intensificando a vida urbana da colônia.

() O ciclo do ouro foi rapidamente substituído pelo ciclo da borracha. O látex, retirado das seringueiras, árvore nativa da região amazônica, foi a grande exploração agrícola destinada ao comércio exterior e que promoveu uma rápida urbanização de todas as regiões brasileiras.

() A mão de obra utilizada na produção de café no Brasil foi principalmente de imigrantes europeus, já que a ascensão e expansão da produção do café ocorre no mesmo período que ocorreu a abolição da escravatura.

() A exploração do algodão no Brasil foi um dos principais produtos de exportação a partir do século XVIII e durou até o início do Século XX, em razão da Revolução Industrial que ocorria no Brasil. Este algodão, destinado para a indústria têxtil, era comercializado para as classes trabalhadoras brasileiras que crescia exponencialmente.

- a) F, F, V, V
- b) V, F, V, V

- c) V, V, F, F
- d) V, F, V, F
- e) F, V, V, F

3) Assinale a alternativa correta em relação ao ciclo de produção açucareira no Brasil

a) A produção de cana de açúcar limitou-se às áreas litorâneas do Brasil e contou com o auxílio da burguesia holandesa.

b) A exploração da cana de açúcar baseava-se na monocultura, no trabalho escravo, no patriarcalismo e o produto voltado para o mercado interno.

c) O primeiro produto agrícola explorado no Brasil colônia foi a cana de açúcar.

d) A produção de cana de açúcar no Brasil baseou-se nas plantations, que consistiam em grandes expansões de terras (latifúndios) controladas por um único proprietário (senhor de engenho). Esta organização social possibilitou a formação de outras classes sociais intermediárias e assalariadas.

e) A decadência da economia açucareira está diretamente relacionada com o aumento da produção e da exploração da madeira, principalmente do Pau Brasil.

4) Assinale a alternativa correta em relação às capitanias hereditárias.

a) Entrou em vigência em 1509, a partir de um acordo entre Espanha e Portugal.

b) Rio de Janeiro tornou-se a capital brasileira no período de vigência das capitanias hereditárias onde estava o governador-geral da colônia.

c) O intuito de criação das capitanias era a exploração espanhola das terras para, principalmente, a produção de cana de açúcar.

d) As capitanias hereditárias provocaram o início da concentração de terras no Brasil, além de configurar a concentração do poder econômico e social.

e) As capitanias hereditárias existiram até 1850, quando ocorre a promulgação da Lei de Terras que reestruturou a política de terras no Brasil.

5) Assinale a resposta incorreta em relação ao processo de constituição da propriedade privada de terra no Brasil.

a) A constituição da propriedade privada da terra, desde sua origem, torna-se fundamental para o desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil.

b) Com a instauração da Lei de Terras, em 1850, foi regulamentada a posse das terras e, logo, os antigos donos de sesmarias perderam as terras que ocupavam.

c) A formação do território do Brasil tinha como princípio a ocupação das terras e essa ocupação estava baseada na exploração agrícola das terras distribuídas aos donos das sesmarias.

d) O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens brancos e que já tinham posses. Eles, além de serem os donos das terras, também eram os senhores de escravos.

e) A Lei de Terras estava em vigor, mesmo depois do processo de instauração da República no Brasil e da formulação da Constituição de 1891.

6) “[...] veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu” (FERNANDES, 1987, p. 31-32).

O sentido da colonização brasileira consiste em produzir bens demandados pelo mercado externo em grandes unidades trabalhadas pelo braço escravo (PRADO JUNIOR, 2001).

Nas afirmações acima, Florestan Fernandes dialoga com a tese de Caio Prado Junior sobre o sentido da colonização no Brasil, que, para o autor, está centrada na grande exploração das nossas terras. Com base nisso, descreva o que significou esta forma de colonização das terras brasileiras e os impactos para a constituição da nossa cultura, economia e formação étnica.

7) (UEL-PR) No Brasil colônia, a pecuária teve um papel decisivo na:

- a) ocupação das áreas litorâneas
- b) expulsão dos assalariados do campo
- c) formação e exploração dos minifúndios
- d) fixação do escravo na agricultura
- e) expansão para o interior

8) Explique o que é a ideologia da subsistência.

2

SISTEMAS DE
EXPLORAÇÃO DA TERRA
E DA MÃO DE OBRA DAS
PRINCIPAIS LAVOURAS
DE EXPORTAÇÃO
E SUBSIDIÁRIAS

INTRODUÇÃO

Nesta unidade, vamos estudar processos de formação agrária e ambiental do Brasil a partir do século XVI em suas diferentes regiões. Perceberemos configurações similares no que se refere à exploração da terra e da força de trabalho. Atentaremos para o nordeste, o sudeste e o sul do Brasil (regiões representadas na Unidade), em que veremos diversidade e similaridade nas principais formas assumidas pelas grandes propriedades fundiárias. Sejam elas lavouras voltadas à exportação ou criações voltadas ao seu abastecimento. Traços comuns e singulares serão apresentados.

O ponto de partida já foi destacado na unidade anterior: o “sentido da colonização”. Isso quer dizer: tanto no nordeste canavieiro, no sudeste cafeeiro, como também no sul charqueador e estancieiro, veremos as circunstâncias estabelecidas por meio do capitalismo mercantil em relação aos ecossistemas e às pessoas trabalhadoras. Como vimos rapidamente na Unidade 1, o processo de colonização do Brasil não foi uma espécie de feudalismo, porque as trocas mercantis transcontinentais foram a grande motivação de sua exploração por europeus. Por outro lado, como veremos ao longo da Unidade 2, as relações de produção do capitalismo que aqui se estabeleceram também produziram, frequentemente, relações não capitalistas de produção (na escravidão, no colonato, na moradia, entre outros).

Ao concluir esta Unidade 2, os estudantes terão revisado um conjunto de aspectos sobre os sistemas de exploração dos territórios e das pessoas que perpassaram a formação do Brasil: o sentido da colonização, o mercado externo e o mercado interno, a agricultura extrativa, o trabalho escravizado, a dominação personalizada, as tensões entre as elites, o regime fundiário da terra cativa, a transição para o trabalho livre, o contexto da industrialização, os subsídios públicos às elites agrárias, as lutas camponesas e a legislação para o trabalho rural.

2.1

O NORDESTE CANAVIEIRO E O SISTEMA DE RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO: DA ESCRAVATURA ÀS RELAÇÕES DE MORADA E DEPENDÊNCIA PESSOAL AO GRANDE PROPRIETÁRIO

Na primeira subunidade, vamos estudar um apanhado de questões sobre as relações sociais de produção no sistema canavieiro do Nordeste. Em suma, vamos estudar o contexto geopolítico em que a produção de açúcar se opera no Brasil e como a família patriarcal, monocultora e escravista dos senhores de engenho se constitui em torno dela. Em seguida, com um salto histórico, veremos como, no período pós-abolição da escravidão, o trabalho se reorganiza em torno da dependência pessoal dos moradores de engenho frente ao senhor de terras. Por fim, estudaremos transformações interligadas no mundo dos engenhos e no sudeste do país, que acarretam no enfraquecimento das tradicionais relações de dependência dos trabalhadores junto aos senhores de terra.

2.1.1 O nordeste canavieiro no Brasil colonial

Para pensarmos como se constitui um sistema de exploração agrícola da cana-de-açúcar no nordeste brasileiro a partir de finais do século XVI, vamos levar em conta algumas circunstâncias da época. Mais especificamente: qual era a perspectiva de Portugal no contexto da colonização do Brasil. Para isso, veremos algumas reflexões de livros considerados clássicos sobre o assunto: *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr.



SAIBA MAIS: *Casa-grande e Senzala* foi publicado em 1933 e constitui um importante marco para a interpretação do Brasil. Influenciado pelo culturalismo norte americano, a novidade que Gilberto Freyre (1900-1987) trouxe nesse livro foi a de conceber a miscigenação brasileira como positiva e enquanto contribuição cultural singular. Até então, as teorias racialistas concebiam a mistura de brancos, negros e indígenas como "degeneração". O livro analisa o tipo de colonização e o tipo de família que se estabeleceu no Brasil, com especial atenção para a vida cotidiana da casa-grande e da senzala nos engenhos canavieiros do nordeste.

Raízes do Brasil foi publicado em 1936 por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e trouxe contribuições sociológicas inéditas acerca das origens ou "raízes" do Brasil. Um livro curto, mas com teses bem demarcadas e argumentadas. Apresentou caracteres que seriam próprios da evolução histórica do país, e não uma cópia de Portugal. Destaca o caráter extrativo e aventureiro da colonização, o inchaço do poder privado das famílias rurais patriarcais, o excessivo culto da personalidade e falta de coesão na vida social, os fundamentos personalistas na vida pública dos brasileiros.

Formação do Brasil Contemporâneo foi publicado em 1942 e se destaca por sua perspectiva de síntese da história brasileira a partir da economia – sem um viés economicista. Diferente dos dois primeiros, Caio Prado Jr. (1907-1990) fornece uma interpretação do "sentido da colonização" a partir da compreensão do capitalismo e dos agentes econômicos. Interpreta o Brasil a partir das realidades materiais da produção, da distribuição e do consumo, para compreender como se estruturam as dimensões políticas e culturais no país.

Primeiramente, é importante ter em mente que os comerciantes do ocidente europeu estavam se integrando a novas rotas de circulação marítima desde o século XII. As navegações representavam negócios atraentes para a burguesia mercantil portuguesa, especialmente por sua posição geográfica na península ibérica. As ligações desses navegadores entre continente europeu, africano, asiático e, depois, americano, tornaram-se consistentes ao longo dos séculos XV e XVI.

Portanto, o principal a considerar sobre os negócios e investimentos da burguesia daquele período são os interesses mercantis. As grandes navegações tinham como mote colocar mercadorias em circulação. A expansão de territórios tinha essa perspectiva: extrair ou trocar produtos que fossem comercializáveis na Europa, como ouro e prata, ou mesmo as especiarias, cerâmicas e tecidos. É assim que vai aparecer o interesse no açúcar. Este produto teve uma grande valorização a partir do final do século XVI. A partir desse momento o território colonial do Brasil se torna um trunfo imperialista português.

Mas, para produzir açúcar, é necessária a agricultura. Para fazer agricultura, são necessárias pessoas. De modo simplificado, essa era a equação que se colocava para os colonizadores portugueses na época, segundo Gilberto Freyre. O autor considera que os portugueses foram inovadores em seu modo de transformar o Brasil em uma "colônia agrícola" ou "colônia de plantação" – numa época em que eram comuns as "colônias de extração" de minerais em outras partes do continente.

Porém, Portugal não tinha excedentes de população para enviar ao Brasil em uma colonização agrícola. Esse seria o motivo pelo qual as explorações em grandes domínios rurais foram as preferidas. Somado a elas, a força de trabalho principal das lavouras e engenhos foi a escravizada indígena e negra. Nesse sentido, o formato da colonização agrícola não foi um projeto que antecipou todos os percalços. Ao

contrário, uma adaptação às circunstâncias e desafios: impossibilidade de extração fácil de recursos para o comércio, preço internacional crescente do açúcar, pouca população em Portugal para um modelo de colonização em pequenas parcelas, tradição escravista na cultura portuguesa. Assim é que, segundo Gilberto Freyre (1998), se estabelece um padrão latifundiário, monocultor e escravista na sociedade e na ocupação do território.

O padrão português de colonização agrícola do Brasil também tinha um “tipo de família” principal. A chamada família patriarcal. Gilberto Freyre a definiu como família formada pelo homem colonizador português e sua união com a mulher índia (união permitida e estimulada pela Coroa). Uma família que se sustentou nos direitos de propriedade para uma parcela restrita de donatários de sesmarias. Uma família que se tornou estável no tempo e controlou a casa-grande nos engenhos nordestinos. Uma família baseada na regularidade do trabalho pela via da escravidão de negros, integrada à senzala. Uma família que se forma na mesma medida em que desintegra as sociedades originárias do território. Uma família que representaria o principal núcleo de poder da colônia em comparação com a Coroa portuguesa e a Igreja católica. Ou seja, os patriarcas “falavam grosso” com a Igreja e com o Rei.

A casa-grande e a senzala, para Freyre (1998), seriam a síntese da formação da sociedade brasileira. Uma síntese que tentaria equilibrar vários antagonismos. Representariam a imposição do modelo de colonização dos portugueses que, em alguma medida, também se abrem para influências culturais de indígenas e negros. Representariam as influências deletérias sobre as sociedades indígenas, porque submetem as populações tradicionais nativas a uma sociedade que não lhes pertencia. Representariam a inserção ambígua dos negros, por um lado desenraizados de seus vários lugares de origem e submetidos à escravidão; por outro lado, contribuintes culturais ativos.

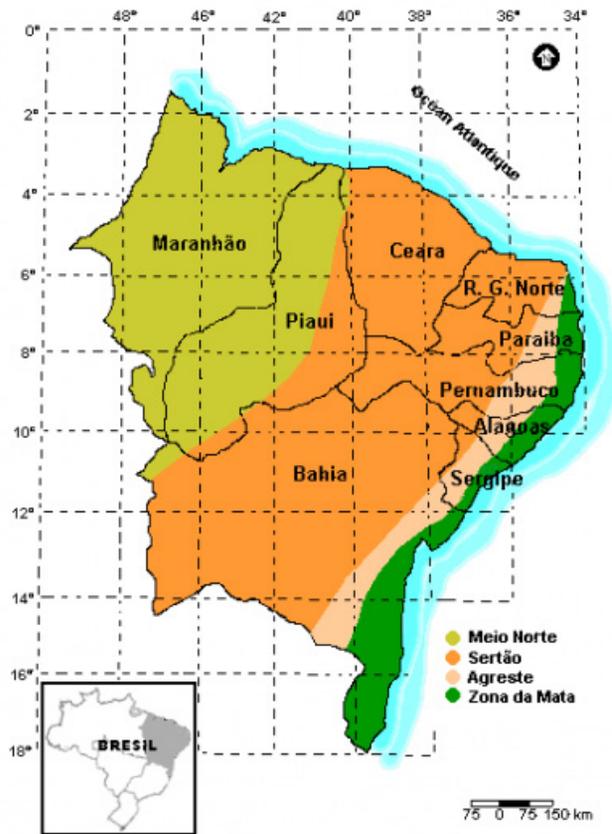
Um aspecto que Sérgio Buarque de Holanda chama atenção na colonização do Brasil é o caráter “aventureiro”. Como vimos a pouco, a ocupação do Brasil com agricultura não foi um projeto metódico e calculista, mas o resultado de várias circunstâncias do capitalismo mercantil e da expansão imperial portuguesa. A lógica “aventureira” dos portugueses seria própria das intenções audaciosas e da busca por façanhas que acompanhavam as tentativas de conquista e colonização da época. No fundo, uma ânsia de prosperidade sem custo.

A lógica da aventura resultou em um tipo de exploração da terra: buscavam-se grandes benefícios com baixos sacrifícios. Ou seja, a exploração que se efetivou para produzir cana-de-açúcar tinha poucos traços de agricultura num sentido de zelo pela terra. Era antes uma exploração para gastar e arruinar, sem reposição de fertilidade, que preferia avançar para terras novas a conservar as antigas. Um grande passivo ecológico foi gerado desde os primórdios do avanço colonizador no litoral brasileiro, na devastação de ecossistemas e erosão de solos. As principais regiões cultivadas com cana se situavam na Zona da Mata nordestina (Figura 7).

Nesse sentido, Gilberto Freyre também associa o tipo de colonização do Brasil com um baixo estímulo para os cultivos de culturas alimentares. Para ele, o “regime alimentar” dos brasileiros foi altamente prejudicado pela lógica escravista, latifundiária e monocultora, pois a ênfase no uso da terra e dos escravos era dada apenas ao cuidado dos produtos exportáveis. Havia, nesse contexto, uma oferta instável de

alimentos básicos. Em alguns momentos foram decretadas leis tentando obrigar os senhores de terras a cultivarem uma quantidade mínima de culturas alimentares (mandioca) em função do somatório de escravos, a fim de evitar agudas crises alimentares.

Figura 7 – Regiões geográficas do Nordeste



Fonte: Adaptado de Andrade (1964 apud DANTAS, 2000). Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6686?lang=pt>

2.1.2 A massa de excluídos no mundo colonial

Como já vimos nesta Unidade 2, um traço fundamental na colonização do Brasil foi o excessivo poder privado concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras. Já foi dito que os proprietários donos de sesmarias tinham um controle quase absoluto em seus domínios, nos quais as interferências da Coroa e da Igreja não eram sentidas como ameaças.

Nesse sentido, os autores que citamos na subunidade anterior concordam cada qual ao seu modo sobre as influências negativas do sistema escravista na formação social, cultural e econômica do Brasil.

Gilberto Freyre (1998) destaca inicialmente a escravidão indígena como elemento de corrosão das sociedades nativas. O trabalho nas lavouras não era praticado tradicionalmente pelos homens índios, que geralmente se ocupavam da caça, da

pesca, da coleta e da defesa contra inimigos. Pouco a pouco a escravização produziu a desintegração dos valores nativos. Também destaca a diversidade cultural e profissional dos negros que foram ignoradas pelos colonizadores. Os escravizados foram submetidos a tarefas padronizadas enquanto escravos, uma negação de suas capacidades culturais e intelectuais (com raras exceções).

Sérgio B. de Holanda vai refletir sobre o efeito ideológico que o trabalho escravizado produziu sobre toda a população. Para ele, o principal estigma social que atingiu os negros no Brasil foi o tipo de trabalho ao qual a escravidão estava associada: manual e mecânico. A herança escravocrata, uma mentalidade da casa-grande avessa ao trabalho manual, foi um tipo de comportamento que irradiou dos domínios rurais, invadiu as variadas ocupações urbanas. Até mesmo uma classe média se entendia privilegiada e possuía escravos, ou seja, os mesmos vícios e desprezos com o trabalho manual, repetitivo e metódico.

Caio Prado Jr. (2001) argumenta acerca da profunda influência da escravidão na formação social brasileira. Parte da constatação de que o cativo tende a repercutir negativamente sobre padrões de organização econômica, material e moral de uma sociedade. A miscigenação entre raças que aqui se estabeleceu com certa facilidade não o foi sem uma forte presença de discriminação. As características visíveis dessas diferenças eram carregadas como marcas, estigmas limitantes de uma maior integração em níveis pelo menos “moralmente homogêneos”. São rótulos que estabelecem a dominação e impõem barreiras à ascensão social, pois carregam o estigma da posição de escravo.

Mas, quando pensamos o conjunto das relações sociais em torno das casas-grandes do Brasil o assunto não se resume a senhores e escravos. Também precisamos levar em conta outros membros da “massa de excluídos” que ali existiam, seja no mundo canavieiro, cafeeiro ou estancieiro. Nesse âmbito, estavam várias categorias sociais que não usufruíam da mesma posição dos donos de terras. Ou seja, para além dos proprietários de sesmarias e dos escravizados, existia uma diversidade de pessoas pobres e livres que era dependente de uma relação pessoal com os proprietários para obter acesso à terra, por exemplo.

José de Souza Martins (1981) é um autor que traz importantes apontamentos sobre a “massa de excluídos” da terra que se forma na história do Brasil. Para isso ele nos lembra de uma série de instituições jurídicas que diferenciavam a população brasileira. Até o início do século XVII, a escravidão indígena era legalizada e, mesmo quando abolida, todos aqueles que fossem mestiços de sangue indígena ou negro estavam vedados a possuir terras. Para obter terras legais era necessário ser um não mestiço, regime que perdurou entre 1534 e 1822 na concessão de sesmarias pela Coroa portuguesa.



SAIBA MAIS: José de Souza Martins nasceu em 1938 no estado de São Paulo. É sociólogo e professor aposentado do Departamento de Sociologia e Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em sua trajetória intelectual produziu importantes trabalhos de síntese sociológica sobre o rural brasileiro, dentre outras temáticas. Nesse sentido, destacamos os livros

Os camponeses e a política no Brasil (1981) e O cativo da terra (2010), entre outros títulos.

Mesmo entre os brancos considerados não mestiços havia um acesso desigual às heranças de família, baseadas no regime do *morgadio*, que durou até 1835. No *morgadio*, é o primogênito quem herda as sesmarias. Aos demais irmãos, caso não fossem mestiços, seria possível ocupar ou invadir uma área e depois reivindicar uma sesmaria. Aos impuros de sangue, a sesmaria não era concedida.

Para toda a massa de pessoas que não podiam ou não conseguiam requerer uma sesmaria, o acesso às terras para trabalho se dava através de uma relação pessoal com os proprietários. Todas essas pessoas se tornavam “agregadas” de um senhor de terras. Ou seja, havia um regime jurídico desigual no qual os trabalhadores livres pobres eram uma população sem direitos.

Na realidade, os agregados eram uma extensão dos direitos privados dos fazendeiros. Para obterem a permissão de ocupar uma terra, estavam de frente a uma questão privada, uma relação de “trocas diretas de coisas desiguais” com o fazendeiro (MARTINS, 1981). A situação do agregado não era uma questão regulada pelo código oficial, não era coisa pública. Dependia de uma negociação pessoal e direta entre as partes, sujeita ao mando do mais forte. Nesse sentido, as relações de dependência e as trocas de favores são um traço fundamental das raízes sociais brasileiras.

2.1.3 Dependência pessoal e relações de morada no nordeste canavieiro

Trouxemos o elemento das relações de dependência pessoal como subsídio para estudar os engenhos canavieiros no período pós 1888, que sucede a escravidão negra no Brasil. Veremos que as relações sociais das famílias de trabalhadores perante os senhores de engenho vão incorporar a dependência pessoal e as trocas de favores como traço fundamental.

Para isso, precisamos ter em mente pelo menos alguns elementos da conjuntura econômica, política e social da época. Primeiro, que as elites canavieiras no final do século XIX já não tinham a mesma influência econômica de outrora. A mercadoria açúcar não possuía no exterior a mesma importância econômica que tivera em séculos anteriores, apesar de ainda existir exportação brasileira e prestígio político da elite agrária canavieira. Assim, os senhores do açúcar tinham menos poder em comparação com as elites cafeeiras de São Paulo, por exemplo.

Também dentre as elites canavieiras existiam crescentes distinções. A industrialização da fabricação do açúcar reclassificava para cima (na estrutura social) os proprietários de usinas e para baixo os proprietários de engenhos. Nas usinas, se produzia o açúcar cristal ou branco (mais valioso e voltado ao mercado externo), enquanto nos engenhos se fazia a aguardente e o açúcar do tipo rapadura (menos valioso e mais voltado ao mercado interno). Não raramente, os senhores de engenho se tornavam fornecedores de cana para outros senhores de engenho que eram também proprietários de uma usina.

Nisso, a população da Zona da Mata nordestina era numerosa e sua força de

trabalho não era absorvida totalmente pelos engenhos. A pobreza e a desigualdade eram situações agudas, o que ampliava ainda mais as diferenças entre donos de terras e dependentes. Apesar dessa situação, os trabalhadores da região não foram bem vistos como trabalhadores livres para substituir os escravizados nas fazendas cafeeiras da região sudeste. Os motivos para isso foram em grande medida as teorias raciais que balizavam as escolhas dos atores políticos na época, que desprezavam os povos mestiços do Brasil (aprofundaremos esta questão na próxima subunidade).

Algumas alternativas muito restritas se apresentavam para a reprodução social das populações pobres do Nordeste canavieiro na primeira metade do século XX. A situação estrutural era a dependência perante os senhores de terra. Por isso, a trajetória mais comum era tentar se tornar um morador de engenho, como explicaremos a seguir. Outro rumo que teve importância foram as migrações para a região amazônica, a fim de trabalhar com extrativismo em seringais, como vimos na Unidade 1. Também vale mencionar alguns fenômenos da época que indiretamente colocavam em questionamento a ordem vigente, como o **messianismo** e o **cangaço**.



TERMO DO GLOSSÁRIO: o messianismo é a crença de um grupo de pessoas na vinda ou retorno de um messias que poderá redimir um povo oprimido. É importante atentar para as circunstâncias em que o messianismo acontece. No contexto aqui referido, que envolve guerras como a de Canudos, o messianismo dá elementos para revoltas de camponeses. Essas tensões afetavam os coronéis locais, ou seja, as forças políticas, militares e civis da Primeira República (1889-1930) (MARTINS, 1981).



SAIBA MAIS: os cangaceiros foram bandos armados que praticavam subversão da ordem pelas localidades onde passavam. Suas práticas de banditismo não eram diretamente politizadas, mas traziam o fato incomum de questionar o poder de coronéis. Não é por acaso que os dominantes se organizavam para reprimi-los (MARTINS, 1981).

Por ora, observaremos com maior ênfase as características das relações de morada nos engenhos. Na próxima seção, estudaremos o fator central para sua destruição: as migrações para o sudeste industrializado do país e a legislação trabalhista. Para pensar as relações de morada nos engenhos canavieiros do Nordeste, nos basearemos na síntese antropológica de **Moacir Palmeira** intitulada *Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional* (2009[1977]).



SAIBA MAIS: Moacir Palmeira nasceu em 1942 no estado de Alagoas, é professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), Rio De Janeiro, desde 1970. Junto de pesquisadores como Lygia Sigaud, Otávio Velho, Beatriz Heredia, Afrânio Garcia Jr.,

José Sérgio Lopes, entre outros, conduziu-se uma série de pesquisas sobre as grandes plantações de cana de açúcar no Nordeste brasileiro e as transformações que ali se passavam em função da industrialização, das migrações e das legislações dos anos 1940-1980.

“Engenho” é a palavra que define genericamente uma grande propriedade em que se produz cana-de-açúcar e onde se concede moradia aos trabalhadores. O autor demonstra que uma pergunta de seu questionário não fazia sentido para os trabalhadores entrevistados: “você *trabalha* em que engenho?”. Depois de manifestarem que não entenderam a pergunta, os entrevistados respondiam: “eu *moro* no engenho X”. Ênfase no “morar”. O que isso queria dizer? Moacir Palmeira demonstra que no mundo canavieiro a palavra “morar” não significava simplesmente “habitar” uma casa. Era muito mais: uma forma de ligação com um engenho. Ser morador só pode significar que se é morador de um engenho específico. Só é possível ser morador quando uma morada é concedida por um senhor de engenho. O trabalhador é morador do *engenho*, não é morador no geral, de um lugar qualquer.

Os trabalhadores não buscavam em primeiro lugar um “emprego”, estavam em busca de uma *casa* e, idealmente, que viesse junto de um *sítio*. Sendo assim, se tornar um *morador* ou pedir *morada* significava um contrato muito particular. Um contrato estabelecido por um trabalhador específico e um senhor específico, cujas regras são “naturais” para eles. Ou seja, não é um contrato fixado em lei como hoje conhecemos, mas um contrato baseado na tradição da relação entre senhor de engenho e morador. Um entendimento prévio do lugar de cada um no mundo (dominante e dominado) que preestabelece as atitudes que cada qual deveria tomar.

Nesse contrato, o potencial *morador* se apresentava com uma família e a intenção de trabalhar no engenho. O senhor, por sua vez, fornecia a casa. Esta casa era mais do que as quatro paredes, incluía sempre um *terreiro* ou *fundo de casa* para *botar roçado*. Ou seja, um lugar em que a família produziria alimentos para consumo próprio e, eventualmente, faria alguma venda.

Existiam diferentes tipos de morador: o morador de *condição* é quem vai trabalhar diretamente no engenho e o *morador foreiro* é o que vai plantar por conta própria e depois fazer um pagamento em produtos ou dinheiro, o chamado *foro*. Em ambos os casos, existe uma quantidade mínima de dias em que o trabalho no engenho é obrigatório e gratuito. O trabalhador poderia ser convocado a qualquer instante para prestar esses serviços.

Dentro das regras tradicionais dos engenhos, o maior prêmio que um *morador* pode obter é um *sítio*. Ou seja, uma área onde possa expandir seus cultivos alimentares e plantar algumas árvores. O *sítio* é visto como um prêmio porque sua localização na fazenda será afastada da casa-grande, logo, ele terá maior autonomia. O morador sem *sítio* fica no pátio do engenho. Vale lembrar que existem ainda os trabalhadores temporários das colheitas, os *corumbas*. São pessoas que migram desde lugares mais secos para as regiões canavieiras a fim de trabalhar na colheita da cana, no verão. Estes não são vistos como moradores porque não recebem uma *casa* como a *casa dos moradores*.

Podemos então notar que existe uma hierarquia entre os trabalhadores dos

engenhos. Os *moradores* com *sítio* são os que possuem o recurso mais valioso, e, por isso, demonstram a maior dependência junto aos proprietários. Isso quer dizer que esses *moradores* se sentem portadores de uma dívida impagável. Renovam o compromisso e a dependência a cada ano quando entregam parte de sua produção e trabalho gratuito aos senhores. E, sendo assim, a cada ano os senhores retribuem com a permissão de continuar com *morada e sítio*.

É importante ter em mente que o campesinato dos engenhos vivenciava uma realidade muito distinta daquela das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, por exemplo. Ou seja, no nordeste canavieiro temos a presença da grande propriedade e das dinâmicas de suas lavouras comerciais. Não havia uma massa de camponeses pequenos proprietários. Os camponeses geralmente eram dependentes dos senhores de terras que monopolizavam as áreas da região. Neste cenário, as demandas de força de trabalho e de terras por parte dos senhores de engenho mudavam ao longo do ano e ao longo de épocas de crise e de ascensão. Ou seja, às vezes existia mais liberdade para botar roçado em um engenho. Em outras épocas, havia o risco de redução de área ou até de expulsão dos moradores.

Em síntese, interessava aos senhores de terra obter os maiores ganhos econômicos, sejam quais fossem as condições de mercado. Isso quer dizer: se havia uma lavoura comercial como a de cana-de-açúcar ou de agave que proporcionasse bons rendimentos, toda a área de lavoura disponível seria utilizada pelos grandes proprietários. Com isso, os sítios e áreas cedidas para os roçados dos moradores seriam reduzidos, seu trabalho no engenho seria recrutado com maior frequência. Quando acontecia essa redução dos roçados e sítios, era comum os moradores dizerem que os senhores “invadiam” sua morada, porque a sua noção de morada não separava a casa e o roçado (GARCIA JR, 1989).

Por outro lado, quando as lavouras comerciais geravam menores rendimentos aos senhores de engenho, havia uma tendência diferente. Aumentava a concessão de áreas para botar roçado. Assim, em ambos os casos a força de trabalho do engenho ficava imobilizada, seja durante a ascensão ou mesmo na crise, numa possibilidade futura de retomada de grandes lavouras comerciais. Além disso, os grandes proprietários poderiam ter rendimentos cobrando um tributo pela área dos roçados, o que era chamado de “foro” em alguns lugares. Ao mesmo tempo, toda a terra ficava ocupada, seu preço continuava alto e a possibilidade de os foreiros a adquirirem era baixa.

Portanto, o sistema de morada na economia açucareira do nordeste tinha um complexo mecanismo de imobilização da força de trabalho. Em outras palavras, seja na alta ou na baixa do preço do açúcar, os senhores conseguiam manter os trabalhadores com baixos pagamentos e sem ter que arcar com sua alimentação. Isso porque podiam ceder mais ou menos terras, de acordo com o panorama de mercado das grandes lavouras. Ao lado disso, existia uma complexa economia familiar camponesa tutelada no interior e nas margens da grande propriedade. As famílias de moradores eram tuteladas no sentido de que não tinha plenas condições de liberdade, já que o acesso às terras sempre dependia dos interesses dos proprietários. Assim, era comum os moradores de engenho se considerarem “sujeitos” e, em oposição, os pequenos proprietários se considerarem “libertos” (GARCIA JR, 1989).

2.1.4 Transformações no mundo dos engenhos

Neste tópico, veremos um longo processo de reorganização dos senhores de engenho, que culmina com a expulsão dos moradores. Porém, a expulsão não resultou na automática migração de ex-moradores despossuídos de suas ferramentas e de terras em direção às cidades para se tornarem outra classe social, a de operários urbanos. Ao contrário, no caso do mundo dos engenhos, os horizontes de vida de moradores “libertos” continuaram sendo o de “botar roçado” para viver.

As lutas dos ex-moradores de engenhos aconteceram sob diversas formas. Por vezes junto das ligas camponesas e sindicatos, em outras cultivando terras de latifúndios em troca de plantar pastagem; em outras, ainda, por meio da migração temporária para as grandes cidades do sudeste do país. Em suma, os processos históricos não são pré-definidos e não possuem uma única direção. Aqui, teremos por base o livro de Afrânio Garcia Jr. intitulado *O sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social* (1989).



SAIBA MAIS: Afrânio Garcia Jr. ingressou na década de 1970 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), onde pesquisou sobre mercado de trabalho, campesinato e transformações dos grupos sociais da economia canavieira do Nordeste. Desde 1996, é *mâitre de conférences* na *École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS)*, em Paris, e mantém interlocuções entre pesquisadores brasileiros e franceses.

O sistema da morada nos engenhos mudou sensivelmente com transformações a partir dos anos 1950. Uma dessas mudanças envolve as estratégias de perpetuação de poder dos senhores de engenhos. Estes senhores acionaram três estratégias principais para retardar sua decadência: a) pressão para o governo federal lhes direcionar subsídios e financiamentos; 2) encontrar usos alternativos para a cana-de-açúcar ou substituí-la por outra lavoura comercial; 3) substituir as lavouras por pastagens e pecuária, para reduzir o custo de trabalho e manter a valorização das terras.

Em função de sua influência política, eles conseguiram drenar importantes fundos do Tesouro Nacional via Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Este garantia apoio em três frentes: a) financiamento de novas plantas de beneficiamento da cana; b) ampliação de plantas antigas; e c) subsídios para melhorar o preço de cada tonelada de cana, saco de açúcar ou litro de álcool. Quanto aos preços, o IAA utilizava uma tabela que pagava subsídios de acordo com a região do engenho. Assim, mesmo que os senhores de engenho não inovassem no aspecto produtivo, conseguiam garantir lucros mínimos. Os usineiros (mais produtivos) encontravam lucros extraordinários e não pressionavam pelo fim das políticas do IAA, que sustentavam os fornecedores de cana mais atrasados tecnologicamente (GARCIA JR., 1989).

Em algumas regiões do Nordeste, os engenhos de cana passavam por processo de desativação parcial. Eram os engenhos de “fogo morto”, como os chamavam. Os senhores haviam cedido as terras a agricultores foreiros e cobravam deles uma taxa, o “foro”. Mas, quando houve um aumento generalizado nos preços do aforamento,

se gerou uma série de revoltas.

Uma das reações a esse processo foi a mobilização dos moradores foreiros em organizações sindicais. As Ligas Camponesas foram organizações que representavam os interesses dos foreiros contra sua expulsão das grandes propriedades, especialmente porque geravam episódios violentos e não indenizavam as famílias pelas benfeitorias e árvores que haviam constituído.

É válido lembrar que nessas tensões, entre os anos 1950-1960, várias organizações procuravam articular as reivindicações camponesas, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro e de setores da Igreja Católica. Na esteira dos conflitos entre moradores, foreiros e posseiros frente aos senhores de terra em várias partes do país, emerge também uma tentativa do Estado em mediar as tensões: o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963 (MARTINS, 1981).

O ETR de 1963 é um importante marco legal que procurou estender garantias legais aos trabalhadores do campo, que até então eram exclusivas aos trabalhadores urbanos: salário mínimo, férias, 13º salário, repouso remunerado e assistência sindical (trabalhista, jurídica e médica), além de vincular ao salário uma contribuição paga ao sindicato.

Contudo, deve-se ter em mente que a simples existência de uma Lei não implicava em sua execução. Para tal, foi necessário que os grupos sociais se apropriassem dos direitos e que não existissem outros constrangimentos. Foi assim que a pesquisadora Lygia Sigaud (1979a) analisou a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural nas lavouras canavieiras do sul de Pernambuco: havia um governador estadual favorável à implementação de sindicatos e de instâncias da Justiça do Trabalho.



SAIBA MAIS: Lygia Sigaud (1945-2009) foi professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) desde a década de 70. Conduziu pesquisas etnográficas de longa duração sobre o mundo da *plantation* canavieira na Zona da Mata pernambucana. Sua longa dedicação sobre as trajetórias sociais de trabalhadores e outros atores da região permitiu visualizar as relações de trabalho, as formas de protesto, os atores e lógicas em torno do direito, entre outros temas.

Quando os senhores de engenho estavam expulsando as famílias das moradas, os expulsos entenderam que as leis reforçavam a tradição e o seu direito de ter terra enquanto moradores de engenho. Nisso, os sindicalistas formaram laços de identificação com os moradores. Foi nesse cenário que os moradores passaram a ser entendidos legalmente como trabalhadores rurais e em seus contratos passou a constar o acesso a trabalho remunerado, moradia e roçado. Se um senhor de engenho expulsasse uma família de moradores sem quitar todos os direitos trabalhistas, pagaria uma indenização (SIGAUD, 1979a; 1979b).

Apesar das importantes conquistas de organizações como as ligas camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais, elas não foram suficientes para conquistar terras aos moradores expulsos dos engenhos. Como dito acima, uma das estratégias dos grandes proprietários foi a de preencher com pastagens e pecuária as áreas de

antigos engenhos. Assim, por mais que reduzissem a produtividade, reduziam também os custos da força de trabalho e os riscos de pagar indenização (GARCIA, JR, 1989).

O pesquisador Afrânio Garcia Jr. analisou o que acontecia com as famílias expulsas em um contexto de crise nas lavouras dos senhores de terras. Ele percebeu que a migração para as cidades não era um processo único. Ou seja, as pessoas não estavam se transformando em “proletárias” num passe de mágica. Os processos sociais se revelaram complexos, com múltiplos desfechos.

Para Garcia Jr. (1989), entre os ex-moradores libertos havia um horizonte sempre presente de melhorar as condições de vida e, de preferência, ter suas próprias terras de trabalho. Isso ocorria de várias formas: quando os donos de pequenos sítios dividiam terras entre descendentes; quando moradores da cidade arrendavam pequenas áreas para botar roçado; até mesmo quando os filhos migravam para “o Sul” (como denominavam as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), a fim de trabalhar na construção civil ou em indústrias, mas com esperança de retornar. Desse modo, até mesmo “o Sul” era “o caminho do roçado”, como denuncia o título do livro de Garcia Jr. (1989), inspirado nas falas de quem entrevistou.

Portanto, em meio ao processo que chamamos “destruição das relações de morada” coexistiram várias tendências. Nos anos 1950, não estava predeterminado que as tradicionais relações de morada se prolongariam. Não era certo que os grandes proprietários tentariam expulsar as famílias. Não era óbvio que os trabalhadores conquistariam um estatuto do trabalhador rural. Não era dado que, sob múltiplos meios, os camponeses continuariam a tentar se reproduzir como camponeses, apesar das adversidades. Tudo isso ocorreu em um contexto de múltiplos interesses em jogo, com diversas trajetórias e desfechos.

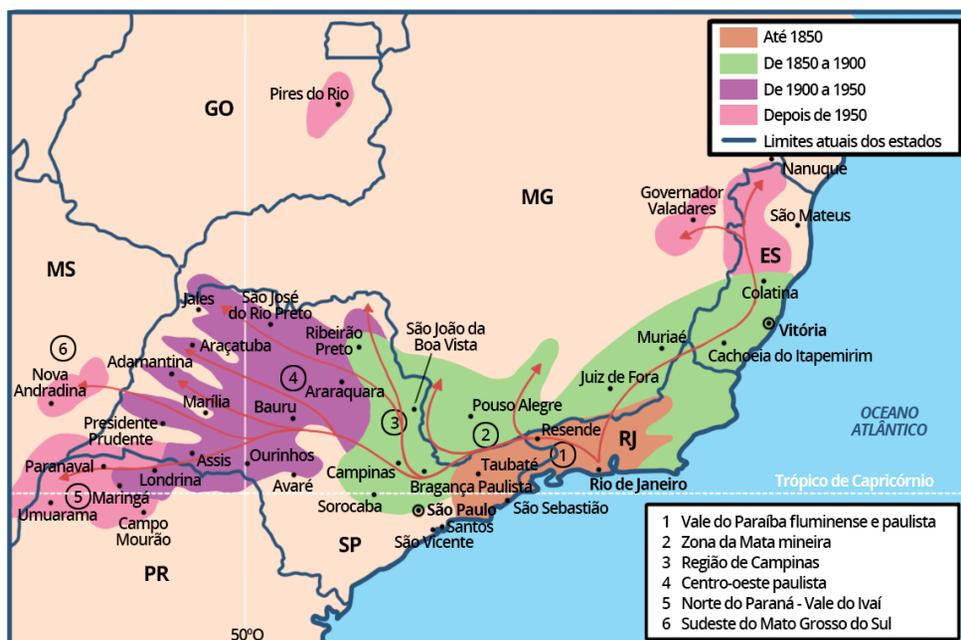
2.2

O SUDESTE CAFEICULTOR NA SUBSTITUIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PELO BRAÇO IMIGRANTE E AS RELAÇÕES DE COLONATO

Nesta segunda subunidade, analisaremos a cafeicultura no sudeste brasileiro, especialmente no estado de São Paulo. Uma série de transformações acontece desde meados do século XVIII, quando o cultivo de café é introduzido no Brasil, até 1890, quando São Paulo se torna o mais importante centro exportador do produto para o mundo. Para esse período, vamos estudar algumas transições. Ou seja, consideramos que a passagem do trabalho escravizado para o regime de colonato não foi linear nem automática. Foi o resultado de circunstâncias e possibilidades próprias do contexto e dos personagens envolvidos, como veremos adiante. Assim como foi a transição da terra em regime de sesmarias para um mercado de propriedade privada com a Lei de Terras de 1850.

Ao nos aprofundarmos nessas transições, vamos pensar o período que vai da consolidação de São Paulo na produção de café na segunda metade do século XIX até a perda de importância do setor nos anos 1960 (Figura 8).

Figura 8 – Regiões cafeeiras no século XIX e meados do século XX.



Fonte: NTE/UFSM

Primeiramente, teremos em mente que o colonato e a burguesia cafeeira paulista não decaíram com a crise de 1929, como é geralmente dito. A exportação do café

permanece até o final da década de 1950 como a maior fonte de receitas cambiais do país. Nesse mesmo sentido, vamos analisar a centralidade do regime de colonato, que permanece até o final dos anos 60 como mola propulsora dos rendimentos dos fazendeiros.

Perceberemos que o colonato é um regime de contratação anual dos trabalhadores em família e não de um trabalhador individual. Note que a categoria família, no contexto analisado, significava uma configuração restrita a homem, mulher e filhos. Com a família de colonos em seus domínios, o fazendeiro dispunha do trabalho do homem e, como adicional, da mulher e das crianças. Além disso, os colonos plantavam alimentos para si, e com isso os fazendeiros não precisavam se preocupar com o fornecimento de comida aos trabalhadores. Este é o cerne do sistema colonato.

Conforme os trabalhadores se apropriam do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, foi possível destruir as relações sociais do colonato. Os fazendeiros temiam as indenizações a que eram obrigados por lei a pagar pelo trabalho de todos os membros da família em seus cafezais. A partir daí, vão se consolidar outras formas de contratação, não mais familiares, não mais anuais, não mais residentes nos domínios dos cafezais. Estudaremos essas transições nas próximas páginas.

As principais fontes de pesquisa para esta subunidade são dois importantes livros na temática da cafeicultura brasileira: o primeiro, publicado em 1986, por Verena Stolcke, e intitulado *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*, e o segundo, de José de Souza Martins, *O cativo da terra*, em nova edição revista e ampliada, publicada em 2010.



SAIBA MAIS: Verena Stolcke é uma antropóloga alemã, nascida em 1938. Emigrou com sua família para Buenos Aires em 1948, no contexto da 2ª Guerra Mundial, e lá viveu até a juventude. Formou-se na Alemanha, concluindo tese em antropologia histórica, área em que foi pioneira. Aliás, também é pioneira no estudo das interseções entre raça, classe e gênero. Nos anos 70, lecionou na Universidade Estadual de Campinas, período no qual conduziu pesquisa de campo com trabalhadoras rurais volantes na cafeicultura paulista (NASCIMENTO; FRANCH, 2017).

2.2.1 A transição entre trabalho cativo e trabalho livre e a questão da terra

A principal força de trabalho empregada nas fazendas de café brasileiras do século XVIII e XIX era a do escravizado negro. Sua substituição por trabalhadores livres só ocorreu de forma massiva na década de 1880. É importante ter em mente que os negros escravizados eram vistos como um tipo de propriedade privada. Os cativos eram negociados pelos seus proprietários como mercadorias.

Até próximo da abolição da escravidão no Brasil, os escravizados eram uma forma de propriedade altamente valorizada, especialmente depois da proibição do

tráfico transcontinental de escravos. Possuir escravos era condição de credibilidade do fazendeiro para contrair custeio a fim de expandir uma fazenda. Naquela época, era o escravo, e não a terra, que equivalia a uma hipoteca – como explica José de Souza Martins (2010).

Portanto, para aceitar a abolição, os fazendeiros não precisavam apenas de um substituto na força de trabalho. Também era necessário um substituto de capital para as hipotecas. Até então, o escravizado era capital do fazendeiro. A terra pouco valia como renda capitalizada. Foi muito lentamente, após a Lei de Terras de 1850, que se formou um mercado imobiliário.

Como vimos anteriormente sobre a estrutura agrária que formou o Brasil, uma minoria obtinha as terras por meio de sesmarias, e o restante por meio de pequenas áreas de posse. Com a Lei de Terras de 1850, foi necessário adquirir as terras para ser seu proprietário. Foi nesse contexto que os fazendeiros ampliaram seus domínios. Na falta de recursos monetários para se converter em proprietários, os pequenos posseiros foram por vezes expulsos, ou se tornaram agregados dependentes dos senhores de terras, ou mesmo venderam a preços ínfimos as suas posses aos fazendeiros.

Com essa concentração de terras após a lei de 1850, podemos identificar como as pessoas livres e pobres se relacionaram com o mercado imobiliário. Nas palavras de José de Souza Martins: “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho teve que ser cativo; num regime de trabalhadores livres a terra tinha que ser cativa” (2010, p. 47). Em outras palavras, duas transições andaram lado a lado: 1) do trabalho cativo para o trabalho livre; 2) de um regime de terras com livre acesso aos posseiros para uma estrutura de terras concentrada e valorizada em um mercado imobiliário.

Essa transição foi um mecanismo significativo de sujeição da força de trabalho no país. Gerou uma massa de trabalhadores desprovidos de terra e de outros meios de produção. Trabalhadores nessa condição estão mais sujeitos a aceitar situações exploradoras para sobreviver. É nesse contexto que o regime de trabalho do colonato se perpetuou, como veremos adiante.

No entanto, a transição entre renda capitalizada no escravo para renda capitalizada na terra não foi uma simples substituição. Um de seus resultados foi um maior enfoque na estruturação da fazenda (**capital constante**) e em sua capacidade para gerar produto (café). Mas a formação desse capital constante não foi a principal estratégia dos fazendeiros, que preferiram se capitalizar simplesmente adquirindo mais fazendas. Ou seja, era mais fácil adquirir novas fazendas do que investir na qualidade e capitalização das fazendas antigas. Nas palavras de Martins: “além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café” (2010, p. 61).



SAIBA MAIS: as definições de capital constante e capital variável são apresentadas por Karl Marx para explicar a reprodução capitalista. Capital constante se divide em capital fixo (meios de produção duradouros: edifícios, instalações, maquinaria, ferramentas) e capital circulante (meios de produção consumidos no processo: matérias-primas, peças, combustíveis, energia). Já o capital variável é a força de trabalho empregada simultaneamente pelo capitalista.

Desse modo, uma tendência foi a de buscar terras em regiões mais férteis e não exploradas ainda com café. O dinheiro que antes era investido no tráfico de escravos passou a ser direcionado para as imobiliárias e a **grilagem**. É também por isso que se justifica o investimento em ferrovias pelos fazendeiros, já que elas vão justamente agregar valor (renda diferencial) às terras mais distantes em relação ao escoamento marítimo da produção.



TERMO DO GLOSSÁRIO: "Grilagem" é um termo utilizado para se referir à produção ilegal de documentos com o intuito de tornar-se proprietário de terras devolutas ou de terceiros. Para dar aspecto envelhecido aos documentos falsos, uma das técnicas utilizadas é de expor os papéis à ação de grilos, daí a origem do termo.

O período que circunscreve boa parte dessas transformações nos capitais das fazendas e a correlata expansão das fazendas cafeeiras ao oeste paulista se deu principalmente entre 1870 e 1888

2.2.2 As circunstâncias da imigração para as fazendas cafeeicultoras

A partir da década de 1890, a substituição da força de trabalho escravizada pela força de trabalho de colonos torna-se sistemática. Esta se deu principalmente a partir de imigrantes europeus que se tornam trabalhadores das fazendas em regime de colonato, como veremos adiante. Uma pergunta que podemos fazer sobre a transição entre trabalho cativo e livre nas fazendas cafeeiras é: por que os fazendeiros preferiram imigrantes europeus e não os negros libertos para serem trabalhadores livres nos cafezais? Algumas circunstâncias e possibilidades existentes naquele período histórico nos permitem construir algumas respostas.

Analisaremos essa questão em torno de três fatores: as correntes emigratórias de europeus e os empreendimentos de colonização, os sentidos para o trabalho na condição distinta de escravizados negros e de imigrantes europeus, a questão racial e as interpretações eugenistas sobre a miscigenação do povo brasileiro.

O primeiro elemento, a existência de empreendimentos em torno das emigrações de europeus, é analisado por Maria Thereza Petrone em seu livro *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)* (1984). De acordo com as pesquisas da autora, existe uma combinação entre as correntes emigratórias de europeus e a demanda de força de trabalho por cafeeicultores paulistas desde os anos de 1840.

Na Europa, existia uma série de “fatores de repulsão” de populações pobres em função da industrialização, das expropriações de camponeses e do pauperismo nas cidades. Havia um fascínio dessas populações com a possibilidade de ter terras. Enquanto isso, existiam “fatores de atração” nas Américas e na Austrália, como a ocupação de fronteiras agrícolas ou o interesse de fazendeiros por trabalhadores livres. Nesse meio tempo, o capitalismo industrial em expansão se interessa por empreendimentos envolvidos na emigração, como a venda de embarcações, venda

de bens de consumo a emigrantes e o loteamento de terras (PETRONE, 1984).

Os cafeicultores paulistas estavam em busca de uma força de trabalho livre. Foi em 1847 que o senador Vergueiro fez um primeiro teste com imigrantes trabalhando em sua fazenda de café em São Paulo. Mas o sentido do termo “trabalhador livre” não tinha a ver simplesmente com o direito de o indivíduo escolher sobre seu destino. Para os fazendeiros, dispor de um trabalhador livre significava não precisar pagar ao traficante de escravos pela propriedade do trabalhador. Significava um trabalho que não tinha um custo inerente de capital. Essa é uma diferença central: o trabalhador livre já não seria mais um capital investido pelo fazendeiro, como antes era o escravo. Não era necessário “adquirir” um imigrante (MARTINS, 2010).

Já o chamado trabalhador livre ou colono era alguém que emigrava geralmente despojado de qualquer propriedade ou co-propriedade de meios de produção. Ao longo da vida, ficara apenas com a posse de seu trabalho como condição de liberdade. Ou seja, trabalhar era a última possibilidade que tinha de ser livre. O trabalho era uma virtude da liberdade.

Nesse contexto, o trabalhador imigrante estava sujeito a aceitar trabalho em fazendas de café desde que fosse estimulada a ideia de que poderia alcançar a propriedade da terra. Aqui, novamente, o interesse dos fazendeiros em haver um mercado aquecido de terras: se comprar um sítio era custoso, o colono se obrigava a permanecer mais tempo labutando na fazenda.

Um terceiro fator para entendermos o estímulo à imigração de europeus ao Brasil é o debate sobre a questão racial no país entre 1870 e 1930. Lília Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças* (1993), apresenta o ambiente intelectual brasileiro na época e as principais ideias que circulavam acerca da formação racial dos brasileiros. Acreditava-se que a miscigenação entre indígenas, negros e brancos produzia um povo “degenerado” em termos culturais e biológicos.

O debate racial desconsiderava a extrema pobreza, a desigualdade e a condição de colônia na história do território. Os mestiços eram a grande parcela da população trabalhadora de posseiros, sitiantes, agregados e toda uma gama de pobres livres do Brasil. Eram populações menosprezadas também pela “ideologia da subsistência”, como vimos na Unidade 1.

Naquele ambiente de ideias racistas, uma das propostas que ganhava força era a de “eugenia”. Segundo seus adeptos, a miscigenação com os brancos erradicaria todas as populações não brancas em questão de um século. Por isso, o Estado deveria estimular a imigração de europeus, numa espécie de política de “branqueamento” da população.

Assim, as principais circunstâncias da escolha de imigrantes para compor a força de trabalho dos cafezais foram brevemente apresentadas nesta seção. A seguir, vamos analisar mais detidamente as relações sociais de produção do denominado *colonato*.

2.2.3 As relações sociais de produção do colonato

De acordo com Verena Stolcke (1986), o colonato é o termo pelo qual se designa a forma de contratação de trabalhadores para as fazendas de café que se inicia no contexto da Abolição da escravidão no Brasil e que perdura até a década de 1960.

A força de trabalho contratada no colonato até a primeira guerra mundial é predominantemente a de famílias de imigrantes europeus, os colonos. Posteriormente, outros grupos sociais também são contratados nas fazendas.

Note que tanto o processo de trabalho como o produto produzido com o colonato é o mesmo que se conduzia na fazenda escravista de café. A única novidade é a forma social de organização do trabalho: familiar. O que analisaremos nesta seção, portanto, é como se dá a exploração da força de trabalho familiar no processo de produção do café e como os trabalhadores do colonato concebiam essas relações em suas mentes (STOLCKE, 1986).

Os imigrantes chamados colonos eram absorvidos nas fazendas de café com intermédio de empresas especializadas no recrutamento transcontinental. As primeiras experiências datam de 1847, foram financiadas pelos fazendeiros e geravam dívidas para os colonos. Nesse período, a adesão dos fazendeiros ao colonato não foi generalizada.

A vinda massiva dos imigrantes foi subvencionada pelo poder público de São Paulo a partir de 1886. De acordo com dados sistematizados por Stolcke (1986, p. 42-3), em maio de 1887, já haviam sido assentados de 60 mil a 70 mil imigrantes em São Paulo. Esse montante já excede os 50 mil escravizados que eram empregados nas fazendas paulistas em 1885. Com a política de imigração, entre 1884 e 1914, cerca de 900 mil imigrantes desembarcam em São Paulo, a maioria tornando-se mão de obra barata nas fazendas. Os pés de café plantados no estado subiram de 221 milhões em 1888 para 685 milhões em 1902.

Uma vez na fazenda, os colonos de São Paulo não se tornavam proprietários de parcelas de terra como ocorria em outras partes do país, a exemplo das colônias no Rio Grande do Sul. Os colonos e suas famílias assumiam um contrato de trabalho junto aos fazendeiros. Esse contrato era anual e previa uma remuneração anual fixa a cada mil pés tratados, além de uma remuneração por alqueire de café colhido, ajustada aos preços anuais do produto. De acordo com a quantia de pés de café que a família tratasse, poderia manejar uma quantia de roças de subsistência. Se a família descuidasse do trato dos cafezais, pagaria multas (SOLCKE, 1986).

Assim, o cenário era vantajoso ao fazendeiro. O estado subvencionava o custo para trazer os imigrantes. Havia uma remuneração fixa que garantia mínima estabilidade ao colono. A remuneração da colheita era variável de acordo com os preços sazonais. Havia sanções para casos de descumprimento de contratos e greves. Em todo caso, era a família quem produzia os alimentos de subsistência.

A entrada massiva de imigrantes em São Paulo criou um verdadeiro mercado de trabalho para as fazendas de café. Mesmo que uma família não se agradasse das condições de contrato em uma fazenda, existiam muitas outras famílias disponíveis a trabalhar. Além do mais, com o mercado de terras aquecido, era um desafio e tanto obter economias para adquirir um sítio (MARTINS, 2010).

Note-se que a planta de café levava de quatro a seis anos para alcançar a maturidade. Seja durante ou depois do período escravocrata os fazendeiros usavam do mesmo método para estabelecer seus cafezais. Contratavam grupos camponeses “nacionais” ou até colonos para fazer a remoção da floresta e plantio dos cafezais, tarefa que era remunerada por planta de café adulta entregue. Enquanto o café crescia, era permitido aos camponeses cultivar alimentos entre as suas fileiras.

Portanto, naquele intervalo em que o café ainda não rendia lucros anuais, o fazendeiro acionava uma força de trabalho de baixo custo. A lógica desse processo é sintetizada por Martins (2010, p. 66): “Não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro pelo direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase dessa formação”.

Mas a principal atividade exercida pelas famílias de colonos era o manejo das plantações já produtivas de café. Na maior parte do ano, se realizava a limpa de plantas espontâneas para manutenção do cafezal. A colheita levava cinco meses no máximo, entre maio e setembro. Os colonos também podiam ser contratados por alguns dias do ano para as atividades de beneficiamento do café (secar e ensacar). No restante do tempo, dedicavam-se a cultivos para alimentação de sua família (MARTINS, 2010).

Por uma série de motivos, os colonos e o colonato não podem ser considerados um regime de assalariados. Um assalariado não é contratado em unidade familiar, não é possuidor de meios de produção, não produz sua própria alimentação, não é pago anualmente, nem por colheita ou por peça produzida.

No colonato, cada contrato era realizado com uma família, não era somente o homem que trabalhava no cafezal. Mais da metade dos ganhos da família vinham de acordo com a produtividade da colheita do café, o que estimulava cada família a assumir maiores áreas e trabalhar mais tempo. Alguns dias de trabalho eram prestados gratuitamente para os fazendeiros, como parte do contrato. Os meios de vida, ou seja, a alimentação, eram produzidos pela família de colonos. Em outras palavras, o colonato é uma mescla de vínculos monetários, não monetários e gratuitos (MARTINS, 2010).

Em uma relação tipicamente capitalista de assalariamento, cada trabalhador individual produz uma quantia de trabalho. De uma parte deste trabalho, se extrai o salário recebido ao final do mês e em outra está o excedente do capitalista, a denominada mais-valia. Com seu salário, o trabalhador vai obter os meios de vida de sua família. Mas o trabalhador não tem como perceber exatamente quanto de seu trabalho dedica para o patrão e quanto dedica para si. O trabalho que gera salário e que gera mais-valia é sempre o mesmo.

No colonato, o trabalho é muito diferente: está separado entre lavouras de café e lavouras do colono. Os colonos podiam enxergar o trabalho que era necessário para si e o trabalho dedicado ao fazendeiro. Mas, os colonos não percebiam que pagavam algo como um “tributo” aos fazendeiros para o direito de ter cultivos para si. No regime de colonato, procuravam fazer o mais rápido possível as tarefas no café para poder ter tempo livre para trabalhar para si. Quanto mais trabalhassem para si e produzissem comida, menos os fazendeiros precisavam arcar com a alimentação das famílias. Mais barata se tornava a força de trabalho do colono para o fazendeiro. E, assim, o direito de ter uma lavoura para si obscurecia a exploração. A parcela de mais-valia obtida pelo fazendeiro se alargava na medida em que tinha baixíssimos custos para prover a reprodução da força de trabalho (MARTINS, 2010).

2.2.4 Persistência do colonato até 1960 e sua destruição

O fato de os trabalhadores do colonato terem o sonho de obter propriedade a qualquer custo foi muito bem aproveitado pelos fazendeiros. Os colonos trabalhavam obstinadamente pela independência, era a “herança” que carregavam. Permitir que os colonos cultivassem lavouras para si e que tentassem fazer algumas vendas lhes dava a sensação de ter acesso a terras próprias. E obter terras foi uma das principais motivações da emigração.

Foi em função da lógica interna desse sistema que podemos explicar em grande medida a sua durabilidade no tempo. O trabalho familiar não remunerado e a produção própria de alimentos pela família de colonos permitiam largas margens de extração de capital pelos fazendeiros. Nas palavras de Martins (2010), podemos concluir que uma das especialidades dos fazendeiros tanto no sistema escravista como no colonato foi o de maximizar as relações não capitalistas de produção para obter a reprodução capitalista do capital. Em outras palavras, com relações de trabalho escravizado ou trabalho familiar não remunerado (não capitalistas) os fazendeiros ampliavam as margens de reprodução (capitalista) de seu capital na comercialização de café.

Além disso, o sistema de contratação do colonato também permitia o fácil ajustamento dos fazendeiros às flutuações nos preços do café. Os fazendeiros controlavam os pagamentos monetários e a concessão de roças de subsistência aos colonos conforme as altas e baixas nos preços do principal produto da lavoura comercial. Se havia uma queda nos preços do café, reduziam os pagamentos em dinheiro e concediam mais área para as lavouras dos colonos. Quando os preços do café subiam, aumentavam os pagamentos monetários e reduziam as áreas para roças de subsistência.

Esse é um dos mecanismos pelo qual a crise de proporções internacionais de 1929 não gerou a ruína imediata dos cafeicultores. Deve-se considerar também que a década de 20 teve uma alta quase sem precedentes nos preços do café, o que explica em partes o desalento dos cafeicultores após 1929. É certo que, em algumas regiões mais antigas e menos férteis, uma série de latifúndios foi dividida ou desfeita. Por mais que, nos anos 1930, o café brasileiro tivesse perdido importante fatia do mercado mundial que ocupava nos anos 1920, isso não significa o fim das elites cafeeiras. Significava somente que, pouco a pouco, elas vão ocupar um lugar menos central na política nacional frente ao comércio e à indústria.

A principal reação política dos cafeicultores não foi a de racionalizar a produção e aumentar a produtividade. Ao contrário, pressionaram o governo federal em prol de políticas de valorização do café, no sentido de garantir preços mínimos e melhorar os preços de mercado pagos ao produtor. A partir de 1931, o governo Vargas cria o Conselho Nacional do Café e coloca em prática a “quota de sacrifício”. O governo adquiria por um preço fixo cerca de 15 a 30% de toda a produção, a fim de incinerá-la e tirar o produto de circulação do mercado. Era uma política custosa que enfrentava resistências de outros setores da economia e inclusive de cafeicultores, mas a compra e queima de café pelo governo perdurou até 1944-1945 e demonstrou que

a burguesia cafeeira não foi marginalizada politicamente após 1929 (STOLKE, 1986).

Outro elemento que atua em favor da influência política dos fazendeiros do café é a importância cambial até o final dos anos 1950. O contexto desenvolvimentista da economia brasileira exigia uma balança comercial favorável para que a indústria nacional se desenvolvesse e substituísse importações. Para isso, as receitas cambiais advindas da exportação do café eram importantes. Por isso, os fazendeiros conseguiam barganhar subsídios nos preços de exportação e na importação de insumos – já que os solos apresentavam esgotamento de fertilidade e não havia área para expandir novas fazendas, além de que a média de idade dos cafezais aumentava. Somente no final da década o café vai perder valor no mercado mundial e fica cada vez mais difícil equacionar interesses de cafeicultores e outros setores da economia.

Outra frente de atuação política dos cafeicultores foi em relação à legislação trabalhista para o campo. Enquanto as leis para os assalariados urbanos estavam em processo de consolidação desde os anos 1930, havia pressão das elites agrárias para que a legislação trabalhista não abrangesse os trabalhadores rurais. Enquanto isso, na cidade, o salário mínimo real era reajustado e estimulava migrações rural-urbanas. Isso permitia que o colonato se mantivesse como regime de contratação predominante nas lavouras de café até os anos 1960.

Lentamente, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, vão se reforçar as bases legais para que todos os entes da unidade familiar fossem remunerados mensalmente, o que impunha limites ao colonato. Mesmo que o período ditatorial após 1964 impusesse limites para a organização coletiva dos trabalhadores, a via para reivindicação individual pela justiça do trabalho ainda estava aberta. A pressão legal e o risco de ter que arcar com indenizações trabalhistas provocaram uma rápida alteração no panorama do trabalho nos cafezais.

Entre 1958 e 1970, praticamente desaparece o contingente de famílias trabalhando na condição de colonato em São Paulo, de acordo com dados organizados por Stolcke (1986). De 640 mil colonos e suas famílias residindo em fazendas em 1958, chegamos a praticamente zero pessoas nessa condição em 1970. Já a categoria de trabalhadores assalariados residentes e não-residentes sobe para 115.168 pessoas. O número de proprietários e suas famílias cai de 570 mil para 169.600 pessoas.

Ao mesmo tempo, entre 1962 e 1967, ocorre uma drástica redução em 1/3 de todos os pés de café que eram cultivados no país. Vale notar que a erradicação dos pés de café era estimulada e subsidiada pelo Instituto Brasileiro do Café, desde 1959. Somente em São Paulo o programa de subsídios à erradicação de cafezais levou a perda de 299 milhões de pés no período, sem contar outros 166 milhões por fora do programa.

A década de 1960 foi um período de redução significativa das plantações de café e de eliminação do colonato em função dos fatores supracitados: desvalorização do café no mercado internacional, dificuldade política de os cafeicultores continuarem a negociar subsídios ao produto, esgotamento dos solos e envelhecimento dos cafezais, consolidação de legislação trabalhista e sua reivindicação pelos trabalhadores do colonato. Foi somente a partir da década de 1970 que o trabalho assalariado se generaliza no setor e que a mecanização se consolida.

2.3

O SUL CHARQUEADOR E ESTANCIEIRO E AS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO PERSONALIZADA NAS EXPLORAÇÕES DE GADO BOVINO EXTENSIVO NO RIO GRANDE DO SUL

Nesta terceira subunidade, nossa atenção vai se voltar para as relações sociais do mundo caracterizado por estâncias no Rio Grande do Sul. Veremos como o sul charqueador se insere enquanto produção subsidiária das lavouras de exportação do país, dando ênfase para a questão da escravidão nos pampas. Em seguida, estudaremos as especificidades da transição do trabalho escravo ao livre no Rio Grande do Sul: o cercamento dos campos e as políticas de colonização.

Indo adiante, destacaremos uma transição importante para os horizontes econômicos estancieiros: a passagem da condição de fornecedores de charque no mercado interno para fornecedores de carnes de luxo para dentro e fora do país. Veremos que nesse período algumas relações não capitalistas de produção se perpetuaram na exploração da força de trabalho, mesmo com a existência do Estatuto do Trabalhador Rural desde 1963. Por fim, vamos analisar como mais recentemente uma série de transformações vai estabelecer um novo cenário para as vendas de carnes, para a ocupação do território e para a exploração da força de trabalho.

A principal referência que utilizaremos para a história agrária do Rio Grande do Sul será o livro de Paulo Afonso Zarth, intitulado *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX* (2002).

2.3.1 A formação das estâncias no Brasil colonial e imperial

Como veremos mais detalhadamente na Unidade 3, o atual território do Rio Grande do Sul era uma zona de muitos conflitos entre espanhóis, portugueses e as populações originárias, entre os séculos XVII, XVIII e XIX. Para portugueses, ali estava em jogo uma importante via de acesso ao território brasileiro pelo sul. Para espanhóis, importava mais o controle da bacia do rio da Prata enquanto acesso privilegiado ao interior do continente. Para as populações indígenas, estava em jogo a manutenção de territórios ocupados há mais de 10 mil anos (BEHLING et al., 2005 apud CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

É na segunda metade do século XVIII que se dá a conformação das estâncias. Este é o nome que se deu para os extensos domínios fundiários nas regiões cobertas por campos no estado. A ocupação oficial dessas áreas se iniciou com a concessão de sesmarias no período colonial e foi se esgotando ainda antes da Lei de Terras de

1850. Os proprietários das estâncias eram militares e políticos bem instalados nas instâncias de poder, que usavam da burocracia estatal para facilitar as concessões de extensas áreas entre si e seus pares (ZARTH, 2002, p. 56-68).

As estâncias obtinham suas economias dos rebanhos que se criaram livremente desde a introdução do gado bovino e equino a partir do século XVII. O gado se espalhou rapidamente, tendo alcançado aproximadamente 48 milhões de cabeças ao final do século. Nos pampas, havia uma vegetação propícia e não existiam predadores especializados. Porém, esse crescimento acelerado dos rebanhos, associado ao manejo com fogo usado na época, provocou uma redução da cobertura vegetal e deu condições para espécies de plantas oportunistas (CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

As primeiras atividades extrativas que envolviam esse rebanho asselvajado foram a obtenção de couro e o transporte de gado a pé (tropas de gado) para as regiões mineradoras do sudeste do país. Mas foi o beneficiamento da carne de gado nas charqueadas a atividade que mais ocupou as estâncias desde 1780 até o início do século XX. Enquanto produtora de charque – carne bovina disposta em mantas, dessecada ao sol e conservada com sal –, a classe estancieira conduzia uma economia subsidiária das principais lavouras de exportação do país. Forneciam um alimento de baixo custo para os trabalhadores das lavouras de café e de cana-de-açúcar. É sob esta circunstância que muitas das tensões que os opunham ao governo imperial envolviam tributações sobre o charque, como foi o caso da Guerra dos Farrapos (1835-1845) (ROCHA, 2011).

Um tema que teve perspectivas bastante distintas de análise refere-se à presença de negros escravizados nas estâncias do Rio Grande do Sul. A obra de Jorge Salis Goulart, publicada em 1927, *A formação do Rio Grande do Sul*, lançou as bases de uma interpretação que relaciona a sociedade gaúcha com uma democracia racial, tentando diferenciá-la dos regimes escravistas do contexto agroexportador.

De acordo com a revisão de Zarth (2002), algumas pesquisas mais recentes como as de Love (1975) e Bakos (1982) reproduzem uma interpretação de baixa importância da escravidão em territórios gaúchos. Os estudos de Fernando Henrique Cardoso (2003[1977]), Décio Freitas (1980) e Mário Maestri (1984) começam a trazer evidências de significativa presença de escravizados na indústria charqueadora.

Paulo Afonso Zarth (2002), utilizando como fonte de pesquisa os inventários *post-mortem* de proprietários estancieiros e os relatórios das Câmaras Municipais, começa a questionar tais conclusões, pois comprova ampla presença de escravos em lugares onde não existiam charqueadas. Também demonstrou que os deputados gaúchos se alinharam com os fazendeiros cafeicultores na votação contra a *Lei do Ventre Livre* (1871).



SAIBA MAIS: lei de caráter abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871, tornava livres todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir daquele dia.

Outra evidência de um Rio Grande do Sul escravista foi a proporção relativa de 21% de escravos na população da província no período anterior à Abolição. Esta proporção colocava o Rio Grande do Sul como terceira província com maior presença relativa de escravos no país, e a sexta em números absolutos. Somadas à

indústria charqueadora e às estâncias criadoras de gado, também possuíam escravos as pequenas indústrias artesanais como atafonas, curtumes e olarias; e, mais raramente, pequenos proprietários agrícolas (ZARTH, 2006).

Mais especificamente em relação às estâncias, os dados de Zarth (2006) demonstram que as grandes propriedades criadoras de gado geralmente possuíam escravos, mas as médias e pequenas nem sempre. A partir de um total de 300 inventários *post-mortem* obtidos no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, referentes a proprietários de diferentes pontos do estado, o pesquisador identificou que mais da metade deles possuía escravos (157) e que a média possuída era de 6,5 cativos por proprietário escravista. A média no estado era maior em municípios com atividades pastoris e charqueadoras.

No interior das estâncias criadoras de gado, os escravizados ocupavam-se basicamente em três categorias de atividades: roceiros, campeiros e caseiros. Em resumo, os primeiros cuidavam das plantações que alimentavam a estância, os segundos faziam o trabalho pastoril junto de trabalhadores livres e os terceiros geralmente eram mulheres que faziam os serviços domésticos. Note-se que a maior parte dos escravos era ocupada em atividades da casa-grande e seu entorno. Considerava-se que um escravizado em posse de um cavalo nas atividades campeiras tinha maiores chances de fuga (MAESTRI, 2000).

Além de pessoas escravizadas, as estâncias também contavam com trabalhadores livres, especialmente nas atividades pastoris. Estes trabalhadores eram escassos no mercado de trabalho, já que os salários não costumavam ser compensadores. Tinham como alternativa se dirigir às áreas florestais ainda disponíveis ou vagar entre estâncias sem paradeiro fixo. Ou seja, diante de tais possibilidades de existência, dificilmente um gaúcho pobre e livre se submeteria ao trabalho intenso nas estâncias em troca de baixos salários. Esse é mais um elemento que explica o contexto escravista das estâncias: poderia ser mais viável economicamente adquirir um escravo do que pagar bons salários aos homens livres pobres (ZARTH, 2006).



SAIBA MAIS: de acordo com Maestri (2010, p. 269), “o *gaúcho* [ou *gaucho* na língua espanhola] surgiu no Prata, originalmente, sobretudo como mestiço de europeu, pampiano, guarani, africano, etc., ou como o nativo destribalizado, vivendo como seminômades em campos abertos ainda que não raro apropriados privadamente, em contato intermitente com a sociedade ibérica. As explicações etimológicas mais comuns é que *gaúcho* seria originado da palavra andina quíchua *huachu* ou *huakcho* – ‘órfão’, ‘vagabundo’, ‘errante’, ‘sem raízes’. O nome não possuía feminino, pois não havia ‘gaúcha’. Sua mulher [sic companheira] era a *china*. Em araucano, falado no sul do Chile e na Argentina pelos mapuches, *huaso* descreve o ‘habitante do campo’ e *gatchu*, ‘amigo’ ou ‘parceiro”.

2.3.2 O cercamento dos campos, a colonização e a abolição da escravidão

Assim como estudamos a transição do trabalho cativo para o trabalho livre no sudeste cafeeiro, veremos agora esta transição no sul estancieiro. Em ambos os casos, a apropriação das terras livres foi importante para a sujeição dos trabalhadores a remunerações mais baixas. Em São Paulo, vimos como a imigração subvencionada pelo governo estadual foi importante para formar um mercado de trabalho e rebaixar os pagamentos em dinheiro aos trabalhadores colonos nos cafezais.

No Rio Grande do Sul, temos algumas particularidades para um mesmo contexto geral do trabalho e da terra no Brasil. As terras livres nas áreas florestais representavam uma possibilidade de existência relativamente autônoma para as populações livres e pobres, mestiças de portugueses, indígenas e negros. Permitia que elas tivessem uma alternativa aos baixos salários junto aos estancieiros e pequenas indústrias. Nesse caso, um mercado de trabalho não estava plenamente estabelecido. As pessoas pobres não estavam completamente despossuídas e dependentes de um trabalho com remuneração qualquer. Além disso, na fronteira agrícola podiam também ficar a margem dos recrutamentos militares tão constantes naquele século (ZARTH, 2002).

Uma série de políticas conduzidas conforme se aproximava a abolição da escravidão contribuíram para reduzir o problema da mão de obra nas estâncias. De acordo com Piccin (2012), essas medidas constituíram bloqueios para a mobilidade geográfica e social das populações mais pobres: os efeitos da Lei de Terras de 1850, os cercamentos dos campos privados dos estancieiros a partir de 1870, a expansão das colônias de imigrantes nas áreas florestais a partir de 1874 e a baixa aceitação de trabalhadores nacionais na indústria porto alegreense.

Com a Lei de Terras de 1850, ocorreu nos campos gaúchos o mesmo processo visto no restante do país: a medida foi um marco para a concentração fundiária porque foram poucos os pequenos posseiros que tiveram as condições monetárias e culturais necessárias para legitimar suas posses. As áreas registradas pelos estancieiros passaram a ser cercadas a partir de 1870 e, mais rapidamente, nos anos 1880.

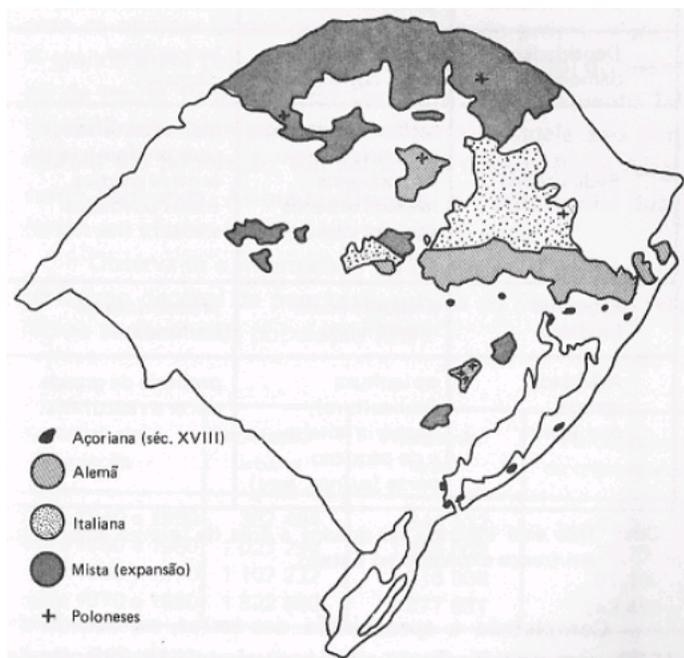
Em termos ecológicos, o cercamento das propriedades deu continuidade a um processo de adaptação da vegetação ao tipo de perturbação que os rebanhos de gado vinham provocando desde o século XVII. O manejo com baixa lotação de gado associado ao uso controlado do fogo levou a uma composição estável dos campos, com persistência de alta biodiversidade (CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

O cercamento dos campos também foi efetivo para reduzir a necessidade de força de trabalho. Quando comparados, o sistema canavieiro e o cafeeiro com o trabalho na estância, esta última exigia muito menos pessoas por hectare na década de 1950-1960. Enquanto eram necessários 65,6 homens/dia/hectare nas lavouras de cana de açúcar e 69 homens/dia/hectare nas plantações de café (STOLCKE, 1986), nas estâncias criadoras de gado extensivo esse cálculo chega a 1 homem/dia a cada 500 hectares (PICCIN, 2012).

Por sua vez, as políticas de colonização com imigrantes europeus não ibéricos geravam um bloqueio ao acesso de terras pelos camponeses nacionais. Entre 1875 e 1914, foram aproximadamente 100.000 imigrantes que adentraram no estado,

somente entre aqueles de nacionalidade italiana (ROCHE, 1969 apud PICCIN, 2012). As populações não imigrantes e pobres ficavam mais sujeitas a trabalhar nas estâncias pela ausência de alternativas. Do ponto de vista do governo estadual, quando essas populações tentavam permanecer como posseiras nas áreas de matas elas eram consideradas intrusas e preteridas dos projetos de colonização (ZARTH, 2002).

Figura 9 – Áreas de projetos de colonização no Rio Grande do Sul.



Fonte: Costa (1995, p. 65)

Outro fator a ser considerado era a explícita preferência que a indústria de Porto Alegre dava ao recrutamento de imigrantes ou descendentes de imigrantes no contexto do final do século XIX e início do século XX (FORTES, 2001). Este era mais um fator que restringia a mobilidade geográfica e social para os trabalhadores de estâncias. Reduzia ainda mais as opções de existência.

Portanto, o somatório de fatores no contexto de finais do século XIX não era favorável para a melhoria das condições de vida das populações pobres nacionais no Rio Grande do Sul. Trabalhar como empregados de estâncias e pequenas indústrias, com reduzidas remunerações monetárias, era uma das poucas alternativas que restava. Ao mesmo tempo, a demanda de trabalhadores em cada estância era muito baixa (em torno de 1 homem/dia a cada 500 hectares).

Mas, havia um fator que estimulava os estancieiros a manterem no entorno de suas propriedades uma série de famílias dele dependentes. Era a importância de contar com corpos militares provisórios (PICCIN, 2012). Isso ocorria em função do histórico de conflitos militares da região e do regime político coronelista vigente. No coronelismo, as disputas entre coronéis eram uma fonte importante de poder no sistema político que vigorou na primeira república (1889-1930) (LEAL, 2012).

Cabe também mencionar as diversas resistências que as populações negras do estado gaúcho construíram frente à escravidão. Uma série de territórios negros

chamados quilombos foram constituídos no estado desde o período escravista. Atualmente, no Rio Grande do Sul são 133 as comunidades remanescentes de quilombos que obtiveram certidões junto à **Fundação Cultural Palmares**, entidade a quem compete a certificação. Esses territórios se formaram por meio de processos complexos que envolvem desde fugas de pessoas escravizadas, compra de áreas por pessoas alforriadas e até porções de terras doadas por grandes proprietários. Elas se caracterizam como áreas marginalizadas pelos grandes proprietários, por vezes de difícil acesso (nos casos mais relacionados a fugas), ou de baixo interesse para os estancieiros (nos casos de doações ou compras) (RUBERT, 2009).



INTERATIVIDADE: para mais informações sobre a Fundação Cultural Palmares, "primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira" (Fundação Cultural Palmares, 2019), acesse: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

2.3.3 Ascensão dos estancieiros: das charqueadas aos frigoríficos

A década de 1930 demarca um conturbado e ao mesmo tempo decisivo momento na trajetória dos estancieiros do Rio Grande do Sul. Como vimos anteriormente, as elites agrárias de outras regiões do país também enfrentavam dificuldades. No nordeste, as elites da cana-de-açúcar estavam em decadência econômica e em diferenciação social entre usineiros e fornecedores. No sudeste, as elites do café perdiam pouco a pouco seu prestígio político. Foi nesse cenário que a pressão política desses grupos alcançou a criação de estruturas estatais para enfrentar as crises: o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Os estancieiros vivenciavam uma situação parecida: o principal produto gerado a partir da carne bovina estava em desvalorização desde o final do século XIX. Além disso, as elites do gado nunca tiveram o mesmo prestígio das elites do café e do açúcar no sentido de acionar o governo federal para proteger suas economias. Portanto, o cenário exigia outras estratégias.

Entre os desafios que se apresentavam ao longo dos anos 1930, podemos destacar os seguintes: os estancieiros-charqueadores tinham estoques crescentes de charque e não conseguiam manter preços competitivos de compra de gado (1931), o mercado nacional do charque foi aberto aos países vizinhos platinos (1932), foi criada uma legislação sanitária (1936) e uma nova legislação sindical (1931 e 1943) (PICCIN, 2014).

Internamente, a elite agrária gaúcha estava subdividida entre estancieiros criadores e estancieiros charqueadores, ou seja, estancieiros que somente criavam bovinos e estancieiros que também eram proprietários de charqueadas. As charqueadas não se localizavam apenas em torno de Pelotas, pois vários estancieiros haviam construído charqueadas em função da demanda crescente após a Primeira Guerra mundial (PESAVENTO, 1980). Além deles, outro ator importante do mercado

de carnes eram os frigoríficos privados. Aos charqueadores e frigoríficos não interessava comprar mais gado quando os preços do charque ou da carne congelada baixavam. Assim, desabavam os preços pagos aos criadores (PICCIN, 2012).

Mas, os frigoríficos estavam em posição de vantagem perante as charqueadas. Além dos melhores preços pagos às carnes resfriadas e congeladas, os frigoríficos conseguiam fazer um maior aproveitamento dos animais abatidos (próximo de 100%) e podiam armazenar as carnes para processá-las ao longo do ano de acordo com a necessidade. Essas vantagens permitiam melhor adaptação à legislação trabalhista e sanitária. Além disso, a demanda de carnes frigorificadas nos mercados europeus começa a subir a partir de 1935 (PICCIN, 2012).

A presença de Getúlio Vargas no governo provisório (1930-1934) não foi alentadora para os charqueadores. O presidente não concedeu isenção às importações de sal espanhol, preferiu estimular a produção brasileira de sal. Além disso, em 1932, firmou acordo entre Brasil e Uruguai para facilitar a importação de charque e carne frigorificada, de modo a reduzir custos da força de trabalho nos engenhos nordestinos. Essas medidas apontavam para perdas no mercado charqueador gaúcho (PICCIN, 2014).

Diante desse cenário, os estancieiros criadores e charqueadores discutiam alternativas e pressionavam o governo estadual. Em 1931 foi criada a Cooperativa Rio-Grandense de Carnes e o governo estadual atendeu uma das demandas dos estancieiros: para formar fundos públicos, começou a cobrar um imposto aos criadores sobre todos os animais abatidos no estado. Em 1934, a referida Cooperativa foi transformada numa autarquia estadual, o Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, e em 1937 passou a gerir os recursos acumulados com o imposto sobre abates. Note-se que esse imposto também era cobrado dos frigoríficos de suínos que somente existiam nas regiões coloniais, mas os mesmos não puderam assumir cadeiras no Instituto de Carnes (PICCIN, 2014).

A barganha estancieira obteve incentivos junto ao governo estadual, os quais melhoraram sua posição. Com empréstimos, as cooperativas de estancieiros passaram a operar uma rede de frigoríficos própria. O Governo do Estado também financiou infraestruturas como entrepostos frigoríficos nos portos de Rio Grande e Porto Alegre, prolongamento de estradas de ferro e aquisição de vagões frigoríficos para o escoamento das carnes (PICCIN, 2012).

Nesse processo, as diferenças entre estancieiros criadores e estancieiros charqueadores foram diluídas, pois estes últimos desativam as charqueadas. A posição social e econômica dos estancieiros melhorou sensivelmente com o financiamento público estadual, quando passaram a controlar frigoríficos próprios. Antes forneciam um produto que abastecia classes populares no mercado interno. Com os frigoríficos, vendiam artigos de consumo não-popular com amplo mercado interno e externo (PICCIN, 2014). Entre 1935 e 1936, a demanda de carne nos frigoríficos gaúchos dobrou, o abate subiu de 200 mil para 400 mil cabeças (PESAVENTO, 1980).

2.3.4 A situação particular dos trabalhadores das estâncias

Com a transição de charqueadas para frigoríficos, a ascensão social e econômica dos estancieiros no cenário nacional perdura entre as décadas de 1940 e 1980. Mas, ao mesmo tempo, a situação dos trabalhadores do gado não viu maiores alterações. A principal força de trabalho das estâncias foi a dos chamados peões. A demanda por estes trabalhadores continuou sendo baixa em função das características do trabalho pastoril, enquanto a disponibilidade de homens permaneceu relativamente alta. Veremos a seguir algumas características do trabalho nas estâncias entre os anos 40-80 e alguns motivos para transformações ao final do período.

O trabalho nas estâncias teve similaridades com o *colonato* do sudeste cafeeiro e a *morada* do nordeste canavieiro. Em todos esses casos existiram relações não capitalistas de produção que permitiram aos senhores de terras aumentar a reprodução capitalista de capital. Em todos esses casos houve uma mescla de remuneração em dinheiro, remuneração em produtos e trabalho gratuito. Essa mescla gerou pagamentos monetários reduzidos, e, logo, melhores lucros aos grandes proprietários.

No caso específico dos peões, vale mencionar algumas particularidades. A primeira delas é a tendência de trabalhadores masculinos e solteiros na atividade pastoril. Nos anos 1960, Medeiros (1969) fez um levantamento de dados com 98 peões de diversas estâncias e descobriu que 62,7% deles encontravam-se na idade entre 20 e 49 anos, sendo que 75% eram solteiros. Esse é um dado muito importante que revela diferenças em relação ao colonato e aos moradores de engenhos, pois nestes casos a unidade básica é a família. Os moradores e colonos preferidos eram os que tivessem mais braços de esposas e filhos à disposição.

Nas estâncias, ocorria o contrário. Os peões solteiros eram preferidos. Eles foram a média porque a necessidade de braços no trabalho pastoril é menor, logo, remunerar toda uma família seria mais custoso ao estancieiro. Assim, os peões não possuíam uma residência própria cedida na estância, mas pernoitavam em uma espécie de alojamento chamado galpão. Some-se a isso a disponibilidade de trabalhadores nas cidades e arredores das estâncias e as dificuldades para que os peões migrassem para outras regiões, pelo menos até a década de 1980 (PICCIN, 2012).

A remuneração dos peões variava muito de acordo com as estâncias, mas era sempre uma mescla de pagamentos monetários e não monetários. Envolveria pagamentos em dinheiro, pagamentos em alimentos e concessão de ferramentas de trabalho. Alguns peões podiam criar algumas cabeças de gado junto ao rebanho do estancieiro. De todo modo, o estancieiro tinha um mecanismo para aumentar o interesse do peão no cuidado do gado, ao mesmo tempo em que reduzia o pagamento em dinheiro.

Outro traço importante era a existência de um armazém da estância. Nesse local, os itens de necessidade básica eram fornecidos ao peão e descontados de seu pagamento. Assim, isso permitia aos estancieiros que a remuneração em dinheiro circulasse no interior dos próprios domínios. Mecanismo similar ocorria nos engenhos nordestinos, onde o pagamento dos moradores estava vinculado aos chamados barracões.

Além de peões, as estâncias também tinham acesso a uma força de trabalho eventual dos chamados agregados ou dependentes. Estes viviam em unidades familiares que ocupavam terras cedidas pelo estancieiro. Os agregados e suas famílias poderiam erguer uma morada, cultivar roçados e ter alguns animais. Nos momentos de maior necessidade de trabalho pastoril, eram chamados a prestar trabalho gratuito ao proprietário das terras. Esta era mais uma relação social que proporcionava redução do custo monetário do trabalho na estância.

A década de 1990 coincide com uma série de transformações no sul estancieiro. Primeiramente, a atividade pastoril perdeu protagonismo enquanto estratégia econômica dos grandes proprietários. A abertura de mercados à concorrência internacional e a extinção do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 1991 significaram a retirada de subsídios públicos para a atividade. As estâncias passaram por uma relativa decadência. Quer dizer, no cálculo econômico dos proprietários passa a ser mais vantajoso dar outros usos às terras. Nesse contexto se expressam os arrendamentos e até vendas de terras para outras ocupações territoriais, como as plantações de soja, monocultivos de árvores exóticas e aquisições públicas para formação de assentamentos rurais.

Ao mesmo tempo, o panorama das relações de trabalho também passa por mudanças substanciais. É a partir dos anos 1990 que se torna frequente a contestação de irregularidades legais no trabalho em estâncias (PICCIN, 2012). Além disso, as possibilidades de migração de famílias de trabalhadores para outras regiões vão se tornar mais comuns no período, especialmente as migrações para a região metropolitana do entorno de Caxias do Sul nos anos 2000 (MOCELLIN; HERÉDIA, 2018). Em suma, o processo de decadência das estâncias também tem a ver com novas condições de contratação da força de trabalho, já que as expectativas de vida dos trabalhadores não mais aceitam as formas de exploração até então vigentes.

Nesse contexto, a decadência das estâncias não significou necessariamente um empobrecimento ou ruína das famílias de estancieiros. Estes, por sua vez, desempenham cada vez mais atividades nas cidades. Porém, a influência política nacional e estadual já não é a mesma de décadas anteriores. A perda relativa de influência política dos estancieiros é posterior em relação a outras elites agrárias do país, como a dos fazendeiros do café no sudeste e dos senhores de engenho no nordeste.

Em vias de conclusão desta Unidade 2, podemos considerar que existem muitas similaridades na história da ocupação agrária do país quando comparamos a ocupação canavieira do nordeste, a exploração cafeeira do sudeste e o sul estancieiro. Na próxima Unidade o intuito será o de aprofundar as leituras sobre processos específicos que perpassam a formação do Rio Grande do Sul contemporâneo.

ATIVIDADES – Unidade 2

1 – Discorra sobre as circunstâncias econômicas, sociais e culturais em que Portugal estabelece uma “colônia agrícola” de grandes domínios rurais no território que passou a se chamar Brasil.

2 – A formação de uma “massa de excluídos” é característica do empreendimento colonial português no Brasil. Sobre isso, marque a afirmativa incorreta:

() O regime chamado morgadio regulava a forma de transmissão de heranças dos brancos. Somente os filhos primogênitos herdavam sesmarias. Se houvessem outros irmãos brancos, não mestiços, caberia a eles ocupar ou invadir outra área caso quisessem reivindicar uma nova sesmaria.

() A escravidão indígena foi uma instituição vigente no Brasil colonial até o início do século XVII. Mesmo depois de abolida, ainda existiam diferenças de tratamento oficial para pessoas mestiças.

() A “massa de excluídos” do Brasil colonial é como podemos caracterizar o conjunto de pessoas indígenas, negras e mestiças que não tinham acesso às sesmarias. Para elas, o acesso à terra dependia de uma relação pessoal com um proprietário. Havia um regime jurídico desigual no qual os trabalhadores livres pobres eram uma população sem direitos.

() Os agregados obtinham o direito de acessar uma parcela de terras a partir de uma relação pessoal com um proprietário oficial. O código oficial poderia ser acionado caso uma das partes não cumprisse com as expectativas tradicionais da troca de favores.

3 – Sobre as tradicionais relações de morada nos engenhos do nordeste canavieiro, marque V (verdadeiro) ou F (falso):

() Uma morada é muito mais que um local qualquer para se habitar. Significa um tipo especial de habitação. Quer dizer uma casa e uma área para botar roçado, nos domínios de um engenho de cana-de-açúcar.

() Um trabalhador residente em um engenho tradicional dificilmente dirá que “trabalha” ou que é “empregado” em um engenho x ou y. Ele dirá que “mora no engenho tal”, porque morar significa muito mais que habitar ou trabalhar, é uma ligação muito particular da pessoa trabalhadora e de sua família ao engenho e ao senhor de terras.

() A morada nos engenhos, assim como a relação de colonato na cafeicultura, são formas de contratação da força de trabalho que permitem manter trabalhadores com baixos custos monetários.

() As possibilidades de que uma família acionasse o Estatuto do Trabalhador Rural ou que migrasse para trabalhar em regiões industriais do sudeste são fatores que desestruturaram as tradicionais relações de morada nos engenhos de cana.

4 – Discorra sobre as estratégias utilizadas pelas elites canavieiras do Nordeste, a fim de enfrentar a lenta decadência que se passa desde a virada para o século XX. Compare essas estratégias com as utilizadas pelas elites cafeicultores do Sudeste e estancieiras do Sul a partir da década de 1930. Existem similaridades? Que papel os poderes públicos cumprem?

5 – Transições lentas e duradouras caracterizam a passagem do século XIX para o século XX na formação do Brasil contemporâneo. Nas palavras de José de Souza Martins: “Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho teve que ser cativo; num regime de trabalhadores livres a terra tinha que ser cativa” (2010, p. 47). No que se refere à terra e ao trabalho, marque a afirmativa incorreta:

() A Lei de Terras de 1850 é marcante para a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre no Brasil. Essa lei dificultou o registro das áreas ocupadas por posseiros pobres e analfabetos, perpetuando uma grande massa de excluídos. Se a terra fosse de livre acesso para todos, os fazendeiros precisariam pagar salários mais altos para convencer alguém a trabalhar em suas terras. Mas, como a terra se tornou propriedade de poucos, facilitou-se a sujeição de trabalhadores a menores salários.

() As pessoas negras escravizadas até 1888 eram consideradas propriedade privada. Possuir escravos era uma prova de que se possuía capital para honrar empréstimos. Foi muito lentamente, após a Lei de Terras de 1850, que se formou um mercado imobiliário. Assim, as terras passaram a ser utilizadas como hipotecas, no lugar das pessoas escravizadas.

() A transição entre renda capitalizada no escravo para renda capitalizada na terra trouxe algumas novidades. Entre elas, se tornou geral o investimento dos proprietários na estruturação das fazendas, que passaram a dispor de amplo e qualificado capital constante a fim de reduzir a demanda de força de trabalho.

6 – Apresente as principais características do colonato enquanto forma de contratação do trabalho nos cafezais do Sudeste brasileiro. É possível caracterizar os colonos como assalariados? Justifique sua resposta.

7 – O regime de contratação da força de trabalho denominado colonato foi predominante nas fazendas de café do Sudeste entre as décadas de 1880 e 1960. Quanto aos motivos para a destruição desse regime de relações de trabalho, marque F para afirmativas falsas e V para afirmativas verdadeiras:

() Os colonos passaram a adquirir parcelas de terras de fazendeiros decadentes e, a fim de evitar o colapso dos cafeicultores após a crise de 1929, o sistema foi abandonado.

() A imigração subvencionada pelo governo de São Paulo foi fortemente reduzida após 1914. Com a redução do aporte de novos colonos, não houve mais concorrência entre os trabalhadores. Os cafeicultores adotaram o assalariamento como forma de incentivar a permanência dos colonos em suas fazendas.

() O contingente de famílias trabalhando na condição de colonato em São Paulo se reduz para perto de zero entre 1958 e 1970. A consolidação de legislação

trabalhista e sua reivindicação pelos trabalhadores foi um dos motivos que dificultou a perpetuação do colonato, pois o assalariamento não permitiria contratação de unidades familiares.

() No panorama nacional e industrial, deve-se considerar a desvalorização do café no mercado mundial e a dificuldade política de os cafeicultores continuarem a negociar subsídios ao produto.

() O esgotamento dos solos e o envelhecimento dos cafezais são elementos não desprezíveis no processo de dissolução do colonato e de redução dos pés de café plantados, na década de 1960.

8 – Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, também era recorrente o trabalho escravizado, como em geral acontecia no Brasil colonial e imperial. Próximo da Abolição, a província tinha a sexta posição em termos de população absoluta de escravizados. Comente sobre a formação das estâncias e as condições para contratar força de trabalho livre no período escravista.

9 – A transição entre trabalho escravizado e trabalho livre foi uma questão chave do século XIX no Brasil. Sobre as particularidades desse processo no Rio Grande do Sul, marque a alternativa incorreta:

() É necessário entender a importância das políticas direcionadas para as áreas de florestas e de campos na formação do estado. Nos campos se encontravam as estâncias e nas áreas de florestas foram estabelecidas colônias com imigrantes europeus não ibéricos. Essas medidas pressionaram as populações empobrecidas e livres – mestiços de brancos, indígenas e negros – a ingressar com baixas remunerações no mercado de trabalho das estâncias.

() As populações livres do Rio Grande do Sul que habitavam as florestas foram consideradas “intrusas” na perspectiva dos gestores públicos que administravam as políticas de imigração.

() O cercamento foi uma estratégia que reduziu a demanda de trabalho para manejar as estâncias e legitimou a propriedade privada dos estancieiros. Em comparação com o sistema de morada e o de colonato, o trabalho nas estâncias era o que exigia a menor quantidade de braços. Os estancieiros priorizavam homens solteiros para as atividades campeiras, diferentemente de fazendeiros do café e senhores de engenho que preferiam dar morada a famílias de trabalhadores.

() A transição da comercialização de carnes das charqueadas para os frigoríficos reduziu a demanda de bovinos e possibilitou que os estancieiros se adaptassem à transição entre tipos de força de trabalho.

10 – Comente sobre a situação particular dos trabalhadores solteiros de estâncias em relação aos trabalhadores em unidades familiares nas lavouras de café de cana-de-açúcar. Que características os diferenciavam e os assemelhavam nesses diferentes contextos sociais?

3

RIO GRANDE DO SUL
E OS PRINCIPAIS
AGENTES SOCIAIS
NA OCUPAÇÃO
DO TERRITÓRIO

INTRODUÇÃO

Esta unidade é destinada a compreender a formação social e econômica do Rio Grande do Sul e apresentar os principais agentes sociais na ocupação do território. De início, vamos apresentar a concepção da dicotomia campo-floresta para representar, através da vegetação natural, a ocupação do território e as diferenças culturais ocasionadas pela ocupação do território e exploração agrícola. Na região dos campos, predominante na metade sul, a atividade pecuária extensiva predominou durante muitos anos, com a formação de uma sociedade estancieira, baseada no latifúndio. Nas áreas de florestas, entretanto, prevaleceu por muitos anos a presença indígena e as práticas agrícolas de exploração das matas, sobretudo do pinhão e da erva mate e, a partir do século XIX, a atividade agrícola em pequenas propriedades – principalmente depois da chegada dos imigrantes europeus e uma maior densidade de povoamento, em comparação com a região de campos.

Nesta unidade, também, vamos compreender as diferenças entre os vários povos indígenas que ocuparam o território e a sua contribuição para a formação do povo gaúcho e dos seus principais hábitos alimentares: o mate e o churrasco. Em torno da erva-mate, se travam outros importantes acontecimentos vinculados com os caboclos e seu modo de vida. Os caboclos, pequeno lavrador, homem livre pobre ou ervateiro, eram grupos de pequenos agricultores que viviam da exploração dos ervais e da agricultura de subsistência. Com a chegada dos imigrantes europeus, em uma política de colonização sustentada pelo governo gaúcho da época, esses caboclos e a população indígena são perseguidos, extintos e tendem a se agrupar nas áreas remanescentes de florestas, formando as áreas que mais tarde serão delimitadas por lei para estas comunidades.

No final do século XIX, a configuração do Rio Grande do Sul, tanto quanto ocupação da terra, quanto econômica e etnicamente se transforma. A colonização entra em crise, sobretudo pela exploração dos recursos naturais e dos limites da fronteira agrícola. Essa configuração dá espaço para a modernização da agricultura, tema a ser tratado na próxima unidade.

3.1

O EXTREMO SUL COMO TERRITÓRIO EM DISPUTA ENTRE POTÊNCIAS EUROPEIAS E A CONSTITUIÇÃO DA GRANDE PROPRIEDADE ESTANCIEIRA NAS REGIÕES DE CAMPOS

Para pensarmos a conformação do atual território do Rio Grande do Sul, vamos nos remeter a processos que se desenrolaram desde o século XVII. Um fator central é a posição secundária desse espaço na economia agrário-exportadora brasileira. Ao mesmo tempo, esta região tinha um protagonismo político e militar no espaço conflituoso da bacia do Prata, o que configurava posição estratégica naquelas disputas e condicionou a ocupação do espaço territorial.

Assim, o modo de ocupação da província por europeus diferencia parcialmente os grupos dominantes estancieiros desta província frente às outras elites agrárias do país, como os senhores de engenho no nordeste e os fazendeiros do café no sudeste. Mas, ao mesmo tempo, mantém a centralidade da exploração escravista e latifundiária como similaridade ao modelo geral (ZARTH, 2002; PESAVENTO, 1980).

Para início de conversa, vale ter em mente que o extremo sul do Brasil não foi importante nas estratégias extrativas dos séculos iniciais de colonização portuguesa. Alguns dos fatores foram a ausência de ouro ou prata, o clima não vantajoso para cultivos tropicais, a posição do litoral mais distante da Europa e pouco favorável para aportar navios.

Por outro lado, foram frequentes as guerras por disputa territorial no sul. A estratégica posição geográfica em relação à bacia do rio da Prata foi um dos principais fatores para que a guerra fosse praticamente permanente nos séculos XVIII e XIX. Entre 1754-1756, a Guerra Guaranítica de portugueses e espanhóis contra os indígenas missioneiros. Entre 1763 e 1776, dos portugueses contra os castelhanos que ocuparam o forte de Rio Grande. Entre 1810 e 1828, a disputa pela Banda Oriental (Uruguai) e pelo território das Missões. Entre 1835 e 1845, a Guerra dos Farrapos. Entre 1851 e 1852, a guerra contra a Argentina (do General Rosas). Entre 1864 e 1870, a Guerra do Paraguai (ZARTH, 2002, p. 53).

Mas, vamos por partes. Em termos de investidas europeias no território, os jesuítas espanhóis foram os pioneiros e ocuparam a parte ocidental do espaço com reduções indígenas no início do século XVII. Os bandeirantes paulistas entraram em conflitos com os jesuítas por conta da caça de índios. Estes serviam como mercadorias para o tráfico escravista do sudeste e nordeste da colônia. Os ataques bandeirantes são interrompidos em 1641 pela vitória dos indígenas. A Companhia de Jesus envia mais sacerdotes e, no final do século XVII, fundaram-se

novas reduções (CESAR, 1980; BECKER, 1968 apud ZARTH, 2002).

Ainda em termos dos interesses europeus pelo sul, vale mencionar a Colônia de Sacramento, fundada em 1680 pelo governo português. Esta se localizava na margem oposta à Buenos Aires, uma área espanhola. O que estava em disputa era a posição estratégica em relação à bacia do Rio da Prata e o controle das atividades contrabandistas naquele acesso ao interior do continente.

Para os portugueses, o sul apresentava um risco enquanto porta de entrada do território brasileiro. De modo a se defender de possíveis investidas espanholas ao Brasil, em 1737, os portugueses estabelecem um forte na atual localização da cidade de Rio Grande. Esta foi a primeira estratégia de ocupação oficial portuguesa no atual território do Rio Grande do Sul.

A expulsão dos jesuítas e o fim de suas Missões no estado veio a ocorrer em 1756. Forças armadas de origem espanhola e portuguesa foram acionadas conjuntamente para guerrear contra os índios. O território das Missões foi declarado livre para a ocupação portuguesa, o que veio a ocorrer com as estâncias criadoras de gado extensivo (ZARTH, 2002).

O gado foi introduzido pelas reduções jesuíticas desde o início do século XVII e se espalhou pelas áreas de campos do Sul, se tornando um recurso atraente em meados de século XVIII. O naturalista espanhol Félix de Azara estimou que, em 1700, a população de gado bovino alcançava 48 milhões de indivíduos (CROSBY, 1993 apud CRUZ; GUADAGNIN, 2010).

Este enorme rebanho foi um recurso que atraiu os interesses de militares e políticos envolvidos com os conflitos geopolíticos do território. As condecorações de guerra lhes rendiam prestígio e posições de mando na estrutura burocrática em finais do século XVIII e início do século XIX. O acesso privilegiado dessas altas classes aos meios para concessão de sesmarias permitiu a reconversão de muitos militares em proprietários estancieiros.

Assim, misturaram-se as atividades de guerra e as atividades pastoris e os estancieiros se consolidaram enquanto poderosos senhores de terras e de guerras. Em meados do século XIX, época da Lei de Terras, todas as áreas de campos já estavam oficialmente ocupadas: “estava consolidada uma classe militar e política fortemente instalada no poder” (ZARTH, 2002, p. 63).

Contudo, certos setores, tanto da coroa portuguesa como do império brasileiro, demonstravam desconforto com tal estratégia de ocupação em estâncias. Seus críticos não perdiam de vista a posição estratégica no Sul frente aos espanhóis. A ocupação promovida pelos estancieiros, pouco densa em termos demográficos, poderia ser ineficaz na proteção e garantia da fronteira (ZARTH, 2002).

Portanto, de acordo com as circunstâncias de ocupação do território acabou por se estabelecer uma estrutura fundiária altamente concentrada, como era típico no país. Para fins de elucidação, vamos considerar o Registro Paroquial de Terras de 1855, este que possui o status de primeiro censo geral sobre a propriedade rural do país. No município de Bagé, caracterizado pelos campos e exploração pastoril de estâncias, as propriedades acima de 1.000 hectares compunham 97,9% da área registrada, aquelas acima de 10.000 ha alcançavam 45% das áreas, e as que possuíam menos de 50 hectares somavam 0,09% da área municipal (ZARTH, 2002).

3.2

AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO NAS REGIÕES DE FLORESTAS DO ESTADO E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E CABOCLAS CONSIDERADAS INTRUSAS

Antes de compreender como se deu a ocupação destas áreas de florestas no Rio Grande do Sul, vamos entender o contexto fitogeográfico do estado e a sua formação vegetal nativa. Inicialmente, vale lembrar que o estado está situado entre dois biomas – Pampa e Mata Atlântica – que foram formados em função da diversidade de clima, solos e relevo.

Conforme pode ser visualizado na figura 10, a Mata Atlântica ocorre na porção norte do estado e pode ser definida pela presença de vegetação florestal, se estendendo por 37% do território gaúcho. Já o bioma pampa, ocupa a metade sul do estado, uma área de 63% do território. Em terras brasileiras, este bioma só ocorre no Rio Grande do Sul, embora grande parte do bioma pampa esteja compreendida no Uruguai e Argentina. Caracteriza-se por terrenos em planícies e vegetação de campo.

Figura 10 – Biomas do Rio Grande do Sul



Fonte: Atlas Socioeconômico. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/biomas>

Essa demarcação por biomas também explica muito da colonização e da história do Rio Grande do Sul. As atividades econômicas que se desenvolveram marcaram a economia e a formação sociocultural do RS. O processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul foi alvo de muitas disputas protagonizadas por indígenas, caboclos (pequenos posseiros) e os colonos de descendência europeia (CARINI, 2010). Porém, essas lutas pelo território iniciaram com a conquista dos europeus, sendo alvo tanto dos espanhóis como dos portugueses (ZARTH, 2000).

Se na subunidade anterior focamos na análise deste sul pampiano e da formação da grande propriedade estancieira, nesta subunidade vamos compreender como se dá o processo de formação das áreas de floresta e a disputa por este território, marcada por lutas e pelo extermínio de populações indígenas e caboclas que tradicionalmente ocupavam estas áreas.

Até o final do século XVIII, a região era habitada pelos índios Guarani (região das Missões) e Kaingang (florestas ao norte). O primeiro grupo havia passado por um processo de aldeamento pelos padres da Companhia de Jesus, originando as Reduções Jesuíticas, os quais, ainda no século XVIII, foram expulsos, migrando para outras regiões ou foram mortos na guerra. Já no limiar do século XIX, o território antes ocupado pelos povos Guarani “foi conquistado por comandos militares de estancieiros locais, seguindo os planos políticos do governo português”, possibilitando o estabelecimento de seus descendentes, mestiços e africanos (na condição de escravos) como agricultores de subsistência, criadores de gado e extrativistas de erva-mate (ZARTH, 2000, p. 1).

Almejando a posse do território, o governo português e, posteriormente, o brasileiro adotaram a política de concessão de terras, sendo essa “semelhante às demais áreas do país, baseada na forte concentração fundiária, dando origem a propriedades que alcançaram até 60.000 hectares” (ZARTH, 2000, p.02).

Na porção noroeste do Estado, no mesmo período, iniciaram-se os conflitos entre indígenas Kaingang, que tomavam as florestas, e um grupo de caboclos (descendentes de indígenas e portugueses), que dedicavam-se à coleta de erva-mate. Tais disputas tinham como plano de fundo a extração da erva-mate, visto que essa se apresentava esparsa nas florestas, as quais eram consideradas públicas e administradas pelos representantes dos municípios. Assim, os ervateiros tornaram-se produtores de subsistência, estando diretamente em conflito com aqueles que por tantos anos viveram e protegeram as florestas (ZARTH, 2000).

Ao abordar as políticas de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, importante se faz destacar o fluxo migratório iniciado no final do século XIX, quando imigrantes de várias nacionalidades (alemã, polonesa, italiana, russa, entre outras) se estabeleceram em áreas de florestas, por meio dos projetos de colonização. Parte dessas terras foram concedidas pelo Estado e outras por projetos privados de companhias de colonização que as comercializavam, o que provocou a drástica redução das áreas destinadas aos indígenas e caboclos que viviam na região (ZARTH, 2000).

Os imigrantes que se estabeleceram na região foram atraídos por uma política de governo que tinha como objetivo formar colônias para a produção de alimentos voltada ao mercado interno. Como estavam distantes geograficamente dos centros urbanos, as terras foram exploradas de forma independente pelos colonos, os quais se dedicaram principalmente à agricultura e à suinocultura (MANTELLI, 2006).

Hoje, através dessa política de colonização, as áreas que antes eram cobertas por matas estão “retalhadas em pequenas propriedades”, as quais foram desenhadas em menos de um século. Desta forma, “fica impossível dissociar a paisagem cultural em terras florestais, da presença do imigrante europeu” (MANTELLI, 2006, p. 275). Esses processos garantiram ao Rio Grande do Sul uma diversidade étnica, na qual a sociedade é composta por diferentes povos, sendo esses de origem europeia, africana e indígena.

Essa diversidade não foi construída harmoniosamente. Os indígenas e quilombolas que ocupavam áreas, sobretudo as de floresta, eram tidos como intrusos e aos poucos foram sendo “expulsos” pelos europeus e pelos agentes do Estado, nesse processo de apoio à colonização. Portanto, essas comunidades que ocupavam áreas importantes foram sendo extintas ou sofreram um adensamento em razão da eliminação dessas áreas. Em contrapartida, quando os europeus se instalaram, o objetivo era a prática da agricultura, que não condizia com a manutenção da vegetação inicial. Com este ambiente alterado, muitos indígenas migraram para outras áreas ou foram se agrupando em torno de algumas áreas até, em meados do século XX, haver a legalização das suas áreas, muito inferiores em tamanho e quantidade do que era originalmente, conforme veremos na próxima subunidade.

3.3

A QUESTÃO INDÍGENA E O ALDEAMENTO: OS PRIMEIROS HABITANTES DO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Antes mesmo de ser demarcado como um estado da união, antes do território rio-grandense pertencer aos espanhóis, ele já era habitado por milhares de pessoas, identificadas pelas etnias guarani, jê e pampianos.

No cotidiano da sociedade brasileira, é comum identificarmos costumes e tradições originárias dos povos indígenas. A herança dos povos nativos do Brasil está presente nos hábitos alimentares, na origem de palavras, nomes de pessoas e municípios, além de ações rotineiras, como o ato de banhar-se. No Rio grande do Sul, o hábito de tomar chimarrão, identitário dos povos gaúchos, é herança indígena, assim como preparar o churrasco (figura 11).

Figura 11 – Charruas e o mate



Fonte: NTE/UFMS

Através de pesquisas etnográficas e arqueológicas, em um período anterior à chegada dos europeus ao território, os guaranis ocupavam o litoral, a parte central até a fronteira com a Argentina; os jê habitavam parte norte junto a Santa Catarina; e os pampianos se localizavam ao sul junto do Uruguai (MOURE, 1994).

Os Guaranis, formados pelos grupos tape, arachane e carijó, eram o grupo indígena mais numeroso da região. Estes grupos distinguiam-se pela região que habitavam: tapes - habitavam a zona oeste e centro-oeste do estado e seriam os futuros índios missioneiros; arachanes - habitavam a banda oeste da Lagoa dos Patos; carijós ou Patos - habitavam o litoral norte do Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

Os guaranis preferiam principalmente os vales dos rios e as margens das lagoas, locais em que a caça e a pesca eram mais abundantes. Eles coletavam diversos tipos de moluscos, frutos e raízes e cultivavam principalmente o milho e o aipim, mas também plantavam feijão, abóbora e batata. Suas moradias tinham uma estrutura de madeira coberta com fibras vegetais, em geral de base circular. Essas habitações, denominadas de ocas, eram habitadas por diversas famílias com grau de parentesco entre si. Uma aldeia, normalmente, era formada por três a seis ocas. Os guaranis foram os grupos que formariam mais tarde os povos missioneiros, catequizados pelos jesuítas espanhóis (PILETTI, 2007).

Muitos hábitos alimentares e de vida do povo gaúcho são heranças dos guaranis. Um dos mais icônicos é, sem dúvida, o hábito de tomar chimarrão. Os guaranis desenvolveram técnicas para processar a erva mate, conhecidas como o carijo ou barbaquá (LUZ et al., 2017). Ademais, quando da ocupação europeia, os guaranis já tinham o hábito de tomar chimarrão diariamente, do mesmo modo como fazemos hoje: o *Caá-y* (bebida do mate = chimarrão), em porongo, através do *tacupapi* (bomba artesanal, feita de taquara). Diversas lendas remontam para o início deste hábito (quadro 3).

Quadro 3 – Lenda da erva mate

Há muitos e muitos anos, uma grande tribo guarani, por ser nômade, precisava encontrar um outro lugar para morar, onde a caça fosse farta e a terra fértil. Lentamente, os índios foram deixando a aldeia onde haviam vivido tantos anos.

O povo migrou, mas, sem que ninguém soubesse, um velho índio, que dormira tapado por couros, ao acordar se viu só, sem seus descendentes para cuidá-lo. É obrigado a levantar-se e agarrando-se às árvores se põe a caminhar. Nisto, surge uma bela e jovem índia, que se coloca atrás dele. Ela chamava-se Yari e era sua filha mais nova, que não teve coragem de abandonar seu velho pai, que sozinho iria morrer.

Numa triste tarde de inverno, o velho, entretido colhendo algumas frutas, assustou-se quando viu mexer-se uma folhagem próxima. Pensou que fosse uma onça, mas eis que surge um homem branco muito forte, de olhos cor do céu e vestido com roupas coloridas. Aproximou-se e disse-lhe:

- Venho de muito longe e há dias ando sem parar. Estou cansado e queria repousar um pouco. Poderia arranjar-me uma rede e algo para comer?

- Sim, respondeu o velho índio, mesmo sabendo que sua comida era muito escassa. Quando chegaram à sua cabana, ele apresentou ao visitante a sua filha. Yari acendeu o fogo e preparou algo para o moço comer. O estranho comeu com muito apetite. O velho e a filha emprestaram a cabana e foram dormir em uma das outras abandonadas.

Ao amanhecer, o velho índio encontrou o homem branco e pediu que ele descansasse um pouco mais. Porém, respondeu-lhe que tinha percebido a necessidade dos dois, ninguém o tinha ajudado e acolhido tanto; então, embrenhou-se em direção à floresta. Depois de algum tempo, retornou com várias caças.

- Vocês merecem muito mais! – explicou o homem. Me deram o que não

tinham e foram de grande bondade. Tupã está preocupado com a saúde de vocês e por isto me enviou. E em gratidão a tanta bondade lhe concedo um pedido. O pobre velho queria um amigo que lhe fizesse companhia até o findar de seus dias, para que pudesse deixar de ser um fardo para sua doce e jovem filha. O estranho levou-lhe então até uma erva mais estranha ainda dizendo:

- Esta é a erva-mate. Plante-a e deixe que ela cresça e faça-a multiplicar-se. Deve arrancar-lhe as folhas, fervê-las e tomar como chá. Suas forças se renovarão e poderá voltar a caçar e fazer o que quiser. Sua filha poderá então retornar à sua tribo. Yari resolveu que, de qualquer jeito, ficaria para fazer companhia ao pai. Pela sua dedicação e zelo, o enviado do tupã sorriu emocionado e disse:

- Por ser tão boa filha, a partir deste momento passará a ser conhecida como Caá-Yari, a deusa protetora dos ervais. Cuidará para que o mate jamais deixe de existir e fará com que os outros o conheçam e bebam, a fim de serem fortes e felizes.

Logo depois, o estranho partiu, mas deixou na cabeça de Yari uma grande dúvida: como poderia ela, vivendo afastada das demais tribos divulgar o uso da tal erva? E o tempo foi passando...

Em uma tribo não muito distante dali, os índios estavam contentes com a fartura das caçadas. Organizaram uma grande festa para comemorar, não faltava comida e bebida. Mas a bebida demais levou dois jovens índios a começaram a discutir e brigar. Tratava-se de Piraúna e Jaguarê.

No furor da briga, Jaguarê empunha um tacape e bate na cabeça de Piraúna, matando-o. Jaguarê foi então detido e amarrado ao poste das torturas. Pelas leis da tribo, os parentes do morto deveriam executar o assassino. Trouxeram imediatamente o pai de Piraúna para que ordenasse a execução. Muito consciente que a tragédia só aconteceu por estarem os jovens sob o efeito da bebida, liberou o Jaguarê, que foi expulso da tribo e partiu buscar sua sorte na floresta e, quem sabe, nos braços de Anhangá, espírito mau da mata. Conforme caminhava e o efeito do álcool era amenizado, mais se arrependia do mal que fizera.

Passadas muitas décadas, alguns índios daquela tribo aventuravam-se na mata fechada em busca de caça que já estava rara no local em que viviam. Entrando no sertão, no meio da floresta, encontraram uma cabana e foram aproximando-se com cuidado, mas mesmo assim foram pressentidos e saiu da cabana um homem muito forte e sorridente. Muito embora seus cabelos fossem totalmente brancos, sua fisionomia era de um jovem e ofereceu-lhes uma bebida desconhecida. Identificou-se então como sendo Jaguarê, o índio expulso de sua tribo e que a bebida desconhecida era o mate.

Contou que, quando foi abandonado a sua sorte, muito andou e quando estava apertado de cansaço e remorso, jogou-se ao chão e pediu para morrer. Acordou-se com a visão de uma índia de rara beleza que, apiedando-se dele, disse-lhe.

- Meu nome é Caá-Yari e sou a deusa dos ervais. Tenho pena de você, pois não matou por gosto e agora arrepende-se amargamente pelo que fez. Para suportar seu exílio, eis aqui uma bebida que o deixará forte e lhe esclarecerá as ideias. Levou-o até uma estranha planta e voltou a dizer:

- Esta é a erva-mate. Cultive-a e a faça multiplicar. Depois prepare uma infusão com suas folhas e beba o chá. Seu corpo permanecerá forte e sua mente clara por muitos anos. Não deixe de transmitir a quem encontrar o que aprendeu com o mate.

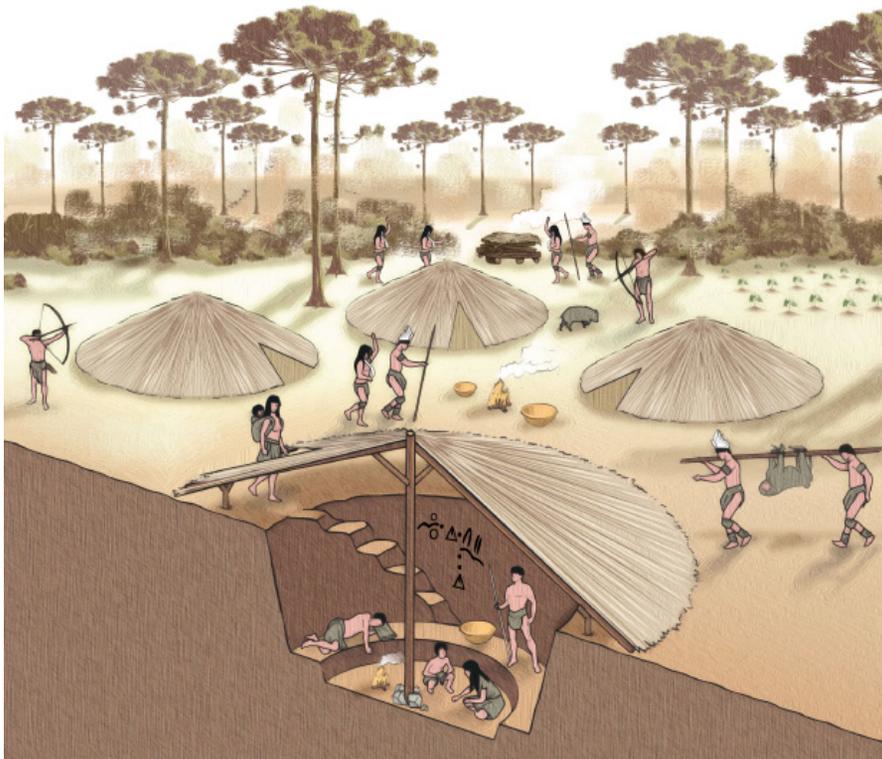
- Portanto, jovens guerreiros, quero que levem alguns pés da erva-mate para a sua tribo e que nunca deixem de transmitir aos outros o que aprenderam.

Aqueles índios voltaram e contaram aos outros o que haviam ouvido. O mate foi plantado e multiplicou-se. Outras tribos apreenderam e foi desta forma que seu uso chegou até nós.

Fonte: Portal das Missões. Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1551/lenda-da-erva-mate-versao-indigena.html>

Os índios do grupo jê ocupavam o planalto Norte-Riograndense e boa parte do planalto catarinense. Os Kaingang, que constituem a maior parte dos indígenas que vivem hoje em terras gaúchas, faziam parte desse grupo. Os jê viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos e raízes. Também praticavam a agricultura, cujo principal produto era o milho. Para se proteger do frio intenso da serra, moravam em casas “subterrâneas”. Construídas a partir de áreas escavadas, que tinham aproximadamente dois metros de profundidade e cinco metros de largura. Protegiam essa área com um telhado feito de galhos de árvores cobertos por ramos de palmeira. Essas casas, em geral, se conectavam através de túneis subterrâneos, formando vilas com diversas casas conectadas entre si.

Figura 12 – Representação das casas subterrâneas construídas pelos povos jês



Fonte: Luciano Veronezi. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/03/1751784-escavacoes-revelam-habitos-de-indios-que-viveram-em-1000-dc-no-sul-do-pais.shtml>

Estudos confirmam que a etnia jê contribuiu significativamente para a expansão de áreas de ocorrência da araucária, árvore cujas sementes eram utilizadas como alimento por seu povo (SCHMITZ; ROGGE, 2013; PERES, 2009). As descobertas arqueológicas indicam que, mesmo longe de se assemelharem às construções e à vida em sociedade dos incas e astecas, os indígenas sul brasileiros foram capazes de construir aldeias bem planejadas e construir espaços cerimoniais para a comunidade.

Ao longo da ocupação do território pelos espanhóis, os jê foram sendo expulsos de suas terras pelos brancos que iam chegando ao território, primeiramente espanhóis e portugueses e, mais recentemente, pelos imigrantes italianos e alemães. Muitas comunidades e suas aldeias foram simplesmente massacradas e extintas, outras foram sendo expulsas e se aglomerando nos poucos espaços de floresta que restavam. No século XIX, os poucos jês que sobraram, e que haviam sido um dia os senhores do planalto, foram obrigados a viver em pequenas reservas (PILETTI, 2007). Estes grupos são conhecidos desde o fim do século XIX por kaingangs ("kaa" = mato; "ingang" = morador).

Os grupos étnicos charruas e minuano formam os povos pampianos, menos numeroso no Rio Grande do Sul, quando comparado com os Jês e Guaranis. Eles habitavam a metade sul do estado, nas regiões de campo e em áreas com abundância de água, e viviam basicamente da caça e da pesca. Eles não praticavam a agricultura, se alimentando, além da proteína animal decorrente da pesca e da caça, da coleta de frutos e raízes.

Quando os europeus ocuparam este território, logo introduziram o gado e os cavalos, o que foi rapidamente utilizado também por estes grupos étnicos. Com a expansão da criação de gado nas áreas ocupadas pelos pampianos, os indígenas desta região foram sendo limitados a viverem em poucas áreas e muitos foram obrigados a ir cada vez mais para o interior. As populações destes índios foram se dizimando à medida que ocorriam as guerras e epidemias, até que, por incentivo do governo espanhol que colonizava o território uruguaio, os pampianos que restaram foram massacrados por tropas uruguaias na década de 1830. Hoje é um dos povos com menor e/ou nenhuma representação em comunidade.

A colonização do território não poderia ser efetivada apenas por intermédio da exploração econômica e dizimação dos povos nativos. Sendo assim, os jesuítas passaram a desempenhar a tentativa de transformá-los em trabalhadores produtivos através do processo de aldeamento (SANTOS, 2007).

O aldeamento refere-se à reunião de índios em aldeias que geralmente localizavam-se nas proximidades de povoações coloniais. Através desse processo, os povos colonizadores tinham a possibilidade de impor aos nativos a sua cultura, catequizando-os e os afastando das suas origens e costumes.

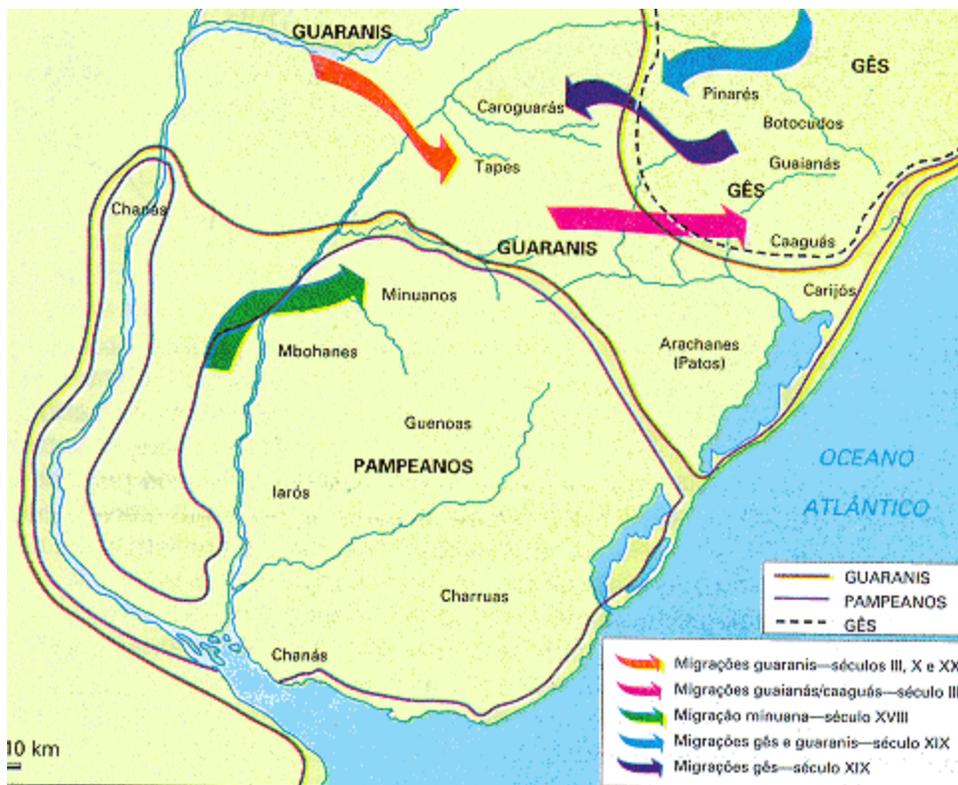
Os aldeamentos – agrupamentos em que os índios foram encapsulados – pontilharam o território brasileiro e deram origem a várias cidades ou bairros contemporâneos, a exemplo dos aldeamentos de Carapicuíba, Barueri e Pinheiros em São Paulo (PETRONE, 1995) ou de Parangaba e Messejana em Fortaleza. O Brasil, suposto paraíso racial, teve guetos étnicos institucionalizados. Cidades se constituíram à parte ou sobre essas

especialidades indígenas (SANTOS, 1990), autóctones ou não. Além daqueles que se tornaram ou foram incorporados a áreas urbanas, há outros nos quais grupos “remanescentes”, termo pejorativo, têm reivindicado sua etnicidade e a demarcação de suas terras que são tratadas formalmente pelo Estado como Áreas Indígenas (RATTS, 2003, p. 33–34).

De acordo com Santos (2002), o processo de aldeamento fez parte de uma política mais ampla de colonização, na qual estava em disputa o que era defendido pelos missionários, colonos, clero, coroa portuguesa e até mesmo alguns índios. Foi a partir deste processo que se acentuou o processo de erradicação dos povos indígenas.

Segundo Piletti (2007), dos grupos indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul à época da chegada dos europeus, restam somente 40 mil, dos quais somente 13 mil vivem nas reservas ou em aldeias. Os pampianos foram completamente dizimados ainda no século XIX. Os poucos jês que restaram pertencem ao grupo kaingang e os guarani tentam sobreviver e enfrentam diversas dificuldades, principalmente em relação à demarcação de suas terras. Alguns grupos vivem atualmente nas reservas de Nonoai, Iraí e Tenente Portela, conforme pode-se observar o mapa com as indicações dos fluxos e sentidos de migração de indígenas no Rio Grande do Sul (figura 13).

Figura 13 – Fluxos e sentidos da migração de indígenas no RS



Fonte: Página do Gaúcho. Disponível em: <<http://www.paginadogaicho.com.br/indi/grupo.htm>>.

Neste período, a demarcação de terras para o grupo kaingang estava relativamente realizada, mas as terras não eram suficientes para o grande número populacional. Isso porque muitos pecuaristas e colonos acabaram ocupando áreas de mata que estavam demarcadas para os indígenas, retirando a mata e causando danos ambientais, dificultando que os indígenas pudessem ter acesso ao seu alimento. Até hoje, os indígenas, não apenas da etnia kaingang, disputam suas terras com os agricultores que foram assentados entre as décadas de 1940 a 1960. Tal situação faz com que a maioria dos kaingang viva na miséria e muitos até passam fome.



SAIBA MAIS: para saber mais sobre a situação dos indígenas hoje no RS, consulte a foto reportagem de Fabricio Mota para a Revista IHU on-line no link: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580847-indigenas-no-rio-grande-do-sul-entre-a-esperanca-e-a-miseria>

Os guaranis hoje são pouco mais de mil vivendo no Rio Grande do Sul, a maioria no litoral. A constante migração dos guaranis dificulta a comprovação histórica com as áreas que eles habitavam e a sua demarcação. Por isso, muitas famílias de guaranis vivem hoje ao longo das rodovias.

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, estudo realizado pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (SEPLAG/RS), viviam no Brasil cerca de 897 mil indígenas em 2010. Destes, aproximadamente 517 mil estavam distribuídos pelas 688 terras indígenas reconhecidas. Havia, no entanto, grupos indígenas não-contatados e também grupos pleiteando o reconhecimento de sua condição junto à instituição indigenista – FUNAI (RS/SCP, 2019).

Segundo o documento (RS/SCP, 2019), no Rio Grande do Sul, em 2010, viviam 18,5 mil indígenas de grupos étnicos Guarani, Mbia Guarani, Kaingang e mistos. Em termos de terras indígenas, em 2015, segundo a FUNAI (2015), o Estado contava com 7 áreas declaradas; 2 delimitadas; 20 regularizadas; e 16 em estudo. A quase totalidade delas encontra-se na área de domínio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.



INTERATIVIDADE: consulte as reservas indígenas e as áreas tradicionalmente ocupadas no estado: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>

3.4

OS CABOCLOS E A LUTA PELA ERVA-MATE

Muitos grupos sociais receberam, na história do Brasil, a denominação de caboclos. Nesta disciplina, faremos o recorte territorial e nos focaremos apenas à área que corresponde hoje ao Estado do Rio Grande do Sul e, dessa forma, consideramos que os caboclos são os nativos provenientes das extintas missões jesuíticas e camponeses pobres, conhecidos pelas elites regionais como caboclos, posseiros ou nacionais, originários do relacionamento entre portugueses, espanhóis e africanos escravos com índias; e o gaúcho, nascido do relacionamento de índios pampianos com espanhóis (RISTOW, 2016).

Segundo estudo do professor e pesquisador Paulo Zarth (2011), intitulado "Ervais públicos e os camponeses extrativistas de erva-mate do extremo Sul do Brasil (século XIX)", o caboclo pode ser também denominado de pequeno lavrador, homem livre pobre, sitiante, pequeno posseiro, nacional, ervateiro, entre outros. A formação deste grupo origina-se de uma série de fatores. Acredita-se que alguns índios destribalizados das etnias jê e guarani, que ocupavam estas áreas de floresta, assim como escravos de origem africana que trabalhavam nas grandes estâncias, podem ser considerados integrantes deste grupo (ZARTH, 2011).

Segundo Zarth (2011), esses grupos circulavam pela região durante o século XIX, vivendo em pequenas propriedades, da agricultura de subsistência (roçado de pequeno porte) e do extrativismo, da exploração da erva-mate (produto muito importante e valioso no comércio regional desde o ciclo missionário) e do trabalho com o gado nas estâncias do estado. Esses agricultores ou pequenos camponeses tiveram uma participação muito ativa na ocupação da terra e para a economia do Rio Grande do Sul. Muito embora, não tiveram o reconhecimento e acabaram sendo excluídos do processo de distribuição territorial, sendo marginalizados na reconstituição da história do estado.

Esse grupo social vivia do trabalho agrícola de subsistência e da extração da erva mate, que ocupava terras públicas. Com a privatização destas áreas de ervais nativos, essas famílias são expropriadas de suas terras e passam a habitar os "fundos" de campo como posseiros, meeiros ou como peões das estâncias ou, até mesmo, mão-de-obra temporária dos proprietários, imigrantes e ervateiros (ZARTH, 2011).

A atividade de extração da erva mate foi uma atividade exclusivamente atribuída aos caboclos, nos anos oitocentos. Esse conhecimento, herdado dos índios guaranis, foi utilizado pelos pequenos lavradores que penetravam nas florestas, localizavam os ervais e recolhiam o mate. Essas práticas de uso das roças eram realizadas em forma de mutirão, onde os membros da comunidade colaboravam no preparo das roças e da erva-mate (Figura 14). Conforme afirma Zarth (2011), a coletividade era um traço importante da cultura cabocla local. Autores que analisam este período revelam que os caboclos sofreram grande preconceito na

época, sendo tratados como pessoas sem instrução, sem interesse para o progresso e, até mesmo, preguiçosos (ARDENGI, 2003; ZARTH, 2011).

Figura 14 – Caboclo em frente a um barbaquá.

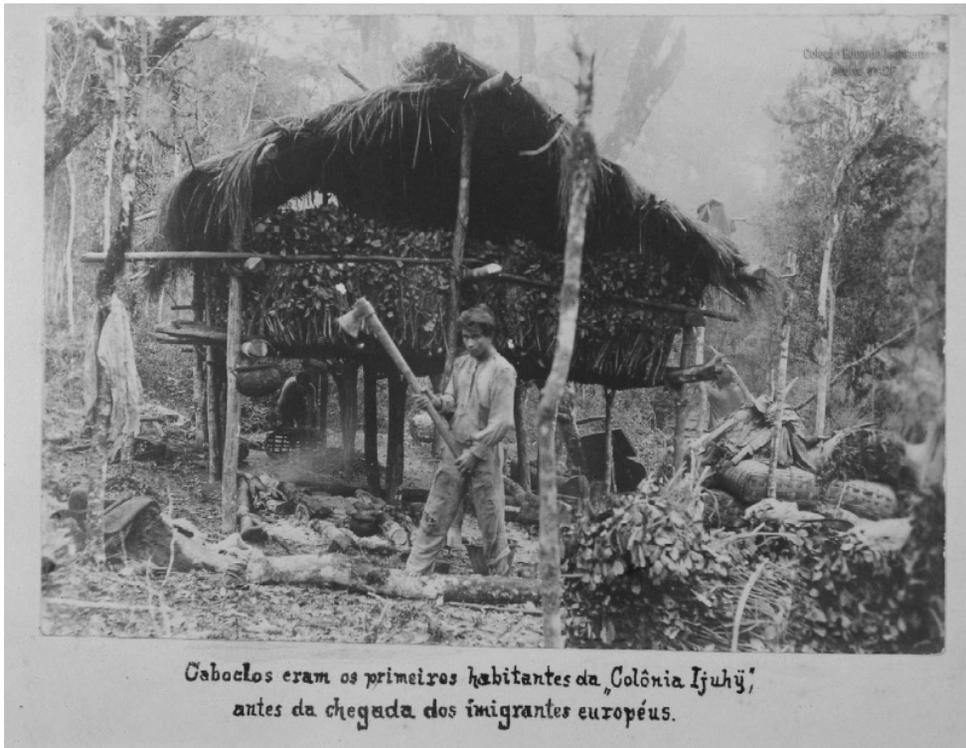


Foto: Eduardo Jaunsem. Barbaquá. 1939.
Fonte: (RISTOW, 2016, p. 73).

A erva mate, neste período, adquiria uma grande importância econômica para o estado, pois era comercializada com outras partes do país e também com outros países, como Argentina e Uruguai. Com o aumento do número de ervateiros e pelo valor econômico da erva mate, o poder público local começou a regularizar a atividade, como pagamento de impostos pelo uso e responsabilidade no uso a fim de preservar as matas.

Ardenghi (2006) relata que este cenário mudou, a partir da regularização da Lei de Terras, e os ervais se tornaram alvo de processos de privatização. As disputas jurídicas foram longas e na maioria injustas. Os ervateiros poderiam ter se apresentado como posseiros das áreas de exploração da erva, como previa a legislação da época; porém, pela desigualdade de poderes políticos e econômicos, seria em vão. Até mesmo porque os caboclos tinham estas áreas como públicas e consideravam estas áreas de uso comum. Alguns ervateiros chegaram a reivindicar propriedade destas áreas, como o caso dos ervais de Campo Novo, mas foram barrados pela coerção dos proprietários de terra poderosos.

Com o incentivo à colonização europeia no final do século XIX, muitos remanescentes de terras públicas e de uso coletivo foram comercializadas na forma de pequena propriedade ou até mesmo compradas por companhias privadas e

revendidas aos colonos. Zarth (2011) revela que essas companhias particulares utilizaram diversos mecanismos para adquirir terras, como:

a compra de áreas florestais de grandes proprietários, ignorando a presença de camponeses posseiros ou ervateiros em seu interior. As evidências indicam que a colonização estava prevista com bastante antecedência e que alguns membros dos grupos mais poderosos da região se anteciparam, registrando terras no registro paroquial ou legitimando-as como posse nos termos da lei de terras de 1850. Outra forma era dar apoio jurídico aos posseiros pobres para legitimar suas terras, em troca do compromisso de revendê-las para as mesmas companhias por preços módicos (ZARTH, 2011, p. 8-9).

Com isso, a experiência de uso comum da terra, que tem raízes nos povos indígenas e no extrativismo de erva-mate, foi desarticulada pelos interesses econômicos das elites dominantes. Os caboclos, ademais, na historiografia oficial, foram estigmatizados e considerados indolentes e ignorantes, avessos ao trabalho e à inovação tecnológica e considerados responsáveis pela perda dos espaços tradicionais.

3.5

AS COLÔNIAS DE IMIGRANTES EUROPEUS E A FORMAÇÃO DE UMA POTENTE AGRICULTURA DE PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

Quando abordamos a imigração no Rio Grande do Sul, muitas vezes desconhecemos a imigração portuguesa. Segundo Thomas (1976), com a transferência do governo da capitania de Rio Grande para a de Viamão, houve um rápido desenvolvimento do Porto dos Casais, povoado fundado por açorianos às margens do atual lago Guaíba. Posteriormente, esta comunidade passou a ser denominada de Nossa Senhora de Deus de Porto Alegre, que foi o embrião do atual município de Porto Alegre, capital do estado do RS. A partir da citação do autor, pode-se destacar a importância da imigração lusitana para o Rio Grande do Sul. Essa imigração muitas vezes passa despercebida, pois é confundida com a origem do povo que colonizou o território brasileiro.

Segundo Neves Alves (2016), muitos historiadores não consideravam os portugueses como imigrantes estrangeiros. Porém, o autor citado assevera que a imigração lusitana imprimiu ao estado do Rio Grande do Sul e legitimou uma identidade nacional para o território. No entanto, eram pequenas as referências da imigração lusitana na historiografia gaúcha, se comparada com a importância dada à imigração Ítalo-germânica. Porém, apesar das escassas referências da historiografia relativa ao Rio Grande do Sul, a referida imigração portuguesa teve um papel destacado na edificação da história brasileira e, particularmente, na história do Rio Grande do Sul, no interstício temporal da passagem do século do século XIX para o XX.

Venâncio (2000) também destaca a importância da imigração portuguesa, sobretudo na formação da identidade nacional. Segundo o autor, apesar deste importante papel na formação da identidade do povo brasileiro, fato também referido por Neves Alves (2000) em relação ao povo gaúcho, o surgimento de uma camada de portugueses pobres, em grande parte analfabetos oriundos da zona rural de Portugal, deve ter contribuído para constituição de uma imagem negativa dos imigrantes lusitanos, carregada de preconceitos e que estigmatizavam os portugueses, como intelectualmente pouco qualificados. Neste sentido, assevera Venâncio (2000), na segunda metade do século XIX, começaram a ser divulgados livros de anedotas que equiparavam os portugueses aos iletrados caboclos, em uma crítica (sutil na opinião do autor) à herança cultural dos portugueses.

Parte do território do estado do Rio Grande do Sul foi disputado entre espanhóis e portugueses, pois pelo Tratado de Tordesilhas parte da configuração espacial do atual estado pertencia à coroa espanhola. Assim, para evitar o assédio constante dos espanhóis e com o objetivo de proteger os habitantes das constantes violências, praticadas pelos espanhóis platinos, segundo Thomas (1976), assim

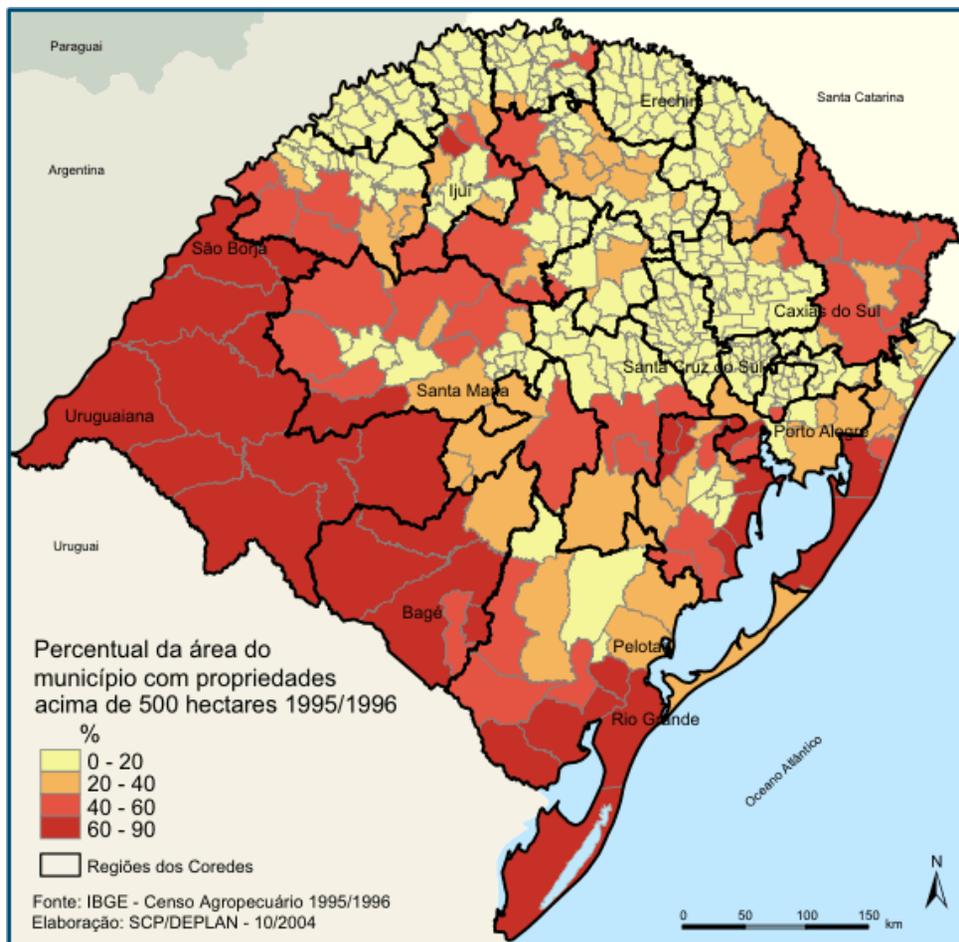
como para facilitar a livre navegação das naus portuguesas, a Coroa Portuguesa ordenou que fosse fundado no território sul rio-grandense. Este foi o primeiro estabelecimento oficial de posse lusitana, o qual foi estabelecido em 1737 – o forte Jesus-Maria-José, que deu origem ao atual município de Rio Grande. Pelas suas características, o que hoje denominamos a metade sul do estado do Rio Grande do Sul foi historicamente ocupada e ali se desenvolveu a pecuária extensiva. Por decorrência, gerou uma estrutura fundiária, baseada no estabelecimento de estâncias destinadas à criação de gado, que redundaram em uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade e nas grandes extensões de terra.

Retomando o estudo de Thomas Carmen (1976), sobre o povoamento do estado do Rio Grande Sul, o autor disserta que o povoamento do estado foi se dispersando a partir da ocupação da metade sul, e a partir desta ocupação houve o surgimento de novas cidades como: Cruz Alta, Palmeiras das Missões, Nonoai, Santo Ângelo e São Borja – estes dois últimos, legado dos Jesuítas nas Missões. Posteriormente, Thomas (1976) descreve que a construção das primeiras ferrovias serviu para concentrar a população em suas proximidades. Também a expansão das ferrovias serviu para ampliar a ocupação do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo na parte (metade) Norte.

O denominado povoamento da zona da mata ou ciclo da colonização europeia, não portuguesa, iniciou com a colonização alemã nos vales e encostas da serra e da colonização italiana no planalto meridional (THOMAS, 1976). Estas duas etnias europeias, não lusitanas, se expandiram no que hoje se denomina a serra gaúcha e também a porção norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Posteriormente, a estes contingentes populacionais de além-mar, se agregaram os Poloneses, os Russos e os Franceses (colonização na região de Pelotas-RS), e outras etnias que, igualmente com os povos originais e os imigrantes trazidos na condição de escravos do continente africano, moldaram a polimórfica identidade do povo gaúcho.

A partir da expansão da ocupação do território sul rio-grandense, formaram-se no estado do Rio Grande do Sul dois espaços geográficos com estruturas agrárias distintas, o sul (metade) com a estrutura agrária predominantemente baseada na grande propriedade; e o norte e noroeste (metade norte), baseada na média e pequena propriedade, conforme pode ser visto no mapa (figura 15) apresentado a seguir.

Figura 15 – Percentual da área dos municípios gaúchos com propriedade acima de 500ha.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996. Disponível em: <<http://geografiaongep.blogspot.com/2008/09/estrutura-fundiria-do-rs.html>>.

Por este mapa se pode observar os reflexos da díspar ocupação da metade norte e da metade sul do estado do Rio Grande do Sul. Enquanto na metade norte (que inclui a noroeste), o processo de ocupação gerou uma estrutura agrária fundada no equilíbrio em termos de estrutura fundiária, a metade sul é o oposto: como herança da forma como foi ocupada, gerou a estrutura agrária baseada na concentração da terra.

Essa colonização de imigrantes europeus alemães e italianos foi possível graças a programas oficiais de atração de colonos. As áreas destinadas para esta ocupação eram as áreas de floresta, ocupadas inicialmente por indígenas e caboclos – estes sem títulos de posse de terra e conseqüentemente passíveis de serem expulsos de seus locais de ocupação. Entretanto, o governo do estado tinha objetivos claros para a ocupação desta área, sendo que a política colonizadora apresentava tais características:

- 1º) evitar a concentração da propriedade, proibindo a concessão de mais de um lote à mesma pessoa e a transferência das glebas antes da totalização de seu pagamento;
- 2º) as áreas concedidas deveriam ser efetivamente exploradas;
- 3º) o colono deveria morar no seu lote de terra, explorando-o pessoalmente ou através da produção familiar (DACANAL, 1992, p. 22 apud MATELLI, 2006b).

Uma primeira crise na colonização (e aqui se refere não a portuguesa e a espanhola) se deu no transcurso da segunda guerra mundial, em função da adesão do Brasil ao bloco aliado, uma hostilidade aos dois mais significativos contingentes de imigrantes europeus, os de origem alemã e italiana, que formaram o eixo (Alemanha, Itália, e Japão). As ações de aversão, aqui no estado do Rio Grande do Sul, foram severas, com perseguições aos pertencentes a estas etnias e às suas atividades econômicas.

Para Vania Herédia (2001), as políticas imperiais voltadas à colonização no Rio Grande do Sul pretendiam povoar as terras devolutas da província e garantir a hegemonia nas regiões de fronteira. Para tanto, incentivaram a instalação do trabalho livre, o regime da pequena propriedade, a agricultura subsidiária e a mão de obra branca.

O ponto de partida dessa história toma como referência a chegada dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, então Real Feitoria do Linho Cânhamo, no distante ano de 1824. Os colonos ali estabelecidos receberam as vantagens dadas aos imigrantes antes estabelecidos em Nova Friburgo. Foram fundadas, em 1826, mais duas colônias sob responsabilidade do governo Geral no Rio Grande do Sul, Três Forquilhas, no nordeste do território gaúcho, e São Pedro de Alcântara das Torres, mais ao norte. Estas duas colônias objetivaram a construção de um porto em Torres e a abertura de canais de navegação nas lagoas que margeiam seus territórios. Os colonos que para lá foram receberam concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios (PIASSINI, 2016).

Após esse período de estagnação e mudanças na legislação dedicada à imigração e colonização, segundo Cunha (2006), teve início uma nova fase desse processo, iniciada em 1844 e que se estendeu até o fim do período imperial, em 1889. Os principais objetivos da colonização, nesse momento, passaram a estar relacionados com a produção agrícola. Havia a intenção de constituir uma agricultura voltada para o mercado interno através da criação de comunidades agrícolas capazes de diversificar a produção de gêneros alimentícios no Rio Grande do Sul. A partir de 1845, as colônias alemãs oficiais passaram a ser fundadas de São Leopoldo em direção ao oeste, quase em linha reta, acompanhando a depressão formada pelo vale do Rio Jacuí, regiões desconsideradas pela pecuária e que, uma vez povoadas, possibilitaram a abertura de comunicação entre a porção sul e a porção norte da província (CUNHA, 2006).

A região norte e nordeste foram as últimas a serem ocupadas pelos colonizadores europeus e são chamadas de “colônias novas”. Estas regiões foram ocupadas pelos descendentes de antigos colonos de origem européia, que ao encontrar áreas de floresta, derrubavam a mata e utilizavam o fogo para fazer a “limpeza” da área. Com isso, essas clareiras que se abriam davam início a uma trajetória de uso intensivo dessas áreas para a agricultura, inicialmente o policultivo. Hoje, muitas destas áreas são destinadas apenas para a produção de grãos (MANTELLI, 2006b).

Essa região atualmente possui uma das maiores densidades demográficas do estado e também um dos maiores números de municípios e povoados, quando relacionados com as áreas destinadas à pecuária (metade-sul).

Já os imigrantes italianos, chegaram ao Brasil no início do século XIX, quando da expansão do ciclo do café na região sudeste do país. No Rio Grande do Sul, iniciou entre 1870 e 1872, quando o governo imperial decide povoar áreas, com o objetivo de ocupar vazios do território na sua porção mais meridional e de intensificar a

produção de alimentos para abastecer as cidades. Escolheram a Serra Gaúcha, em decorrência de sua localização, mais próxima da capital, demarcando, em 1874, as colônias de Conde d'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves).

Segundo registros históricos, em 20 de maio de 1875, os primeiros italianos chegaram ao Campos dos Bugres (Caxias do Sul), marcando o início do que se convencionou chamar de primeiro ciclo imigratório (1875 a 1914). Neste processo, se instalaram no território do Rio Grande do Sul imigrantes vindos principalmente da Lombardia, Vêneto e Tirol. Bertonha (2004) registra que, no final do século XIX, ocorre a diminuição da vinda de imigrantes, considerando a redução de incentivos por parte do governo republicano.

Mantelli (2006b), em abordagem sobre a imigração europeia não lusitana, no Noroeste do estado Rio Grande do Sul, nos informa que a ocupação desta região foi viabilizada economicamente pela pequena propriedade e isto pode ser percebido na análise do mapa (Figura 1). A agricultura foi o destino principal dos imigrantes, embora também o foi em outros setores na economia, como o do comércio e as incipientes indústrias desta região. A agricultura, até os anos de 1970, era praticada baseada em uma diversidade de produtos destinados principalmente à alimentação humana e animal.

Posteriormente, a partir de meados da década de 1970, uma *commodity* passou a predominar nesta região, compondo o que Brum (1988) denominou de binômio trigo-soja, sendo a soja, sem sombra de dúvidas, até hoje, um dos mais importantes, senão a mais importante mola propulsora da economia da região. O moderno cultivo de soja trouxe consigo todo um complexo agroindustrial, tanto impondo um modo de produção, em base aos pacotes tecnológicos, como sendo o comprador do produto, em uma analogia que Brum (1988) denominou de *ensanduichamento* do agricultor, fenômeno que, segundo o autor, torna o agricultor dependente do complexo agroindustrial.

3.6

CRISE COLONIAL DEVIDO AO EXCESSO POPULACIONAL E EMPOBRECIMENTO DO SOLO

Conforme vimos na subunidade anterior, o incentivo à colonização europeia da região norte e nordeste do estado ocasionou uma mudança não apenas sociocultural, mas também na paisagem e na economia da região. A região rapidamente aumentou a densidade populacional e houve a formação de um grande número de pequenos núcleos urbanos, que serviam como ligação para o comércio e para a vida em sociedade. Ademais, o panorama da derrubada da mata e introdução de lavouras era considerado um fator de sucesso e de progresso.

Esse aumento populacional e a pequena propriedade ocasionaram uma intensa exploração do solo, o que provoca um rápido esgotamento de sua fertilidade natural. Lembrando que estas áreas eram de florestas e foram abertas com a utilização do fogo e, portanto, quando os colonos se instalaram, os solos apresentavam grande fertilidade, ocasionando, naturalmente, um período de prosperidade produtiva. As práticas de agricultura utilizadas pelos colonos não previam um uso sustentável, o que em meados do século XX, com a descoberta dos fertilizantes e agrotóxicos de base química, foram uma rápida solução para os problemas na agricultura da época (TIECHER, 2015).

Franzen (2014) destaca os reflexos da colonização da região nordeste do RS:

Como consequência, destacamos um período de crise do sistema produtivo colonial sustentado principalmente pelos limites das fronteiras agrícolas da colônia, das técnicas produtivas predatórias e deficientemente renováveis, da devastação dos recursos naturais, das dificuldades de comercialização do excedente de produção bem como da crise no sistema de sucessão familiar dos colonos na atividade agrícola. As consequências dessa etapa, geralmente foram a migração do excedente de mão de obra e a urgência de mudança nas técnicas produtivas frente à necessidade de adequação diante da crise da colônia (FRANZEN, 2014, p. 64).

Esse panorama ocasiona uma queda na produção e a diminuição dos rendimentos do produto, gerando também um excedente de mão de obra na própria propriedade, gerando mais tarde uma pressão para o êxodo rural e para a migração destes colonos para outras regiões do Brasil, tais como Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará.

Tanto Mantelli (2006b) como Motter (2015) fazem menção a um impacto provocado pela imigração, que foi o desmatamento desta região, ao incorporar áreas densamente vegetadas para a agricultura. Assim, de uma exuberante cobertura

vegetal, hoje se tem resquícios do que era a flora de outrora. Com a modernização da agricultura, observa-se a intensificação deste processo de degradação dos solos, com a mecanização intensiva, assim como a contaminação da água e do ar com os agrotóxicos, visto que gradativamente esta região dentro do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil é uma das que mais utilizam agrotóxicos. Cabe lembrar que o Brasil é o maior mercado consumidor de agrotóxicos, em termos planetários.

Segundo dados do Inventário florestal do Estado do Rio Grande do Sul (RS/SEMA, 2002), em 2000, apenas 17,53% das florestas no estado do Rio Grande Sul estavam preservadas. Assim, por um lado, a derrubada da mata no Bioma Mata Atlântica, na metade norte do estado do Rio Grande do Sul, permitiu a imigração prosperar economicamente; por outro lado, deixou um forte passivo ambiental, com um flagrante comprometimento da saúde da população e da “saúde” do meio ambiente.

ATIVIDADES – Unidade 3

1 – Qual a importância do gado para a ocupação do território do Rio Grande do Sul?

2 – O Rio Grande do sul viveu uma dicotomia campo-floresta que determinou econômica, social e politicamente a estrutura do estado. Explique esta afirmação.

3 – Os povos indígenas que ocuparam e ocupam o território do sul do Brasil deixaram legados importantes para a cultura sul-riograndense. Com relação a estes povos, correlacione as colunas.

- a)Guaranis
- b)Jês
- c)Pampianos
- d)Kaingang

() Para se proteger do frio moravam em casas “subterrâneas”.

() Este grupo compõe a etnia jê e atualmente, vivem em aldeias demarcadas.

() Grupo que praticava a agricultura, sobretudo de milho, aipim e feijão. Foi desta etnia que herdamos o hábito de tomar chimarrão e preparar a erva-mate.

() Formado principalmente pelos charruas e minuanos.

() É o grupo indígena mais numeroso e que ocupa o território gaúcho até a atualidade, embora em número bastante reduzido em relação ao original.

() Esta etnia não praticava a agricultura e sobrevivia da caça e da coleta. Foram os que se adaptaram facilmente ao trabalho com o gado trazido pelos europeus e foram dizimados pelas epidemias e guerras.

4 – Qual a importância da imigração europeia para a configuração da identidade social do povo sul-riograndense? Comente e identifique as regiões do estado que estes povos ocuparam.

5 – Como educadores das escolas do campo, a partir do que estudamos sobre a ocupação indígena, como você abordaria este tema com seus estudantes? Quais ferramentas metodológicas você utilizaria para trabalhar este tema?

6 – Quem são os caboclos no Rio Grande do Sul?

7 – Na região que reside, qual a história de ocupação social, conforme o que estudamos nesta unidade? Comente sobre as características dos grupos sociais que ocuparam este território.

8 – Quais impactos culturais dos indígenas na cultura do Rio Grande do Sul você destacaria?

9 – Quais os motivos para a crise da colonização europeia no Rio Grande do Sul?

4

A MODERNIZAÇÃO
TÉCNICA DA
AGRICULTURA E OS
DESAFIOS RELEGADOS
AOS DIAS DE HOJE

INTRODUÇÃO

Na unidade 4, abordaremos o processo de modernização da agricultura e os desafios relegados à atualidade. Para tal, iniciaremos discutindo sobre os debates relacionados à questão agrária brasileira e às vias da modernização do campo – projetos em disputa e agentes sociais no contexto das décadas de 1950/60.

Em um segundo momento, abordaremos sobre as transformações do campo brasileiro e gaúcho, tendo em vista os processos de modernização técnica, como expulsão de grandes contingentes de agricultores e problemas ambientais. Serão analisadas como a adoção de insumos agrícolas e maquinários produzidos pela indústria para o campo afetaram a dinâmica existente no meio rural, resultando em consequências de âmbito econômico, social e ambiental.

Por fim, discutiremos a formação dos chamados Complexos Agroindustriais, as relações da agricultura à jusante e à montante com a indústria. Além disso, serão analisados os desafios colocados ao campo brasileiro nos dias atuais tendo em vista nossas raízes históricas da formação nacional. O texto discute como a integração entre a indústria e a agricultura, estabelecida através da modernização da agricultura, promoveu uma nova dinâmica produtiva, com alterações nas formas de comercialização.

4.1

OS DEBATES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E AS VIAS DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO; PROJETOS EM DISPUTA E AGENTES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS DÉCADAS DE 1950/60

A partir da obra de Topalov (1978) sobre a estrutura agrária brasileira, vamos buscar aportar alguns dos elementos centrais no debate brasileiro para, posteriormente, fazer o recorte para o caso do estado do Rio Grande do Sul. Até os anos de 1950, o debate sobre a questão agrária tinha um carácter histórico, tendo em vista que a contestação acerca da concentração fundiária, por exemplo, era pequena. A partir dos anos 1950, o Brasil começa a discutir o seu modelo de desenvolvimento e surge no cenário nacional movimentos sociais que começam a questionar a concentração da terra, como, por exemplo, as *Ligas Camponesas* (Figura 16), que procuram inserir na agenda nacional o debate sobre a reforma agrária.

Figura 16 – Ligas Camponesas.



Fonte: FGV CPDO. Disponível em: <[Chttp://cpdoc.fgv.br](http://cpdoc.fgv.br)>.

O autor citado anteriormente situa temporalmente neste período o debate empreendido por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, os quais defendiam duas teses respectivamente: a do *feudalismo agrário* e a do *capitalismo agrário*. A tese do feudalismo agrário baseava-se na concepção de que, por herança do modo

de ocupação de território brasileiro – as Capitânicas Hereditárias –, a agricultura brasileira foi no passado um sistema análogo ao sistema feudalista de ocorrência no continente europeu. Assim como na Europa, o feudalismo antecedeu o modo de produção capitalista – aqui também, na tese defendida por Alberto Passos Guimarães, haveria ocorrido o mesmo.

A tese do *capitalismo agrário* pode ser descrita por Topalov (1978) em dois aspectos. O primeiro de que a agricultura brasileira nunca teve um sistema feudal. O sistema de organização implantado pela coroa portuguesa era uma organização já capitalista, que foi adaptada para a exploração em grande escala em terras tropicais. Um segundo aspecto destacava que o sistema capitalista, implantado no Brasil pelos lusitanos, demonstrou uma enorme capacidade de permanência e evolução no tempo.

Para Topalov (1978), estas duas teses tinham lacunas que não explicavam a evolução das estruturas agrárias no Brasil, visto que a mesma é dominada pela grande propriedade. Segundo o autor, o sistema no Brasil é um complexo heterogêneo da grande e da pequena propriedade e, assim, também existe o minifúndio que não propicia a segurança alimentar e a reprodução social do agricultor e da sua família. Em relação a tese do feudalismo agrário, o autor não observa semelhanças entre a grande propriedade e as capitânicas hereditárias. Também no Brasil não se estruturou uma classe camponesa como havia no feudalismo. Também havia diferenças entre o senhor feudal e o dono das grandes propriedades brasileiras, pois ele tinha um maior protagonismo no que tange à produção e às técnicas para efetivá-la.

Em relação à tese do capitalismo agrário, Topalov (1978) afirma que, no sistema baseado na grande propriedade, não houve uma transformação completa dos trabalhadores em proletários, visto que, mesmo de forma precária, ainda não estão completamente separados dos meios de produção e ainda o proprietário permite que ele possa explorar as terras, as quais, ele não utilizará.

Buscando ser propositivo, neste debate, Topalov (1978) formulou a hipótese de que a grande propriedade (denominado de latifúndio, à época dos debates) no Brasil possuía um modo de produção específico, o qual denominou de modo de produção *latifundista*. Esses debates, à luz dos tempos atuais, perderam um pouco a sua capacidade de interpretação da realidade agrária no Brasil. Estes debates refletiam a interpretação de uma realidade na qual, por exemplo, a reforma agrária não havia sido realizada no Brasil.

Esmeraldo (2004), também a respeito dos debates sobre a questão agrária nos anos 1950, faz referências de que novas situações propiciaram este debate, destacando um contexto de demasiada exploração do trabalhador rural, submetidos a condições precárias de trabalho. Também surgem, em várias regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e manifestações e organizações para aglutinar as lutas contra os proprietários de terra. Ademais, neste cenário, posseiros e arrendatários recorrem ao judiciário no intuito de reivindicar direitos, tanto no que tange ao direito à propriedade, como direitos trabalhistas. É uma época de intensa atividade dos movimentos sociais, tanto em nível nacional como em nível do estado do Rio Grande do Sul.

Cabe lembrar que, neste período, as lutas dos agricultores se davam em dois segmentos, conforme relata Esmeraldo:

O primeiro se coloca como a luta por melhores condições de

trabalho, por aumento de salário, por férias remuneradas, onde os trabalhadores de lavouras de cana de açúcar, do cacau, do café reivindicam direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores urbanos. No caso dos trabalhadores da cana, há uma tentativa de equipará-los à condição de trabalhadores industriais. O segundo formato, envolve os arrendatários, parceiros e meeiros que lutam pela redução da taxa de arrendamento ou pela permanência na terra. Defendendo-se contra a expulsão, suas manifestações vão se desdobrar e resultar em movimentos pela posse da terra (ESMERALDO, 2004, p. 32-33).

Em suma, a reivindicação era para o reconhecimento do trabalhador rural, quais sejam arrendatários, foreiros, meeiros, posseiros, parceiros, moradores e tantas outras situações em que os trabalhadores rurais se encontram, como cidadãos de direito, reconhecidos legalmente. O reconhecimento legal da categoria profissional de trabalhador rural somente se institucionaliza no dia 2 de março de 1963, através da votação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei N. 4.214), que passa a normatizar as relações de trabalho no campo. Dessa forma, todos os benefícios assegurados aos trabalhadores urbanos passam a ser, também, aos rurais, tais como direito ao salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa, etc. – bem como o direito à sindicalização e à proteção previdenciária.

No Rio Grande do Sul, segundo Tambara (1985), neste período, as grandes discussões acerca da temática agrária ocorreram entre dois grandes movimentos sociais. Um primeiro, apoiado pelo então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se denominava Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). O outro movimento era apoiado pela ala progressista da Igreja católica, denominado Frente Agrária Gaúcha (FAG). Estes dois movimentos polarizavam o debate agrário em terras gaúchas. Os partidos políticos já possuíam um histórico em nível nacional do debate sobre a estrutura agrária brasileira. A Igreja católica, no que tange à sua denominada ala progressista, incorporou em seu ideário as mudanças advindas pela opção de “Igreja pelos pobres”, ocorrida no início dos anos 1960. Assim, o envolvimento da Igreja Católica com a temática agrária se deu pela aplicação deste ideário, ou seja, os agricultores sem terra, assim como os trabalhadores rurais, estavam incluídos na ação pastoral da Igreja Católica.

Os debates no Rio Grande do Sul sobre a questão agrária tiveram uma consequência efetiva. Em 1961, de modo pioneiro no estado, o então governador do estado, Leonel Brizola, criou o Instituto de Reforma Agrária (IGRA) com o intuito de estabelecer uma política agrária para o estado do Rio Grande do Sul. Em decorrência do estabelecimento desta política agrária, foram desapropriados 25 mil hectares na localidade denominada Banhado do Colégio (Município de Camaquã), os quais foram considerados de interesse social pelo estado do Rio Grande do Sul. Esta área foi transformada no primeiro assentamento de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul e foi considerada uma experiência inédita no Brasil. Cabe ressaltar que neste período (1961) o Brasil não possuía uma legislação tipicamente agrária – só foi ter essa lei em 1964, com a criação de uma legislação denominada “Estatuto da Terra”.

Estes debates, tanto no estado do Rio Grande do Sul como no país, foram mui-

to intensos nos primeiros anos da década de 1960. Os debates e a pressão social dos distintos movimentos sociais incitaram o governo brasileiro, neste período, governado pelo presidente João Goulart, a criar uma estrutura administrativa: a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), a fim de viabilizar um projeto nacional para a implementação da Reforma Agrária. Igualmente, o Governo de João Goulart (1960-1964) propôs uma política agrária para o Brasil, que, no conjunto das denominadas reformas, propôs a reforma agrária. Como neste período (1964) não havia uma lei que propiciasse a desapropriação de terras particulares, o que foi ocorrer com o *Estatuto da Terra*, a reforma agrária projetada e não executada previa a desapropriação das denominadas terras devolutas da União, ao longo das rodovias, ferrovias e das grandes barragens.

Com a intervenção militar de 1964, os debates que iniciaram nos anos 1960 foram interrompidos. Muito embora, em 30 de novembro de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, lei que permitia à União implementar a reforma agrária. Porém, vários historiadores da temática agrária, destacam que essa legislação não foi muito utilizada, sendo implementada neste período (1964-1984) a colonização, principalmente, na região Norte do país. Nesse contexto, houve o estímulo da migração de famílias, sobretudo do sul do país, com especial destaque para o Paraná e Rio Grande do Sul, para ocuparem terras em estados da região norte e centro-oeste, tais como Mato Grosso, Pará e Rondônia, entre outros.

Os governos militares (1964-1984), através de uma gestão de repressão aos movimentos sociais, inibem ações destes grupos e optam pela modernização das grandes propriedades rurais brasileiras. A pauta das pequenas propriedades, hoje agricultura familiar, assim como os programas de acesso à terra para os trabalhadores rurais, foram minimizadas e até mesmo, em determinados governos, desconsideradas das políticas públicas durante este período político.

4.2

AS TRANSFORMAÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO E GAÚCHO TENDO EM VISTA OS PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO TÉCNICA, COMO EXPULSÃO DE GRANDES CONTINGENTES DE AGRICULTORES E PROBLEMAS AMBIENTAIS

Conforme analisado do tópico anterior, verificamos que o processo de modernização técnica ocorrido na agricultura apresentou diversas particularidades. Como consequência, as discussões referentes ao processo de produção no meio agrícola são mais complexas do que as referentes à indústria. De acordo com Lênin apud Silva (1990), isso ocorre devido à complexidade verificada nas formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, visto que essa não segue a mesma dinâmica, adotando leis diferenciadas e impondo novas formas de produção que passam a dominar a agricultura, implantando o progresso técnico.

Neste sentido, podemos afirmar que a modernização da agricultura “segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas determinados produtos e produtores, tendendo a fortalecer a monocultura” (TEIXEIRA, 2005, p. 22). Ao passo que a agricultura abre espaço para o mercado de máquinas e insumos agrícolas, ela potencializa seu processo de modernização, estando vinculada às transformações que ocorrem em outros setores da economia em prol da consolidação do capitalismo.

Segundo Balsan (2006, p. 127), a modernização da agricultura “ocorreu de maneira parcial, no sentido de atingir alguns produtos, em algumas regiões, beneficiando alguns produtores e algumas fases do ciclo produtivo”. Isso, além de aumentar o nível de dependência da agricultura em relação a outros setores da economia, acarretou em um desequilíbrio ambiental e social.

Com o processo de modernização agrícola (Figura 17), o qual corresponde à implantação de novos maquinários e tecnologias no campo, muitas transformações ocorreram no meio rural. A especialização e a variação técnica da produção agrícola tornaram a agricultura mais dependente do capital, aumentando expressivamente a produtividade e melhorando a genética das plantas. Isso abrangeu a origem e distribuição de alimentos pelo mundo, contrariando as premissas que asseveravam que o crescimento populacional ultrapassaria a disponibilidade de recursos (SILVA, 1990).

Figura 17 – Modernização da agricultura – acarretou na utilização de maquinários e insumos agrícolas



Fonte: Freeimages. Disponível em: <https://pt.freeimages.com/photo/tractor-2-1375987>

Porém, a modernização acarretou em um perverso processo de subordinação massiva dos agricultores, marginalizando-os. Todo o conhecimento alcançado, através de gerações, sobre os melhores períodos e técnicas de cultivo já não eram mais necessários. Passavam então a depender a cada dia mais da indústria e da ciência que trabalhavam a favor do capital, desapropriando o produtor dos conhecimentos que obtinha sobre seu trabalho em reduzir os efeitos da natureza (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Outro aspecto de relevância ao tratar do processo de modernização da agricultura no Brasil refere-se ao papel do Estado. Esse se fez presente principalmente através da concretização de políticas públicas, que tinham como finalidade o acesso ao crédito agrícola, como com a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (em 1965). Esse programa subsidiou o consumo de insumos agrícolas, resultando no aumento da produtividade e nas alterações estruturais de mercado, favorecendo assim o capital industrial. Além disso, foi responsável pela criação de empresas estatais de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, que, através da adoção do modelo difusionista, tinham como objetivo principal a implantação de novas tecnologias no campo, induzindo os agricultores a adotá-las (GONÇALVES, 2007).

Segundo Krabbe (2010, p. 26), “com o incremento da EMBRAPA e da EMATER, o Estado representou a aglutinação entre a agricultura rural para o incentivo à industrial. E, apesar de estar atrelado a elas, procurou sua melhor performance para dinamizar e aperfeiçoar o cultivo”. Em conjunto com esses acontecimentos, o uso de crédito rural, fertilizantes e tratores são considerados os principais indicadores do nível de modernização das atividades agropecuárias.

De acordo com Martine (1990), a oferta de crédito rural subsidiado pelo governo brasileiro foi o principal mecanismo de promoção da industrialização. Como resultado, modificou-se a divisão do trabalho, aprofundando os problemas relacionados à produção no campo, sendo que os agricultores com as melhores e maiores áreas de terras tinham mais acesso à crédito, subsídio e tecnologias, visto que sua produção era voltada para a agroindústria ou mercado externo. Já aos pequenos agricultores que resistiram a esse processo, coube a produção de alimentos voltada ao mercado interno. Esse processo, de acordo com Balsan (2006), contribuiu para a dependência e endividamento dos agricultores menos capitalizados.

A modernização da agricultura não acarretou apenas em implicações produtivas e econômicas, pelo contrário, resultou em trágicas consequências para parte da população rural. No âmbito social, verifica-se que ela contribuiu para o êxodo rural, o crescimento não proporcional da rentabilidade e a concentração fundiária. Neste sentido, Balsan (2006) afirma que:

O novo padrão de desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital (BALSAN, 2006, p. 128).

Outro fator que passou por transformações no período foi a relação do Brasil com o mercado externo. Como ocorreu a intensificação da produção e a adoção de novas tecnologias, as exportações agrícolas passaram a apresentar um novo perfil, com produtos mais elaborados e diversificados. Junto a esse processo, ocorreu a necessidade de importação de produtos que passam a compor o processo de industrialização, aumentando a dependência brasileira pela importações de insumos modernos e produtos para abastecimento interno, os quais consistiam em matéria prima para fabricação de produtos (DELGADO, 1985).

Neste sentido, as cidades também passavam por profundas transformações em decorrência do processo de modernização. De acordo com Barros (2014, p. 88), “as grandes empresas industriais estrangeiras voltadas para os bens duráveis focavam nas economias de escala e importavam tecnologia de seus países de origem, poupadora de trabalho”. Além disso, como as indústrias necessitavam de pouca mão de obra, visto o grau de industrialização, muitas pessoas passavam por dificuldades financeiras nas cidades. Isso reduziu o poder de compra e, conseqüentemente, a demanda por bens duráveis de consumo.

Neste período, inicia a preocupação com as consequências da modernização da agricultura, que acabara acentuando a concentração de terras e tirando do seu meio de vida milhares de famílias agricultoras. Como alternativa para esses problemas, que resultaram também na escassez das condições de vida nas cidades, muitos autores passam a apresentar a reforma agrária como solução para a ampliação no número de latifúndios no Brasil. Esses autores expressam a necessidade de novas formas de organização e interpretação do meio rural, afastando-se das produzi-

das até então, pautadas nos preceitos do capital industrial. Dentre essas, surge, alicerçada aos ideais da reforma agrária, as discussões acerca da sustentabilidade na agricultura (TEIXEIRA, 2005).

É importante destacar que muitas discussões contrárias à reforma agrária também marcaram o período. Essas, tentando comprovar a inviabilidade do processo, afirmavam que a agricultura já cumpria sua função no processo de modernização, liberando mão de obra para a indústria sem reduzir a produção de alimentos. Neste sentido, os debates acerca da reforma agrária passam a compor o discurso da “esquerda” brasileira (TEIXEIRA, 2005).

Além disso, o período foi marcado pelos debates incipientes sobre a seguridade dos direitos do trabalhador do campo, visto que esses deveriam assemelhar-se aos dos trabalhadores das indústrias, e a organização do sindicalismo rural brasileiro, garantindo aos seus membros qualidade no trabalho desempenhado. Também, ocorreu a reformulação do conceito de direito à propriedade fundiária, expresso no Estatuto da Terra (1964) e na Constituição Federal (1988) (DELGADO, 1985).

No âmbito ambiental, percebe-se que, muitas vezes, em nome da modernização da agricultura, esses tiveram sua disponibilidade e qualidade afetadas. O manejo inadequado desses causa os mais variados problemas, tais como a erosão, contaminação dos solos e água, desertificação, perda da fertilidade, aumento de pragas e doenças e poluição do ar (DAVID, 1996).

Por sua vez, a monocultura em grandes extensões, a seleção de variedades vegetais mais produtivas, mas também menos rústicas e geneticamente uniformes, são mais vulneráveis ao ataque das pragas e doenças e menos competitivas com as ervas invasoras, requerendo aplicações frequentes de agrotóxicos (inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros) para garantir a produção e o espaço comercial final dos produtos agrícolas. Os praguicidas são importantes controles de pragas, entretanto o uso contínuo e indiscriminado torna as pragas mais resistentes, necessitando-se, para seu combate, praguicidas mais concentrados, aumentando, assim, os riscos ao meio ambiente. Além disso, os praguicidas concentram-se na cadeia alimentar, atingindo o homem através do consumo de alimentos contaminados (DAVID, 1996, p. 211).

No Estado do Rio Grande do Sul, o processo de modernização da agricultura acarretou grandes transformações de âmbito econômico, social e ambiental no campo. A pecuária, atividade historicamente desenvolvida pelos gaúchos, passou a ser beneficiada com o aumento interno por demanda de carnes nas cidades e pela instalação de novos frigoríficos nacionais, que contavam com tecnologias de ponta no sistema de resfriamento. Além disso, com a instalação de indústrias automotivas no país, foi possibilitado o transporte de cargas vivas por distâncias mais longas. Parte da produção do Estado passou a ser exportada para países da Europa e Estados Unidos (ANDREATTA et al., 2009).

Porém, Andreatta et al. ressaltam que:

Diferentemente das atividades de lavoura, o segmento da pecuária foi incapaz de estabelecer vínculos com a indústria fornecedora de insumos e equipamentos para a produção agrícola (à montante) e a indústria de transformação e processamento dos produtos agrícolas (à jusante). Por outro lado, também diferentemente dos granjeiros (estes, em larga medida, oriundas das atividades urbanas e habituadas às rotinas bancárias e dos negócios), grande parte dos estancieiros não dominavam os instrumentos de crédito, tinham receio de investir na agricultura, desconheciam técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens. A inseminação artificial, embora conhecida dos estancieiros na década de 1960, era muito pouca utilizada (ANDREATTA et al., 2009, p. 14).

Krobbe (2010) destaca que as atividades agrícolas no estado do RS, anteriores ao processo de modernização da agricultura, eram desenvolvidas com instrumentos de trabalho simples (arado, foice, machado, entre outros), tendo solos férteis e grande disponibilidade de mão de obra. Com esses, era produzido uma vasta variedade de alimentos, tornando as propriedades praticamente autossuficientes. Já no findar da década de 1960, o panorama começa a mudar em virtude do processo de modernização, priorizando o cultivo de apenas um produto com alto valor comercial.

Verificou-se que a modernização da agricultura favoreceu principalmente os produtores de trigo, arroz e a expansão do cultivo de soja. Esses receberam apoio financeiro em forma de crédito, visto que eram muito importantes para fomentar o mercado interno. Este processo levou muitos agricultores a substituírem áreas destinadas à pecuária para o cultivo desses produtos, além de provocar na região noroeste do estado a substituição do binômio mandioca-milho (destinado à criação e engorda de suínos) pelo binômio trigo-soja (destinados à comercialização) (ANDREATTA et al., 2009).

Além disso, a rápida expansão da soja fez com que ela, em passo acelerado, estivesse ocupando todas as regiões do Estado, alterando drasticamente o ritmo de vida das famílias agricultoras e a configuração econômica e natural do local (ANDREATTA et al., 2009). Neste sentido, David (1996) destaca que dentre as consequências da modernização da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se as relações de trabalho, a estrutura fundiária, a produção agrícola e o meio ambiente.

Assim, partindo da análise do processo de modernização da agricultura ocorrido no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, bem como dos seus resultados, verificamos a necessidade da adoção de alternativas que possam garantir a sustentabilidade da produção agrícola sem acarretar tantos problemas de âmbito econômico, social e ambiental. Para isso, torna-se necessária uma maior independência do capital, na qual o agricultor tenha sua renda garantida sem a vinculação de insumos químicos, maquinários e recursos externos, deixando, assim, de ficar à mercê do mercado internacional.

4.3

A FORMAÇÃO DOS CHAMADOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS, AS RELAÇÕES DA AGRICULTURA À JUSANTE E À MONTANTE COM A INDÚSTRIA – DESAFIOS ATUAIS

No Brasil, os Complexos Agroindustriais (CAIs) tiveram a sua consolidação a partir da década de 1970, resultantes do processo agrário ocorrido. De acordo com Erthal (2006), as transformações relacionadas às inovações do meio agrícola surgiram sob a lógica e estratégias do capital, sendo no princípio pelo comercial, em seguida industrial e, posteriormente, financeiro. Dentre os setores agrícolas mais predispostos à adoção de inovações (tanto no nível técnico com nas relações de trabalho), estavam o café, o algodão e a cana de açúcar, todos ligados à exportação.

Ao analisar o processo histórico do país, podemos perceber como ocorreram as mudanças na configuração econômica, com a introdução de um novo sistema de divisão internacional do trabalho, no qual passamos de “complexo agrário” para “complexo agroindustrial”. No primeiro momento, as atividades agrícolas estavam diretamente ligadas ao comércio externo, visto que a produção nacional era destinada e valorizada no âmbito internacional. Parte do processo de produção, principalmente no que se refere às ferramentas mais rudimentares e insumos simples, originavam-se do local, através das atividades dos artesanatos e manufaturas. A divisão social do trabalho apresentava-se ainda incipiente. Em contrapartida, ao desenvolver-se o “complexo agroindustrial”, iniciou-se um processo de integração entre o campo e a indústria, com a aquisição de modernos equipamentos destinados à produção agrícola, além da intensificação da divisão internacional do trabalho e a substituição de importação. Iniciou-se, assim, o processo de especialização e modernização da agricultura (ERTHAL, 2006).

Segundo José Graziano da Silva (1998), o que comprova a existência de um complexo agroindustrial é a vivência de uma atrelada relação entre o campo e a indústria. No Brasil, esse se tornou possível através da instalação de indústrias destinadas ao setor agrícola em solo nacional, sendo consolidada pelo capital financeiro, proveniente de políticas de agroindustrialização e do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Neste sentido, destaca-se que, ao se comparar a períodos anteriores, os CAIs alteram a dinâmica agrícola. Anteriormente, a agricultura dependia basicamente dos preços oferecidos às commodities no mercado externo. Entretanto, essa passa a ser influenciada também pelas demandas industriais que surgiram em função da agricultura. Desta forma:

De um lado, há a procura de matérias-primas pelas agroindústrias; de outro, a busca de Mercado pelas indústrias de máquinas

e insumos, muitas vezes aprisionado pela ação direta do Estado (como a concessão de crédito vinculado à compra de insumos modernos). Há uma nova dinâmica porque há um novo padrão agrícola, cuja estrutura produtiva e cujas articulações e integração com a economia global se transformaram (SILVA, 1998, p. 33).

Desta forma, não podemos mais afirmar que a agricultura é o grande setor da economia, visto que sua dinâmica passa a depender da indústria. Torna-se difícil também, estabelecer uma única dinâmica para as atividades desenvolvidas pelos setores, pois essas são variáveis e irão depender de algumas particularidades, sendo que em determinadas situações a indústria a montante terá um peso maior e em outras a indústria a jusante terá um peso maior (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Assim, percebemos que essas relações, com o passar do tempo, tendem a se complexificar com o surgimento de novos panoramas e relações de mercado. Na atualidade, podemos constatar que a organização socioespacial decorrente do processo de modernização da agricultura ocasionou uma configuração do espaço agrícola, cujas relações mais complexas com o capital estão presentes em grandes áreas de terras monocultoras, as quais pertencem a poucos proprietários. Já as famílias agricultoras, que historicamente trabalhavam e viviam em áreas de terras produzindo para seu próprio consumo e comercializando o excedente, residem hoje em pequenas propriedades, sendo que a grande maioria ainda depende de crédito agrícola e outros subsídios para manter sua produção e financiar os moldes adotados até então (ANDREATTA et al., 2009).

A adoção de sistemas de cultivo, como a monocultura da soja no Brasil, fez com que muitos agricultores proprietários de pequenas áreas de terras não conseguissem pagar seus financiamentos agrícolas na década de 1980, quando esses passam a ser difundidos no país e é financiado pelo governo brasileiro. As mazelas desse período são perceptíveis até a atualidade, visto que muitas famílias agricultoras ainda persistem na tentativa de garantir seu sustento através do cultivo desse produto, que depende diretamente do mercado internacional. Esse panorama evidencia que o meio rural vai muito além das atividades agrícolas, perpassando por questões sociais, econômicas e ambientais (ANDREATTA et al., 2009).

Assim, parte das famílias agricultoras estão buscando alternativas para se manter nas áreas rurais. Muitas retornaram com a diversificação produtiva, o que gera renda em diferentes épocas do ano e diminui o nível de dependência dos cultivos, além de investirem em atividades não agrícolas, como o turismo rural. Isso ameniza as mazelas ocasionadas pelo principal problema identificado na agricultura familiar, que é a falta de engajamento em diferentes canais de comercialização e a dependência de uma ou poucas atividades agrícolas. Além disso, verifica-se o crescimento com a preocupação em relação à sustentabilidade, principalmente no que corresponde à disponibilidade e conservação dos recursos naturais (ANDREATTA et al., 2009).

Como panorama atual para as grandes propriedades monocultoras de terras, constata-se que essas mantêm uma relação de interdependência com o capital financeiro e industrial. É a indústria que fornece e estabelece as tecnologias utilizadas no meio produtivo rural, bem como centraliza os canais de comercialização. Em contrapartida, essa depende do campo para adquirir seus produtos e fornecer

os alimentos para abastecer os centros urbanos. Assim, a modernização técnica da agricultura vai além dos limites do espaço agrário, sendo que seus reflexos se fazem sentir também no espaço urbano, influenciando até mesmo no aumento do desemprego, das favelas e da marginalidade (DAVID, 1996).

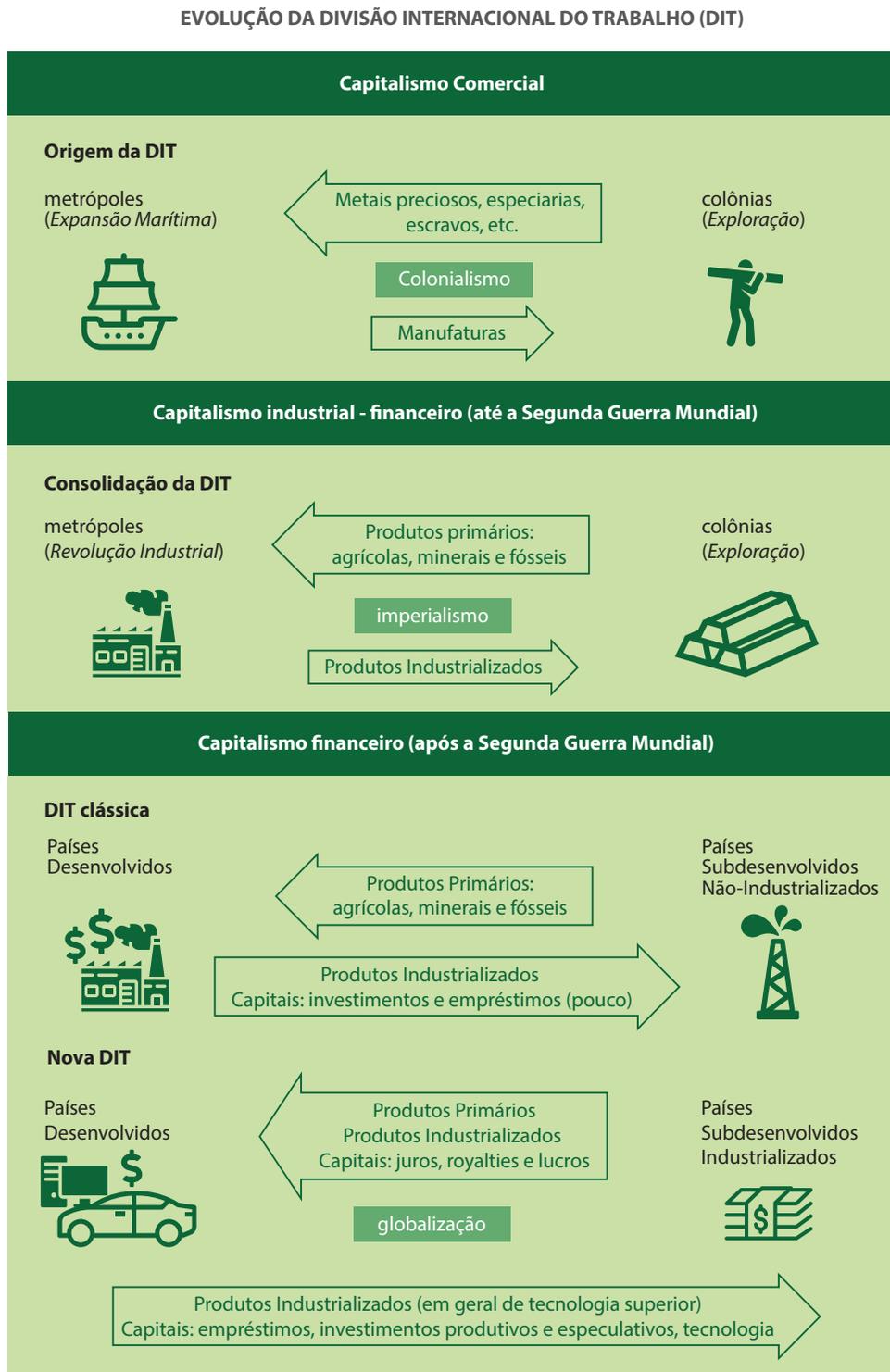
4.3.1 Divisão Internacional do Trabalho

A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é a separação produtiva em âmbito internacional, ou seja, é a divisão do papel que compete a cada país no mercado internacional. Antes desse processo entrar em vigor, os produtos manufaturados eram provenientes dos países colonizadores e as matérias primas eram originadas nas colônias. Com a consolidação do capitalismo industrial, os países industrializados passaram a primeiramente abastecer o mercado interno, e, depois, direcionar o excedente para comercialização nos países subdesenvolvidos, os quais ainda não haviam passado pelo processo de industrialização. Para esses últimos, cabia o papel de gerar a matéria prima para abastecer os países industrializados.

A partir da década de 1950, inicia um processo de alteração nas relações entre países industrializados e subdesenvolvidos, configurando assim uma nova DIT. Os países emergentes entram no cenário econômico internacional, os quais passam a oferecer aos países industrializados uma série de benefícios e incentivos (redução de impostos, mão de obra barata e abundante, entre outros) para a instalação de indústrias. Esses tiveram seu processo de industrialização tardia, além de correr o risco de passarem por grandes crises econômicas em virtude de suas frágeis economias. Desta forma, cria-se uma nova configuração, com uma especialização produtiva global, visto que cada país fica destinado a fabricar um determinado produto ou executar parte dessa tarefa. O que de fato vai ser direcionado a cada um deles depende das vantagens ofertadas por esses países ao capital.

A figura 18 evidencia como ocorre a relação entre os países na DIT.

Figura 18 – A evolução da divisão internacional do trabalho



Fonte: NTE/UFMS

ATIVIDADES – Unidade 4

1 – Analise o debate empreendido por Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, apontando os principais aspectos referentes à tese do *feudalismo agrário* e a do *capitalismo agrário*.

2 – Considerando as transformações econômicas que ocorreram a nível internacional a partir da década de 1960, reflita e disserte sobre o papel do Brasil na nova Divisão Internacional do Trabalho.

3 – Considerando o conteúdo abordado na Unidade 4, marque V para as alternativas verdadeiras e F para as falsas:

() As transformações relacionadas às inovações do meio agrícola surgiram sob a lógica e estratégias do capital, sendo no princípio pelo comercial, em seguida industrial e posteriormente financeiro.

() A tese do capitalismo agrário pode ser descrita em dois aspectos. O primeiro de que a agricultura brasileira teve um sistema feudal. Um segundo aspecto destaca que o sistema capitalista, implantado no Brasil pelos lusitanos, demonstrou uma enorme capacidade de permanência e evoluir no tempo.

() A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) é a separação produtiva em âmbito internacional, ou seja, é a divisão do papel que compete a cada país no mercado internacional.

() Os debates no Rio Grande do Sul sobre a questão agrária tiveram uma consequência efetiva. Em 1961, de modo pioneiro no estado o então governador do estado, Leonel Brizola criou o Instituto de Reforma Agrária (IGRA) com o intuito de estabelecer uma política agrária para o estado do Rio Grande do Sul. Em decorrência do estabelecimento desta política agrária, foram desapropriados 25 mil hectares na localidade denominada Banhado do Colégio (Município de Camaquã), os quais foram considerados de interesse social pelo estado do Rio Grande do Sul. Esta área foi transformada no primeiro assentamento de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul e foi considerada uma experiência inédita no Brasil.

4 – Considerando o que foi discutido na unidade 04 sobre o processo de modernização da agricultura, escreva quais suas principais consequências no âmbito econômico, social e ambiental.

5 – Descreva as principais transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul.

6 – Analise as consequências do processo de modernização agrícola para a agricultura familiar no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste material didático teve como objetivo elucidar aspectos históricos da formação da sociedade brasileira, a fim de compreender como se forma a estrutura agrária e ambiental do país, em especial do Rio Grande do Sul. Partimos da concepção de que o Brasil foi uma colônia de exploração e que isso definiu a configuração de poderes no Brasil colônia, o que nos possibilita entender muitas das questões do Brasil atual, tal como a concentração da terra e a formação de uma massa de pequenos trabalhadores rurais.

Os diversos ciclos econômicos baseados na exploração dos recursos naturais, seja através do extrativismo, da mineração ou da atividade agrícola, vão configurar um modelo político e econômico do Brasil baseado na exportação de produtos agrícolas, configurando a concentração de renda e de poder e também a desigualdade social. Esse modelo agroexportador adquire algumas particularidades em relação à exploração do trabalho da terra, exemplificados, neste material, pela morada no Nordeste e pelo colonato no Sudeste, embriões da formação de uma massa de pequenos trabalhadores rurais.

Ademais, particularmente no Rio Grande do Sul, ao reconstituir brevemente a história da ocupação do território, elencamos os grupos sociais que povoaram o estado e suas lutas pelo acesso à terra e garantia dos seus meios de vida, assim como os indígenas dos povos jês, guaranis e pampianos e, no século XIX, os caboclos. Tais povos, que se baseavam na ocupação coletiva da terra, foram sendo expulsos de seus territórios e tendo sua forma de vida e de relação com a natureza reduzida à condição marginal na história do RS. Porém, tentamos aqui chamar a atenção para estes grupos, ao regatar a sua história e a importância que adquirem na formação do Rio Grande do Sul.

No fim dos anos 1800, no Rio Grande do Sul, assim como em boa parte do Brasil, vamos iniciar mudanças políticas, econômicas e sociais que vão conduzir o Brasil para a modernização da agricultura. A partir de uma breve reconstituição histórica, acreditamos que os estudantes possam ser capazes de compreender as discussões acerca da questão agrária no país e no estado, assim como compreender de que forma se constitui o grupo de agricultores familiares. Da mesma forma, podemos ter uma noção do embrião das questões ambientais, que se acentuam neste último século.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Orgs.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

ANDREATTA, T.; BEROLDT, L. A.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. A. de. Origens da formação agrária sul-riograndense no contexto brasileiro. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009.

ARDENGI, L. G. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF Editora, 2003.

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, Francisco Beltrão, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BAKOS, M. M. **RS: escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARROS, W. P. **Curso de direito agrário e legislação complementar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

BARROS, G. S. A. C. Agricultura e Indústria no Desenvolvimento Econômico Brasileiro. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. J.; NAVARRO, Z. (Org.). **O Mundo Rural no Brasil do Século 21**. 1ed. Brasília: Embrapa, 2014. p. 79-116.

BERTONHA, J. F. **A imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Governo Federal. Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2019.

BRUM, A. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARINI, J. J. **Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

COSTA, R. H. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CRUZ, R. C.; GUADAGNIN, D. L. Uma pequena história ambiental do Pampa: proposta de uma abordagem baseada na relação entre perturbação e mudança. In: COSTA, B. P.; DIECKEL, M. E. G. (Org.). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas. Santa Maria: UFSM/PPG Geografia e Geociências, 2010. p. 155-179.

CUNHA, J. L. da. Imigração e Colonização Alemã. In: PICCOLO, H. I. L.; PADOIN, M. M. (Org.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 279-300. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

DELGADO, G. C. Caracterização geral do desenvolvimento recente da agricultura. In: **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1985.

DAVID, C. de. Consequências da modernização da agricultura no rio Grande do Sul. **Geografia. Ensino&Pesquisa**, Santa Maria, v. 10, p. 200-214, 1996.

ERTHAL, R. Os Complexos Agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem**, v. 5, n. 9, 2006

ESMERALDO, G. G. S. L. A Organização da Propriedade da Terra e das Relações de Trabalho no Brasil. **Cadernos do Logepa**, v. 3, n. 2, 2004.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FRANZEN, D. O. A colônia em crise: a questão do meio ambiente, da agricultura e da sucessão familiar em debate no município de Itapiranga (1926-1960). **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 4, n. 1, p. 63-83, 2014.

FORTES, A. **Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, IFCH, Unicamp, Campinas, 2001.

FREITAS, D. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação quilombola**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 07 ago. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Terras indígenas demarcadas**. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas.>> Acesso em: 16 out. 2018.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GARCIA JR., A. **Terra de Trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GONÇALVES, J. S. Crescimento do produto e conteúdo da produtividade na agropecuária brasileira do período de 1975–2003. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 37, n. 8, ago. 2007.

GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul.** 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

HERÉDIA, V. B. M. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, v. 5, 2001.

HOLANDA, S. B. de; EULÁLIO, A.; RIBEIRO, L. G. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRABBE, G. **Modernização, agroindustrialização e agricultura familiar: o complexo soja na dinâmica econômica brasileira nos anos 1970-2000.** 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2010.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOVE, J. L. **O regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUZ, M. DA; DAL SOGLIO, F. K.; KUBO, R. R. Resistência camponesa no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 12, n. 1, 2017.

MAESTRI, M. J. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.

MAESTRI, M. O gaúcho negro: o cativo e a fazenda pastoril. In: X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MAESTRI, M. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril riograndense (1680-1964). In: MAESTRI, M. (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril do Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 212-300.

MANTELLI, J. O processo de ocupação do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, p. 269-278, maio/ago. 2006.

MANTELLI, J. O setor agrário da região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 87-105, 2006b.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: A quem beneficia? **Cedec**, Lua Nova, n. 23, mar. 1991.

MARTINS, J. S. **O cativoiro da terra**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Contexto. 2010.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. T. **O peão de Estância**: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre: Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS – Estudos e Trabalhos mimeografados n. 8, 1969.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Mata Atlântica. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MOCELLIN, M. C.; HERÉDIA, V. B. M. Dinâmicas migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso das migrações em Caxias do Sul. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 144-165, 2018.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à Revolução verde. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, 2000.

MOREIRA, R. J. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

MOTTER, A. F. C. Colonização Europeia no NW do Rio Grande do Sul: primeiros sinais de desequilíbrios ambientais. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, v. 14, n. 1, p. 105-112, 2015.

MOURE, T. R. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.

NASCIMENTO, S.; FRANCH, M. Sensibilidades feministas e inquietudes antropológicas. Entrevista com Verena Stolcke. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 117-139, 2017.

NEVES ALVES, F. das. **A Imprensa da Colônia Portuguesa no Sul do Brasil**: Fragmentos Identitários. Lisboa / Rio Grande: CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense. 2016.

OLIVEIRA, A. U. de; FARIA, C. S. de. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: Universidad de La República, 2009, p. 01-15.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In: WELCH, C. A.; MALAGODI, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. (Orgs.) **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 203-216.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PICCIN, M. B. **Os senhores da terra e da guerra do Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PICCIN, M. B. Patronato estancieiro gaúcho: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 327-59, out. 2014.

PIASSINI, C. E. **Imigração Alemã e Política: os deputados provinciais Koseritz, Kahl-den, Haensel, Brügggen e Bartholomay**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PILETTI, F. **História do Rio Grande do Sul: 4ª série**. São Paulo: Ática, 2007.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RATTS, A. J. P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: Territórios Etnicamente Diferenciados. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa. 2003, p. 29-48.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro, a Formação e o Sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (RS/SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/areas-indigenas>>. Acesso

em: 11 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (RS/SEMA). **Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEMA, 2002. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/ifcrs/frame.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RISTOW, F. W. **Camponeses nacionais no Rio Grande do Sul**: uma cultura marginalizada. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2016.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão-RS: UNIPAMPA, 2011.

RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F. et al. (Orgs.) **RS negro**: cartografia sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 165-181.

SANTOS, F. L. **“Te Deum laudamus”**: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763). 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SANTOS, F. L. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 156, p. 107-128, 2007.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. **Pesquisas: Antropologia**, v. 70, p. 7-33, 2013.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil –1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIGAUD, L. A nação dos homens: uma análise regional de ideologia. **Anuário antropológico**, v. 3, n. 1, p. 13-114, 1979a.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979b.

SILVA, J. F. G. O progresso técnico na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 7, n. 1/3, p. 13-46, 1990.

SILVA, J. F. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas/SP: Unicamp, 1998. v. 1.

SOUSA, R. G. "Pecuária no período colonial". **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>>. Acesso em: 11 set. 2019.

STOLCKE, V. **Cafecultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). Trad. de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAMBARA, E. **RS: modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

THOMAS, C. Conquista e povoamento do estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 19, 1976.

TEIXEIRA, J. D. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, 2005.

TIECHER, T. (Org.). **Manejo e conservação do solo e da água em pequenas propriedades rurais no Sul do Brasil**: contextualizando as atividades agropecuárias e os problemas erosivos. Frederico Westphalen: URI, 2015.

TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOPALOV, C. DUTRA, W. **Estruturas Agrárias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1978.

VENÂNCIO, R. P. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.

ZARTH, P. A. Povoar o Sertão: uma estratégia para a fronteira Noroeste do RS. In: Primeiras jornadas de história regional comparada. **Anais...** Porto Alegre, 2000.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no Século XIX. Ijuí-RS: Editora da Unijuí, 2002.

ZARTH, P. A. A estrutura agrária. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **Império**. Passo Fundo, RS: Méritos Editora, 2006. p.187-214. (Volume 2. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul)

ZARTH, P. A. Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. (Orgs.) **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 223-242.

ZARTH, P. A. Ervais públicos e os camponeses extrativistas de erva-mate do extremo Sul do Brasil (século XIX). XXVI Simpósio Nacional da Anpuh - Associação Nacional de História. **Anais...** 2011.

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES AUTORES

Marielen Priscila Kaufmann:

É graduada em Engenharia Florestal, mestra em Extensão Rural pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi membro do Grupo de Agroecologia Terra Sul (GATS) e atualmente participa do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, conservação da agrobiodiversidade e Transição Agroecológica.

Francis Casagrande Zanella:

É bacharel em Gestão Ambiental pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente, cursa doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem como tema de pesquisa de doutorado as transformações sociais, econômicas e políticas na região da Campanha no Rio Grande do Sul a partir de meados do século XX. Em especial, analisa as trajetórias e estratégias de reprodução social de camponeses e de trabalhadores rurais de forma comparada entre regiões brasileiras marcadas em sua história pela concentração fundiária. Durante o curso de mestrado pesquisou sobre políticas fundiárias na mesma região rio-grandense, com enfoque na diferenciação social em assentamentos rurais e nas relações das pessoas assentadas com as populações não assentadas.

Nayara Pasqualotto:

É licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Especialista em Metodologias de Ensino em História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), Especialista em Ciências Sociais, História, Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA), mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). É docente da Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED) e membro do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Sustentabilidade, Extensão Rural, Desenvolvimento Regional, Produção de Novidades, Metodologias Participativas, Agricultura Familiar e Transição Agroecológica.

José Geraldo Wizniewsky:

É docente do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Extensão Rural pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM), doutor em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pelo Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos de Universidade de Córdoba, Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. É coordenador do Núcleo de Estudos em Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Professor José Antônio Costabeber. Tem experiência nas áreas de Agroecologia, Agronomia e Extensão Rural, Legislação Agrária e Ambiental e Desenvolvimento Rural Sustentável.